UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Juliana Bartijotto

**O discurso sobre o ato infracional materializado no Estatuto da Criança e
do Adolescente**

Ribeirão Preto

2014

JULIANA BARTIJOTTO

**O discurso sobre o ato infracional materializado no Estatuto da Criança e
do Adolescente**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências. VERSÃO CORRIGIDA

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leda Verdiani
Tfouni

Ribeirão Preto

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Bartijotto, Juliana.

O discurso sobre o ato infracional materializado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ribeirão Preto, 2014.

150 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Tfouni, Leda Verdiani.

1. Ato infracional. 2. Lei. 3. Adolescente. 4. Discurso. 5. Desejo.

Figura da capa: Several Circles, Wassaly Kandinsky. Técnica e dimensão: óleo sobre tela 55.1x4x55.3. Localidade atual: Paris. Foto: autoria desconhecida.

Nome: Juliana Bartijotto

Título: O discurso sobre o ato infracional materializado no Estatuto da Criança e do Adolescente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para Título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Leda Verdiani Tfouni

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais que sempre me apoiam em quaisquer circunstâncias

AGRADECIMENTOS

À Dra. Leda Verdiani Tfouni, que nesse tempo de convivência tem contribuído com minha escrita, instigando-me a pesquisar e a ter novas formas de pensar.

Aos membros do Grupo de pesquisa AD-Interfaces, pelo espaço de leituras e discussões.

Aos membros de Lalíngua, pelo espaço de interlocução em psicanálise.

Aos Professores da banca, que se dispuseram a participar.

À minha analista pelo espaço de escuta.

À CAPES, pela concessão da bolsa de Mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

O desejo enquanto real não é ordem da palavra e, sim, do ato

Jacques Lacan

Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial...

Caetano Veloso

RESUMO

Bartijotto, J. (2014). *O discurso sobre o ato infracional materializado no Estatuto da Criança e do Adolescente*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A pesquisa tem como objetivo analisar o discurso sobre o “ato infracional” materializado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e nos outros artigos jurídicos que se relacionam ao tema, sob a perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso Pêcheutiana e da Psicanálise lacaniana. Para essas duas áreas do saber, a linguagem é estruturada por um furo, apresentando como composição lógica a equivocidade e a ambiguidade. Seguindo essa concepção, primeiramente, analisamos o funcionamento do discurso do Direito, especificamente no que se refere ao conceito de lei, de infração e de sanção; na sequência, apresentamos o processo sócio-histórico sobre a transgressão na adolescência, conforme as legislações, ao mesmo tempo em que delimitamos o corpus da pesquisa (recorte dos artigos jurídicos). Consideramos que esta lei opera como um dispositivo de controle da prática de “ato infracional” e que o funcionamento do discurso do Direito mascara a estrutura faltante da Lei e da linguagem. Essas observações nos levaram a traçar o fio discursivo dos outros capítulos - o sujeito do direito, o sujeito do desejo e a forma-sujeito-, já que todo discurso não é sem sujeito. Analisamos as posições ocupadas pelo adolescente que comete o “ato infracional” na visão dos regulamentos jurídicos, que têm como finalidade estabilizar o funcionamento social. Na continuação, articulamos o sujeito do direito, o “ato infracional” e as “medidas socioeducativas” como manifestações do discurso capitalista, onde a norma jurídica ganha um estatuto de fetiche, assim como as mercadorias. Ao supormos a existência do sujeito do desejo, não tomamos o “ato infracional” somente como produto e condição do contexto social e econômico, pois há a singularidade do autor do ato. Concluímos que as legislações não produzem um lugar Simbólico para o sujeito, apenas um lugar Imaginário, como conferem o Estado e o ECA ao ofertar a ideologia de um “sujeito de direito” e a forma-sujeito de “pessoa em desenvolvimento”. Desse modo, a criação dos termos “ato infracional” e “medida socioeducativa” são interpretadas como efeitos de sentido do eu idealizado proposto pela ideologia capitalista e pela concepção psicológica de desenvolvimento. Nas condições de produção do ECA o adolescente é concebido como alguém passível de ser educado e cujo lugar de sujeito do desejo é ignorado. Portanto, o “ato infracional” configura-se como um sintoma social e um mal-estar na sociedade pós-moderna e a “medida socioeducativa” apresenta-se como um fracasso no que diz respeito a uma normalização do sujeito.

Palavras chave: ato infracional, leis, adolescente, discurso, desejo.

ABSTRACT

Bartijotto, J. The discourse about infraction act embodied embodied in the Statute of the Child and Adolescent. Master qualification, Departament of Psychology, University of São Paulo, Ribeirão Preto.

Abstract: This research aims to analyze the discourse on infraction act embodied in the Statute of the Child and Adolescent (ECA, 1990) and other legal articles that relate to the theme, from the theoretical and methodological perspective of Pêcheutiana Discourse Analysis and Lacanian Psychoanalysis. For these two areas of knowledge, language is structured by a hole, presenting as logic composition the equivocality and ambiguity. First, we analyze the functioning of the discourse of law, specifically with regard to the concept of law, the offense and sanction; following, we present the socio-historical process of transgression in adolescence, according to the legislation, while we delimit the research corpus (clipping of legal articles). We believe that this law operates as a control device of the practice of an offense and that the operation of the discourse of law masks the missing structure of law and language. These observations led us to trace the discursive thread of the other chapters - the subject of the right, the subject of desire and form-subject - since all speech is not without a subject. We analyzed the positions occupied by the adolescent who commits the offense in view of the legal regulations, which are intended to stabilize the social functioning. In continuation, we articulated the subject of law, infraction and educational measures as manifestations of capitalist discourse, where the legal norm gains a fetish status, as well as goods. By assuming the existence of the subject of desire, we do not take offense only as the product and condition of the social and economic context, because there is uniqueness of the author of the act. We conclude that the laws do not produce a symbolic place for the subject, just an imaginary place, as conferring the State and the ECA to offer the ideology of a "subject of law" and the form-subject "developing person". Thus, the creation of the terms offense and socio-educational measures is idealized sense of the idealized "I" suggested by capitalist ideology and concept of development. Inside conditions of production of the ECA, adolescent is conceived as someone capable of being educated and whose place of subject of desire is ignored. Therefore, the infraction act configures itself as a social symptom and malaise in postmodern society and the socio-educational measures constitute a failure when it comes to a normalization of the subject.

Key words: infraction act, laws, adolescent, discourse, desire.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1.</i> Banda de Moebius	18
<i>Figura 2.</i> Esquema óptico: Estádio do Espelho	74
<i>Figura 3.</i> Toros entrelaçados/sujeito e Outro	82
<i>Figura 4.</i> Nó de trevo	94
<i>Figura 5.</i> Nó borromeano.....	94
<i>Figura 6.</i> O quarto elo: Sinthoma.....	96

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1</i> . Os três tempos do lugar do adolescente na visão da lei.	45
<i>Quadro 2</i> . Deslocamentos de medidas e formas de nomeação.	119

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso de tradição francesa

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

DUDC - Declaração Universal dos Direitos da Criança

CM – Código de Menores (Decreto nº 17943, de 12 de outubro de 1927, reformulado em 1979).

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CEDCAs - Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança

CMDCA's - Conselhos Municipais dos Direitos da Criança

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

FUNDAÇÃO CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

A – Grande Outro

\$ - Sujeito dividido

i(a) – imagem do outro/objeto

a – objeto *a*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. METODOLOGIA	20
2.1 Paradigma indiciário e a metodologia da Análise do Discurso e da Psicanálise.....	20
2.2 Considerações sobre o corpus	24
3. O DISCURSO DO DIREITO E O ATO INFRACIONAL	26
3.1 O discurso do Direito e as leis jurídicas	27
3.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente e o ato infracional	34
3.3 Algumas conjunturas do ato infracional e das medidas socioeducativas	46
4. O SUJEITO DE DIREITO NO DISCURSO	54
4.1 A determinação e a ambiguidade na linguagem	54
4.2 Os modos de sujeição: processo social e histórico.....	64
5. O SUJEITO DO DESEJO	70
5.1 O Estádio do Espelho.....	72
5.2 O Nome do Pai.....	76
5.3 Os três registros: Real , Simbólico e Imaginário.....	93
6. A FORMA-SUJEITO E A POSIÇÃO DO ADOLESCENTE NA VISÃO DA LEI (ECA)....	100
6.1 A forma-sujeito.....	102
6.2 A posição do adolescente na visão da lei: repetição e diferença	113
6.3 A forma-sujeito do adolescente autor de ato infracional no discurso capitalista	123
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	136
ANEXO.....	146

1. INTRODUÇÃO

Repórter: Como que foi?
Adolescente: Guerra, homicídio e tentativa. Disputa de tráfico. Se não matar
você morre.
Repórter: Aqui ajuda a recuperar mais?
Adolescente: Nada ajuda. Você tem que colocar na sua cabeça se quer mudar
ou não. Não vai ser esse negócio aqui que vai mudar você da noite para o
dia...
Repórter: Você quer mudar, quer sair?
Adolescente: Isso aí eu já não sei não... (Profissão Repórter, 2014)

A decisão em pesquisar o discurso sobre o “ato infracional” é efeito de trabalhos anteriores (Bartijotto, 2005), em que investigamos a inscrição do Nome do pai (Lacan, 1957-58/1999) nos adolescentes que transgrediram a lei. Foram cogitadas as hipóteses sobre as estruturas clínicas - psicose, neurose e perversão - dos adolescentes entrevistados. Em suma, a relação do sujeito, quando em conflito com a lei (“ato infracional”) e com a Lei (simbólica), no intuito de identificar elementos sugestivos da inscrição da metáfora paterna e a posição que esse sujeito ocupava frente ao Outro, foi o objetivo principal que impulsionou as pesquisas anteriores.

Nesse trabalho foram realizadas entrevistas com três adolescentes, dois sujeitos do sexo masculino e um do sexo feminino. Os entrevistados, na época em que o trabalho foi realizado, participavam do Programa de Liberdade Assistida (medida socioeducativa¹). Os resultados apontaram para uma estrutura neurótica inscrita nesses adolescentes, mas apenas como hipótese, ou seja, há indícios de que a inscrição do Nome do pai operou, porém de maneira manca, em virtude da particularidade de cada um na estrutura familiar e social.

No caso dos dois meninos parece que houve uma carência do pai simbólico, este não foi capaz de operar como um limite, levando os adolescentes a procurá-lo fora da estrutura familiar, nas regras jurídicas. As leis jurídicas teriam a função de barrar (limite para o gozo) e nomear o sujeito, ou seja, de fazer operar a função do Nome do pai. Já a adolescente entrevistada entra para a criminalidade para fazer um enfrentamento ao Outro (encarnado na

¹ São medidas aplicadas aos adolescentes que cometem ato infracional, estão descritas na lei que garante e protege os direitos da criança e do adolescente, que detalharemos mais adiante.

figura da mãe), pois sente que Outro não lhe deu valor, o deu apenas para os irmãos, sentindo, assim, o seu lugar roubado.

Pudemos concluir, provisoriamente, que os meninos ingressaram para o grupo da criminalidade na procura de uma barra - pois nesse lugar também há leis - e, após serem presos pela polícia, foram obrigados a cumprir “medidas socioeducativas”. Durante as entrevistas, os meninos apresentaram indícios de não desejarem reincidir em atos infracionais; já a menina teve dificuldades de cumprir tais medidas. Ela afirma que não pensava mais em “roubar”, no entanto, continuava causando confusão, não se adaptava aos horários e faltava aos atendimentos do programa.

A conclusão a que chegamos nesse trabalho foi de que o fato de um sujeito infringir a lei não significa que não exista a Lei simbólica nele estruturada. O Nome do Pai estava inscrito, mas essa função não operava como efeito; houve um apelo às leis jurídicas para colocação de um limite no gozo, no caso dos meninos. Já a adolescente interpretava o “ato infracional” como um modo de se libertar do Outro, pois se percebia “presa”, e roubava para se sentir “livre e viva”.

Em decorrência desse primeiro momento de reflexão, nosso interesse encaminhou-se para estudar o “ato infracional” como produção discursiva, ou seja, como *arquivo*, ou conjunto de documentos a respeito do tema onde estão armazenadas as diversas (e muitas vezes conflitantes) formações discursivas a respeito. Essa decisão implica estudar o “ato infracional” numa outra vertente que não a jurídica, e, também, não somente a psicanalítica (como a que norteou trabalhos anteriores). Desse modo, para reunir argumentos teóricos, pretendemos fazer dialogar as abordagens de duas áreas do conhecimento: a Análise do Discurso Pêcheutiana (doravante AD) e a Psicanálise lacaniana.

O entrelaçamento dessas duas disciplinas deve-se ao quadro epistemológico da Análise do Discurso, que trabalha na articulação de três regiões de conhecimento científico: o materialismo histórico, que compreende a teoria das formações sociais e ideológicas; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos. Essas três regiões são atravessadas e articuladas pela teoria psicanalítica, principalmente no que se refere ao sujeito do inconsciente (Pêcheux & Fuchs, 1975/1997).

A escolha por um tema é por acaso e não é por acaso ao mesmo tempo, existe algo na problemática escolhida que causa estranheza e desejo por parte do pesquisador. Houve uma escolha inicial que assumiu uma forma particular ao longo do caminho percorrido e o efeito foi o texto final. Neste percurso houve construções, questionamentos, desconstruções e

reconstruções. Ousamos situar o caminho desta pesquisa em três tempos, adotando como referência lógica, proposta por Lacan (1945/1998), os três tempos de uma sessão de análise: ver, compreender e concluir.

O primeiro tempo constituiu-se na escolha do tema e de um *corpus* inicial. Essa escolha deveu-se a um olhar contingencial, em que fomos capturadas pela estranheza dos termos jurídicos inventados: o “ato infracional” e a “medida socioeducativa”. Esses termos nos remetem as noções valiosas para a Psicanálise e para a AD, como a Lei simbólica, o sujeito, o desejo, o gozo, a ideologia e a forma-sujeito. A noção de sujeito proposta pela psicanálise, obviamente, não é suscetível às medidas impostas, seja ela educacional ou social.

Este sujeito emerge na fala de um adolescente quando este diz sobre seu “ato infracional” e a “medida socioeducativa” em cumprimento (ver epígrafe da introdução). Um sujeito alienado ao mundo do crime (“se não mata você morre”), tomando essa via como a única saída possível. O adolescente enfatiza que a inserção no programa não o fará mudar. Assim, ocupa um lugar em que não sabe se quer sair (“isso aí eu já não sei não”), nisto emerge um sujeito dividido, conceito trabalhado mais adiante.

Neste tempo questionávamos sobre o *corpus* escolhido. O *corpus* é o que dá corpo, o que sustenta uma pesquisa. Escolhemos a lei jurídica, um enunciado sem enunciação, um enunciado que não pode ser mudado, mas pode ser interpretado e questionado, sem garantias de reformulação, mas com possibilidades. Afinal, se ninguém questionar não há modificações. Não há como apontar a falta se a Lei não estiver inscrita no simbólico, nesse caso o sujeito não possui lugar onde possa recorrer. Outras interrogações surgiam: sobre a possibilidade de análise dessa modalidade de *corpus* na visão da AD e como a Psicanálise poderia contribuir para essa problemática social tão nova e velha ao mesmo tempo.

Como elegemos trabalhar com o discurso e não com o adolescente propriamente dito, recorremos a um *corpus* que pudesse ter uma contribuição no âmbito social e numa possível articulação com as noções teóricas propostas pela AD e pela Psicanálise. Portanto, a escolha do *corpus*, justamente onde se originou os termos estranhados, constituiu numa decisão calculada, porém com alguns contingentes no meio do caminho. Tal escolha não foi sem consequências, em alguns momentos pensamos em trocar os recortes dos artigos jurídicos ao depararmos com alguns obstáculos.

Muitas vezes escrevíamos o óbvio e não é necessário dizer o óbvio, como já afirmava Pêcheux (1975/1988). Alguns pontos não cessavam de não se repetir, servindo-nos das palavras de Lacan (1974) ao definir o Real, “tinha uma pedra no meio do caminho” (p. 05), será o *corpus* escolhido? Persistimos no *corpus*. No início não tínhamos um fio condutor, um

fio discursivo que fizesse com que, ao menos alguns pontos, fossem costurados. Esse *corpus* estava custando caro. Caro no sentido de ser difícil, de dar trabalho e de ter valor; bem que poderia ter outras definições, já que a estrutura da linguagem nos permite deslizar de um significante ao outro, reconstruindo outros modos de significar.

No segundo tempo, o de compreender, formalizamos a composição teórica da pesquisa no intuito de entrelaçar o *corpus* à teoria. Após escrevermos alguns capítulos construímos um fio discursivo: o sujeito de direito, o sujeito do desejo e, por fim, a forma-sujeito. Apesar do significante sujeito se repetir, esse conceito é diferentemente abordado no decorrer dos capítulos. As análises realizadas escorregavam numa leitura sustentada pelos três registros (Real, Simbólico e Imaginário) e pelo discurso capitalista. Um fio discursivo que emergiu de forma implícita ou inconsciente e que resolvemos, posteriormente, realizar explicitamente uma relação possível com o “ato infracional”.

No terceiro tempo, o de concluir, um trabalho árduo de desconstruções, questionamentos e reconstruções. A conclusão é sempre provisória, da ordem de uma precipitação e não a fixação de um saber. Uma conclusão serve de ponto de basta de um determinado percurso, mas, não, um ponto finalizado. O saber é sempre capaz de ser deslocado e reconstruído. Isto se relaciona ao avanço teórico e prático frente a uma problemática. Uma conclusão é uma articulação entre significantes e não uma verdade, pois a verdade é impossível de ser toda dita, possível apenas ser “meio-dita”, como realça Lacan (1969-70/1992).

Desse modo, o que propomos é uma análise do ponto de vista da AD e da Psicanálise, perspectivas que desnaturalizam o que foi naturalizado, pois a linguagem e suas possíveis interpretações não são naturais. Assim, partimos de uma superfície linguística em que escutamos alguns efeitos do interdito e do não-dito.

Num sentido mais amplo, esta pesquisa assinala a ilusão de transparência da linguagem, principalmente quando se trata do discurso do Direito, no que se refere às condições em que emerge esse discurso. Para a Psicanálise e para a AD, a linguagem é opaca, apresentando como estrutura lógica a equivocidade e a ambiguidade. Essas teorias possibilitam um estudo do discurso sobre o “ato infracional”, não com o objetivo de reproduzir a realidade, mas apontar para novas formas de observar o objeto pesquisado, com a finalidade de problematizar o tema da pesquisa, de revelar jogos de poder implícitos nas formações discursivas que norteiam a concepção de “ato infracional” e de adolescente.

A presente pesquisa, mais especificamente, aborda os efeitos de sentido que o discurso do Direito produz no contexto semântico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,

1990). Consideramos que essa lei opera como um dispositivo de controle da prática de “ato infracional”, e que o funcionamento do discurso do Direito mascara a estrutura faltante da Lei e da linguagem. Analisamos, portanto, o modo de escrita dos artigos jurídicos referentes ao “ato infracional” e como esses podem produzir sentidos.

Para a Psicanálise e para a AD, a linguagem é estruturada por um furo, não se tratando de uma parte que falta, pois é da própria ausência de significantes que a linguagem funciona. Fazemos uma metáfora com o corpo: os orifícios corporais são cavidades necessárias para o funcionamento do próprio organismo, assim o furo numa estrutura não significa que uma parte falte ali, embora essa ideia seja possível. Muitos teóricos (linguistas, juristas etc.) tomam essa falta como um defeito e, não, como estrutura. Essa confusão tem relação com o fenômeno sintático e com a semântica formal dos efeitos de sentido que a língua causa.

A distinção entre o defeito e a falta faz diferença. O discurso do Direito se sustenta na linguagem (escrita e falada) que é estruturada por um furo, por mais que se tente preencher as lacunas com artigos, decretos, declarações, códigos, estatutos etc., não funciona, a falta permanecerá. O discurso do Direito toma como necessário o preenchimento da falta que, ao tentar dar conta do todo, tem essa função sempre fracassada, pois recobrir a falta é da ordem do impossível.

A pesquisa tem como objetivo analisar o discurso sobre o “ato infracional” materializado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e nos outros artigos jurídicos que se relacionam ao tema, sob a perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso de tradição francesa e da Psicanálise lacaniana.

A articulação entre “ato infracional”, sujeito, desejo e lei, analisar os enunciados descritos na lei que demonstram as posições de sujeito interpelado por uma ideologia, a identificação da forma-sujeito e a posição ocupada pelo adolescente autor de “ato infracional” na visão do ECA (1990), foram os objetivos específicos desta pesquisa.

Como nos servimos da Análise do Discurso Pêcheutiana e da Psicanálise lacaniana como teoria e método, não separamos o corpus da teoria, pois são interdependentes e se enodam ao longo da escrita desta pesquisa. Isso indica a não existência de uma borda limítrofe entre um e outro, assim como numa banda de Moëbius².

² A banda Moëbius é uma figura topológica que é construída a partir de uma tira de papel, colocando-a sobre si mesma com um movimento de meia torção. Cola-se uma extremidade à outra, subvertendo o dentro e o fora. Portanto, o direito e o avesso passam a se encontrar em continuidade. Se passar os dedos na superfície da banda, eles correm a tira toda sem precisar tirá-los da margem para passar para outro lado. Trata-se de uma superfície unilátera, contendo apenas uma face. O que faz diferenciar esses dois lados é apenas o tempo. A banda permite uma subversão da relação entre as partes e o todo (GranonLafont, 2003).

Figura 1. Banda de Moebius

No segundo capítulo discorremos sobre o processo metodológico. Abordamos o paradigma indiciário (Ginzburg, 1986), pois a teoria e o método da AD e da Psicanálise vão ao encontro da proposta deste paradigma. Elaboramos alguns comentários acerca do método dessas duas áreas de saber e, na sequência, apresentamos algumas considerações sobre o corpus da pesquisa.

No terceiro capítulo escrevemos breves considerações, numa perspectiva psicanalítica enlaçada a teoria do Direito, sobre o conceito de lei, de sanções, inimputabilidade e das lacunas das normas jurídicas. Depois discutimos como o “ato infracional” tem sido descrito nas legislações, isto é, revisitamos a história das leis que regem as infrações na adolescência, na visão do Estado. Apontamos o funcionamento das leis no atual contexto, além de apresentar algumas pesquisas recentes desenvolvidas sobre o tema.

Como no ECA (1990) o adolescente é tomado como um sujeito de direito, no quarto capítulo, abordamos a gênese histórico-discursiva da emergência desse conceito, focalizando o deslocamento do sujeito religioso para o sujeito de direito, com o intuito de evidenciar a determinação da subjetividade pela letra (gramática) e pelo discurso e, não, mais pela religião. As ciências jurídicas ignoram o sujeito como determinado, o que possibilita a ilusão de que ele é um ser racional e livre. Nesse caso recorreremos à Psicanálise para nos ajudar a entender esse sujeito paradoxal: livre nas escolhas e submisso a uma ordem.

Desse modo, no quinto capítulo apresentamos alguns conceitos da Psicanálise pertinentes à pesquisa: a constituição do sujeito do desejo, o estádio o espelho e a inscrição da Lei simbólica (os três tempos do Édipo). Então, articulamos o funcionamento do sujeito de direito, visto no capítulo anterior, com o sujeito do desejo (inconsciente), apontando a ambiguidade e o equívoco encontrados nos recortes dos artigos jurídicos. Além disso, estabelecemos uma leitura pautada nos três registros (Real, Simbólico e Imaginário) do discurso sobre o “ato infracional” e o adolescente.

Podemos dizer que o sujeito preconizado pelo ECA (1990) desemboca na formação e determinação da subjetividade de um grupo (dos adolescentes). Essa determinação está relacionada à noção de forma-sujeito (Pêcheux, 1975/1988), que expomos de forma detalhada no sexto capítulo, sob o aspecto do sujeito interpelado pela ideologia. A forma-sujeito e a posição do sujeito ocupada frente ao Outro estão intimamente ligadas às práticas políticas e econômicas. Essas práticas condizem com o discurso capitalista e, por isso, articulamos o efeito desse discurso com o advento do sujeito de direito e com a forma-sujeito do adolescente autor de “ato infracional”. A criação do ECA (1990) não deixa de ser um ato político, que serve não somente para garantir e proteger a criança e o adolescente, mas, também, para regularizar e determinar a subjetividade deles, por meio do sistema capitalista.

2.METODOLOGIA

2.1 Paradigma indiciário e a metodologia da Análise do Discurso e da Psicanálise

A Psicanálise e a Análise do Discurso de tradição francesa (AD) são compreendidas pelo viés de um paradigma científico chamado indiciário. Nenhuma ciência é capaz de obter uma verdade. A Psicanálise e a AD apontam para a impossibilidade de descrever e interpretar o todo. As disciplinas indiciárias tratam o objeto de pesquisa não sob a forma de observação direta de dados, visando somente à superfície, mas, sim, sob os efeitos causados pelo inconsciente e pela ideologia, os quais estão para além de dados observados, estão no funcionamento discursivo.

As disciplinas indiciárias pressupõem que os pormenores, pontos que passam despercebidos, podem apontar para sentidos de notável alcance. Nesses pormenores a realidade é opaca e há zonas privilegiadas (sinais e indícios) que permitem decifrá-la. Aquelas disciplinas partem do princípio de que a realidade não é transparente e a linguagem é opaca. No entanto, existe uma regularidade de método nelas. Não se ordenam por verificações estatísticas, mas, sim, pela amplitude e conexão das elucidações e teorias, ainda que estas não sejam definitivas e não sejam generalizáveis os resultados alcançados (Ginzburg, 1986). Ao mesmo tempo em que existe essa regularidade, não se barra a entrada do contingente, pelo contrário, este faz parte do processo de investigação.

A AD não trata da língua, nem da gramática, e, sim, do discurso. Esta palavra vem da ideia de curso, ou seja, da palavra em movimento. A partir desse ponto de vista teórico-metodológico não se trabalha com a língua como sistema abstrato, mas com a língua no mundo em maneiras de significar e considerando a produção de sentidos. Portanto, o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia. Ele reflete sobre o modo como a linguagem está materializada na ideologia e como esta última se manifesta na língua (Pêcheux, 1975/1988, 1983/2008). O discurso não trata apenas de transmissão de informação, pois todo discurso implica um sujeito, e este é afetado pela língua, pela história e, ainda, pelo seu inconsciente (no sentido lacaniano). Essa área de conhecimento teoriza a interpretação, ou seja, compreender é saber como o objeto produz sentido e como as interpretações funcionam (Orlandi, 2005).

A AD trabalha com a materialidade da linguagem em seu aspecto linguístico e também histórico, processos indissociáveis do processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que o significam. Analisa a própria língua no processo sócio-histórico e político, em que tanto o sujeito quanto o sentido são partes. Os dados, a partir desse ponto de vista teórico-metodológico, não são objetos empíricos, e, sim, efeitos de sentidos entre sujeitos. A análise de dados e a teoria são elementos inseparáveis em uma pesquisa (Pêcheux, 1975/1988, 1983/2008). Não se trata do dito e do evidente no sentido da sintaxe e da semântica da fala, do escrito, da imagem etc. Portanto, para a Análise do Discurso, não existe dado enquanto tal. Os dados são resultados de uma construção, que leva em conta o real e a exterioridade (Orlandi, 1996).

A exterioridade não é o que está fora da linguagem. Esse conceito se refere a uma discursividade denominada interdiscurso, que é uma objetividade material contraditória e reside no fato de que algo fala antes, em outro lugar. Esse é o campo de dominação das formações ideológicas. São essas formações que fornecem a cada sujeito a sua realidade num sistema de evidências e de significações percebidas e experimentadas. A constituição do discurso remonta à memória, ou seja, aos outros dizeres, que sustentam um dizer para adquirirem um sentido (Orlandi, 1996).

Para Lacan (1971-72/2012), o discurso é efeito de linguagem que se precipita num laço social. O discurso se ordena às avessas, ou seja, tudo que nele se articula é ordenado por seus efeitos. É próprio do efeito de sentido ser ambíguo, entretanto a ambiguidade é o que estabelece a ponte entre um discurso e aquilo que provém de outro discurso. O efeito de linguagem nada mais é do que a articulação da cadeia de significantes que, no intervalo entre um e outro, um sujeito aparece. Assim dependendo do lugar em que está determinado significante pode se ter uma ou outra forma de interpretação, ou seja, “antes que um significante seja verdadeiramente posto em seu lugar, isto é, situado justamente pela ideologia para a qual é produzida, há sempre efeitos de circulação. A significação precede em seus efeitos o reconhecimento de seu lugar instituidor” (Lacan, 1971-72/2012, p. 147).

Outro ponto importante é que a AD não propõem categorias prévias de análise, visto que seu objetivo metodológico é o de desvelar os processos discursivos que subjazem aos processos sintáticos. Para tanto, iniciam por estabelecer, na estrutura sintática do enunciado, lugares ou marcas formais (linguístico-discursivas), denominadas de “recortes”, que estariam indiciando um modo específico de relacionamento com a ideologia. Esses lugares colocam em movimento um processo de significação específico, que vai alocar algumas posições discursivas e proibir, ou interditar, outras. Essas posições de sujeito são determinadas pela

ideologia de maneira inconsciente, como veremos adiante. Temos, como resultado, que a regra máxima da AD é dizer x para não dizer y (Pêcheux, 1975/1988), ou seja, esses conteúdos interditados, que ficam no nível do não-formulado, retornam para o analista na forma de implícitos e de processos de silenciamento e são considerados como parte do sentido (Orlandi, 1994).

Após efetuar os recortes iniciais das marcas formais, procuramos relacioná-las a um tipo de discurso e, posteriormente, a um processo discursivo. Nesse ponto, recorreremos à memória e à história de produção dos sentidos (“interdiscurso”). Esse procedimento faz com que o analista sempre estude a enunciação (ou seja, o processo de produção daqueles enunciados), e, para tanto, ele (analista) deve procurar descrever as condições de produção³ daquele discurso (Por que isso foi dito desta maneira, e não de outra?).

A natureza dos recortes que são efetuados na superfície linguística varia e pode ir desde uma supra-segmental (uma curva entonativa, por exemplo) até uma única palavra, ou um texto inteiro. O importante a ressaltar é que uma análise nunca esgota um texto, visto que o que o analista busca é a particularidade, já que latejam na superfície do enunciado vários lugares de significância, os quais podem ser recortados em outros momentos. Isto faz com que os textos ofereçam múltiplas possibilidades de análise. A AD e a Psicanálise postulam que não existe sentido único, mas, sim, uma multiplicidade de sentidos, atribuindo um caráter polissêmico ao texto e ao discurso.

Determinar a relação com a ideologia vai mostrar ao analista como o sujeito, a partir daquela posição específica de enunciador, relaciona-se com o Imaginário, bem como de que maneira ele (sujeito) está se submetendo ao Simbólico (através de uma posição de resistência ao “status quo”, por exemplo), e atravessado pelo Real.

Finalmente, é preciso assinalar que a AD não se dá em dois momentos distintos, como costuma fazer a análise tradicional (conteudística). O analista do discurso une o procedimento de análise com checagens da teoria, de modo que o processo analítico, as premissas e postulados teóricos estão o tempo todo em diálogo, um servindo para nutrir o outro. Isso faz da AD e da Psicanálise disciplinas *sui generis*, que se colocam como contraponto às ciências galileanas (positivistas).

Quando se trata da Psicanálise e da AD é fundamental lidar com a incompletude do saber, bem como com a incerteza do resultado final. A finalidade é a de construir um saber

³ É o conjunto ou o entorno da produção do enunciado: lugares, sujeitos e relação com outros dizeres. Definiremos detalhadamente esse conceito mais adiante.

que permita aos pesquisadores trabalharem seu objeto de pesquisa e elucidarem o que é possível alcançar na relação entre pesquisadores e objeto de pesquisa. Isso só é imaginável e simbolizado a partir de indícios. A falta é o ponto axial do desejo de saber e permite postular a impossibilidade de tamponá-la com os progressos da pesquisa científica, na medida em que é essa mesma falta que causa o desejo do pesquisador.

O analista busca interpretar não somente o que está dito, mas também o não-dito, ou seja, aquilo que pode ser lido nas bordas do dizer. Isso vem articulado à materialidade linguística, que integra o discurso. Na cadeia significante de um texto ou fala não existe um sentido já dado, pois a linguagem é permeada por metáforas e metonímias e há uma primazia do significante sobre o significado (Lacan, 1958/1998). Conforme Dor (1992):

As noções de metáfora e metonímia constituem, na perspectiva lacaniana, duas das pedras fundamentais da concepção estrutural do processo inconsciente. Essas duas molas mestras sustentam, com efeito, uma larga parte de edifício teórico mobilizado pela tese: o inconsciente é estruturado como uma linguagem. (p.42)

A metáfora é uma figura de estilo fundada em relações de similaridade. Intervém ao longo do eixo sincrônico (da língua). O princípio da metáfora consiste em designar alguma coisa por meio do nome de outra coisa, sendo, desse modo, uma substituição significativa, em que o sentido se produz a partir do não-sentido. Já a metonímia é uma figura de linguagem que se caracteriza pelo processo de transferência de denominação por meio da qual o objeto é designado por um termo diferente daquele que lhe é habitualmente próprio. Essa transferência, no entanto, só é possível pela ligação de dois significantes. Esses dois termos (metáfora e metonímia) podem estar ligados por uma relação de matéria a objeto ou de continente a conteúdo, ou seja, relação da parte pelo todo ou da causa pelo efeito (Dor, 1992).

A metáfora é a substituição de uma palavra pela outra, em que o significante trocado passa para o lugar de significação. E a metonímia implica o deslocamento dos significantes, assim ocultando um significante em relação ao outro. Nesse caso são necessários dois ou mais significantes para dizer algo, isto é, somente um significante não representa a si mesmo. Por isso a cadeia de significantes implica uma hiância entre um significante e outro, sendo que na retroação a atribuição de sentido se dá.

Como podemos perceber pelos pressupostos teórico-metodológicos apresentados, pesquisar nessa linha teórica provoca um deslocamento do Imaginário para o Simbólico e

assinala a diferença entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, na medida em que não se exclui o contingente e nem o impossível, as duas faces do Real.

2.2 Considerações sobre o corpus

Os dados de uma pesquisa são chamados de “*corpus*”, um termo técnico utilizado pelas Ciências da Linguagem em geral para designar o conjunto de enunciados analisados, sua constituição depende do fato de linguagem a que o analista se propõe investigar. Os dados podem ser escritos, verbais ou não verbais (imagens, desenhos, fotos, etc.) (Orlandi, 2005).

O “*corpus*” dessa pesquisa é composto pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA, 2004), o Estatuto da Criança e Adolescente, especificamente o Título III: Da prática de “ato infracional”; bem como outros artigos dessa legislação que se referem ao adolescente como sujeito de direito e pessoa em desenvolvimento. Recortes do Código de Menores, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Código da Constituição Brasileira também fazem parte do corpus.

O alicerce inicial do *corpus* foi escolhido (Título III: Da prática de “ato infracional”) anteriormente à composição da pesquisa. Tomamos esse recorte como uma direção inicial. No percurso das leituras, da escrita e das articulações fomos constituindo o restante dos enunciados analisados, ou seja, as outras normas jurídicas presentes na pesquisa. Essas outras normas e outros discursos analisados estavam diretamente e indiretamente relacionados ao tema de nossa investigação. Portanto, os outros recortes das normas só puderam ser encontrados ao longo do trabalho da pesquisa. A compilação do corpus está descrito no anexo.

O enfoque da análise foi o discurso que organiza o ECA (1990), no qual procuramos determinar contradições, ambiguidades, paráfrases, formas de nomeação, entre outros acontecimentos de descrição do “ato infracional” e do adolescente que o pratica. Nessa materialidade, foram efetuados recortes, que são trechos ou segmentos significativos de um discurso, os quais indiciam uma determinada maneira de significar, a fim de produzir determinados sentidos e calar outros. Considerando que a ideologia é constitutivamente inconsciente, e que sua forma de atuação se dá pela contradição e pela ambiguidade, é nesse

lugar que operamos, procurando uma interpretação que esteja além do dito, além do enunciado.

Realizamos uma leitura da cadeia de significantes no interior do discurso, isto é da ordem de uma lógica não formal subjacente ao discurso. Não foram feitas aproximações dos dados na expectativa de encontrar algo lá, pois isso é contrário à Psicanálise e à Análise do Discurso, que seguem a estrutura das disciplinas indiciárias. Sendo assim, há um estado de não saber inicial do analista, de tal modo que este pode ser afetado pelo funcionamento da cadeia significante em lugares onde o sujeito emerge por meio de indícios, tais como atos falhos, repetições, contradições e outras formações do inconsciente. Do mesmo modo, é tarefa da análise determinar como o adolescente que infringe a lei é submetido à ordem do discurso imposta pelo Direito, assim como as formações ideológicas que determinam sua submissão a mesma lei.

Como o corpus desta pesquisa foi composto por materiais de *arquivo*, e esse conceito é tomado como um documento aberto a uma leitura interpretativa, são consideradas a materialidade da língua e a memória discursiva (processo sócio-histórico). Pêcheux (1982/1994) afirma que a “relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, constituem o nó central de um trabalho de leitura de *arquivo* (p. 57)”.

O trabalho da configuração do corpus é um recorte do pesquisador sobre o discurso. Portanto, o próprio recorte já é um trabalho de análise, pois implica decidir quais propriedades discursivas serão analisadas. Consideramos o texto da lei um espaço signifiante, um lugar de jogos de sentidos, de trabalho ideológico e funcionamento discursivo, particular é o recorte (o olhar), já que a análise não é realizada a partir de uma sequência linguística fechada, mas a partir das formações ideológicas, das discursivas e das condições de produção.

No próximo capítulo recortamos os artigos jurídicos que servem como corpus da pesquisa⁴, que foi delineado na medida em que analisávamos o processo sócio-histórico referente ao “ato infracional”, a posição do adolescente perante o Estado e o deslocamento do lugar do adolescente (de objeto de direito para sujeito de direito).

⁴ A sequência dos recortes se encontra no anexo A.

3. O DISCURSO DO DIREITO E O ATO INFRACIONAL

No capítulo presente introduzimos brevemente alguns conceitos básicos, sob uma perspectiva discursiva, das ciências jurídicas, isto é, os temas do Direito que interessam a esta pesquisa; especificamente os conceitos de lei, ordem, infração e punição, os quais estão relacionados ao “ato infracional”. Essa expressão surgiu com a criação do ECA (1990), no entanto, a infração na adolescência já vem sendo problematizada pelo Direito desde a criação do Código de Menores (CM) de 1929, reformulado em 1979, o que nos levou a revisitar as outras normas que prescrevem e delineiam a transgressão na adolescência.

Tomamos as normas jurídicas como o enunciado (materialidade linguística) e os efeitos de sentido (materialidade histórica) como a enunciação. Portanto, para a análise recorreremos não somente ao ECA (1990), mas também a outros documentos jurídicos que estão relacionados ao tema, como os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Criança e da Constituição Federal Brasileira. Dessa forma, neste capítulo, já estaremos delimitando nosso corpus. Cabe ressaltar que a pesquisa parte da ideia de três definições de discurso apresentadas a seguir.

Pêcheux (1975/1988, 1983/2008) concebe o discurso como a manifestação dos efeitos de sentidos entre locutores, que são determinados pelas condições de produção e pelo processo sócio-histórico. Todo discurso pressupõe um sujeito afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. O sujeito não é fonte de sentido, mas se constitui por uma rede de significantes acionados pelas diferentes formações discursivas representando, assim, diferentes posições que se pode ocupar, isto é posições decorrentes das contradições, lacunas e descontinuidades presentes nas formações discursivas e ideológicas.

Para a psicanálise o sujeito é constituído a partir do Outro, o lugar da cadeia de significantes. Esse sujeito refere-se ao inconsciente como discurso do Outro. Basicamente o discurso para essa área de saber é concebido como estatuto do enunciado associado à enunciação, como uma rede ordenada denominada saber. É, também, concebido como um aparelho que regula o gozo e possibilita o desejo e o laço social, ou seja, os lugares possíveis de serem ocupados pelos seres falantes nas relações entre o grande Outro e o pequeno outro (Lacan, 1969-70/1992).

Para Foucault (1970/2007) o discurso é uma fala oferecida por uma determinada instituição. As práticas discursivas são regras sociais, as quais são construídas por instituições e “micro-poderes”. As formações discursivas se configuram como um “conjunto de

enunciados identificáveis por seguirem um mesmo sistema de regras historicamente determinados” (p. 12). Essas formações nada mais são do que expressões de poderes sociais, políticos, econômicos, religiosos, morais e ideológicos.

Foucault (1970/2005) articula dois conjuntos da ordem do discurso (externos e internos), que nada mais são do que formas de controlá-los. São recursos que restringem a enunciação do discurso na medida em que nem tudo pode ser dito por qualquer sujeito, em qualquer lugar ou conjuntura. Os externos constituem as influências das regras sociais, que são procedimentos de controle e delimitação do discurso em que estão implicados o poder e o desejo. Há três sistemas de exclusão externos que incidem sobre o discurso: a palavra interdita (não se pode falar tudo o que se pensa em qualquer situação); a partilha da loucura (o discurso do louco é impedido de circular como o dos outros); e a vontade de verdade (modo de separar as proposições verdadeiras das falsas impostas pelas instituições). Os procedimentos internos são os próprios discursos a exercerem o controle, funcionam como princípio de rarefação: ordenação, classificação e distribuição.

3.1 O discurso do Direito e as leis jurídicas

A ciência do Direito estabelece uma estrutura deontica para as normas jurídicas, isto é, as afirmações de como alguma conduta “deve” ou “não deve” ser, o que estabelece uma determinada precisão factual e atos de coação. O Direito prescreve que um dado p deve ser o ato de coação q . Portanto, a estrutura do enunciado possui o antecedente p conectado deonticamente ao consequente q . A definição do antecedente como descrição de comportamento humano e do consequente como sanção corresponde à generalidade das normas jurídicas. Essas regras, assim, têm a estrutura lógica de uma proibição, por descreverem a conduta ilícita como antecedente e a punição como consequente. Para essa ciência não importa se uma norma é verdadeira ou falsa, justa ou injusta, mas, sim, se é válida ou inválida, prescrita ou não prescrita (Kelsen, 1934 citado por Coelho, 1995).

Pêcheux (1975/1988), ao interpretar Frege (1891/2009), afirma que o fenômeno de indeterminação se encontra tanto no discurso do aparelho jurídico como no funcionamento cotidiano das noções gerais. É por meio da indefinição que o sentido adquire a generalidade que se espera de uma lei (termo entendido no sentido jurídico, segundo o qual alguém tem sua conduta regulada). O sistema jurídico prevê uma sanção para aquele que infringe o que está

prescrito nas normas. O jurídico é um domínio da aplicação da lógica (como pensam os teóricos do formalismo jurídico), implica simulação constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos de dedução conceptual, ou seja, sanção jurídica e consequência lógica. Essa relação é confirmada pelo funcionamento aparentemente homogêneo da hipótese e da relação condicional.

Para entender a função das proposições jurídicas, enquanto conceitos e definições, Pêcheux (1975/1988) propõe a distinção explicativa/determinativa no cruzamento das duas oposições. O imaginário da identificação mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica. A dupla face de um mesmo erro central consiste, de um lado, em considerar as ideologias como ideias e não como forças materiais e, de outro lado, em conceber que elas têm sua origem nos sujeitos quando, na verdade, elas constituem os indivíduos em sujeitos. O erro dos lógicos se dá ao reconhecerem que certas proposições são universais ou particulares quando, na verdade, elas são singulares. E o sistema jurídico pretende tomar as proposições das normas descritas enquanto lei universal.

Como é da ordem do impossível dizer tudo, nas leis jurídicas existem as lacunas (crimes a respeito dos quais ainda não existem leis) e as ambiguidades, o que permite mais de uma interpretação para o mesmo enunciado. Para a teoria do Direito as lacunas e a ambiguidade não pertencem à logicidade do sistema jurídico, pois o que não está proibido está permitido, o que torna a ideia de lacuna, equívoco ou ambiguidade inadmissível (Kelsen, 1934 citado por Coelho 1995). Nesse sentido, a ciência jurídica recusa a estrutura da linguagem como faltante, diferentemente da Psicanálise e da AD.

O Direito é um conjunto de normas destinadas a regular o comportamento humano a fim de reduzir os conflitos sociais e permitir uma convivência social minimamente pacífica. Miaille (1979/2005) critica a lógica pura do sistema jurídico ao mostrar que existe uma ambivalência no termo Direito, ou seja, significa simultaneamente o conjunto de regras formalmente jurídicas que regem o comportamento dos homens em sociedade e o conhecimento que se pode ter dessas regras. Essa dualidade, muitas vezes, é distinguida como direito-ciência e direito-arte. O autor defende o Direito enquanto ciência, mas não uma ciência exata, em que a aplicação da técnica é sempre certa; é uma ciência que lida com seres falantes e, portanto, com a língua e com a linguagem. Isso implica de certa forma um distanciamento entre os conhecimentos teóricos e as realidades práticas.

Monte-Serrat (2013), ao comentar Miaille (1979/2005), afirma que o homem está envolvido em relações sociais que não podem ser relegadas à vontade própria de cada um, pressupondo a necessidade de regras de conduta, às quais o homem precisa estar submetido

para, assim, possibilitar as relações com o outro. A lei, na perspectiva do Direito dever ser observada, se necessário, pela coação social, e isso faz parecer que o conhecimento do Direito é extraído da experiência observável, o que o coloca no lugar de uma ciência positiva. Isso é descrito por modos e conceitos de raciocínio (consciente), excluindo a possibilidade dos acontecimentos contingentes. Desse modo, o funcionamento do Direito:

.... se baseia na crença de que há um bem comum superior aos interesses de todos a ser preservado, e é em relação à busca desse bem comum que são impostas as noções de ‘interesse geral’, de ‘direitos e deveres do cidadão’, de ‘soberania Estado’, presentes na doutrina jurídica. (Monte-Serrat, 2013, p. 33)

A lei prevista pelo Direito brasileiro ganha validade na forma de escritura, de um texto legal. Ao funcionar na forma escrita a lei ganha um estatuto Simbólico, equivalente a um lugar (o da lei) ao qual o sujeito pode recorrer. Nesse sentido, ela possibilita a inscrição do sujeito num lugar Simbólico. A lei adquire importância perante uma sociedade na medida em que ordena e possibilita que essas sociedades prosperem. Entretanto, ela pode ser seguida ou transgredida, mas a violação não poderia ser sem consequências para o sujeito. O que mais importa para nós (analistas do discurso e psicanalistas) não é a pena em si, mas, sim, o processo de responsabilização e implicação por parte do sujeito em relação ao ato cometido.

Para Miaille (1979/2005) a noção de Estado não aparece como um fenômeno, mas, sim, reduzido à noção de interesse geral, que não passa de uma representação da vida social de forma idealista. O conceito de Estado está relacionado a uma ideologia que se destaca do contexto social e histórico e passa a formar um conjunto de noções universalmente válidas, que passa a exprimir uma razão pura. Monte-Serrat (2013) aponta a ciência jurídica como dependente de outras ciências, pois é por meio da história que se pode enxergar a ciência do Direito como produto da sociedade, e não como um produto a-histórico.

O Direito, ao instituir um sistema de relações, torna os indivíduos em pessoas no sentido jurídico, atribuindo a eles certo número de papéis para representar no jogo social; ou seja, há um conjunto de normas que estabelecerão a medida dessas relações. O conceito de norma e de pessoa, no interior do discurso do Direito, articula-se à ideia de que a norma jurídica emana do homem, o que culmina em um sentido paradoxal: objeto de Direito e ao mesmo tempo seu autor. Nesse funcionamento discursivo existe um processo ideológico que relaciona a mercadoria na esfera econômica e o papel da norma na esfera jurídica, sendo que o processo de fetichismo da mercadoria encobre a produção e a circulação de objetos e as

relações sociais aí implicadas (Miaille, 1979, citado por Monte-Serrat, 2013). A esfera econômica e a jurídica serão retomadas de forma mais detalhada no sexto capítulo.

A obrigatoriedade e a imperatividade explícitas no discurso do Direito sugerem uma ideologia que se destina à manutenção da ordem, justificada pelo interesse geral da nação, o que implica uma falsa consciência. O agrupamento dos homens em nações e Estados não é inocente, mas cumpre a função de submeter e controlar os indivíduos, longe então da concepção de neutralidade e de igualdade de todos. O Estado esconde as diferenças de classe, e é um instrumento da classe dominante, que está a serviço de um sistema sociopolítico (Miaille, 1979, citado por Monte-Serrat, 2013).

Depois de discorrer sobre a estrutura das leis jurídicas na perspectiva de Kelsen e de Miaille, visões teóricas que são opostas no interior do discurso do Direito, passamos para a análise do conceito de infração. Para isso, utilizamos as propostas do Foucault, da Psicanálise, além de alguns teóricos do Direito.

A etimologia da palavra infração vem do latim (“*infractio*”), que significa quebra e ruptura. O vocabulário jurídico refere-se à infração como ação de infringir; de violar uma lei, uma ordem; enfim consiste numa transgressão. É o ato de ignorar as leis e as normas traçados pelo Estado com o fim de ordenar o comportamento social da população (Silva, 1987). Segundo o dicionário jurídico a lei consiste numa:

Norma, regra, princípio constante, prescrição legal; domínio, poder, mando; regra de Direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter, numa comunidade, a ordem e o desenvolvimento; norma pela qual o agente usa os meios necessários, reagindo e repelindo a agressão a direito seu ou de terceiro. (Santos, 2001, p.145)

Como a lei se impõe à observância dos cidadãos depende, principalmente, da sanção de que é dotada. A sanção é a coerção de que a lei se serve para tornar-se obrigatória e fazer-se obedecer. A sanção é a consequência do descumprimento da lei. Não é um castigo, mas um efeito, uma vez que a sanção representa, também, uma vantagem que a lei confere a quem a obedece.

Foucault (1973/2005) fala sobre uma nova noção de infração que emerge no fim do século XII. A justiça deixa de ser contestada pelos indivíduos, que não terão mais o direito de resolver, mas, sim, de submeter-se a um poder exterior. Esse poder exterior se impõe como poder judiciário e político. Nesse sentido, a noção de crime deixa de ser um dano cometido por um indivíduo contra o outro e passa a ser uma ofensa ou lesão do sujeito a um Estado. É a

lei soberana exterior ao indivíduo que estabelece a culpa ou não, bem como a sanção. A infração e o processo jurídico da confirmação de um ato, nesse caso, começavam a tomar outra forma.

Para as ciências jurídicas, as normas visam a orientar o comportamento humano, levando o homem a agir na sociedade segundo os preceitos legais, os quais criam direitos e obrigações para o cidadão. Como passa a representar uma ordem, retratar o poder de comando do Estado, a lei se torna obrigatória e, não, facultativa. Não importa se os cidadãos compreendem as normas ou não, elas devem ser cumpridas independentemente da vontade deles (Montoro, 2000). Em suma, é um discurso que ao mesmo tempo em que proíbe, ordena.

Philippi (2001) ao criticar o logicismo do Direito explica que este:

Historicamente cumpriu o papel de expressar a vontade de uma minoria, que comporta, em relação à maioria, como um indivíduo violento. As leis sempre foram elaboradas por e para os detentores do comando político, que deixaram pouco espaço para a inscrição dos direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição. (p. 339)

Os homens, nas suas relações sociais, produzem discursos, e Miaille (2005) chama discurso “um corpo coerente de proposições abstratas implicando uma lógica, uma ordem e a possibilidade, não só de existir, mas, sobretudo, de se reproduzir, de se desenvolver, segundo leis internas à sua lógica” (p. 33). Não existe apenas um discurso, existem vários que coexistem, sobrepõem-se, competem, complementam-se, mas quase todos implicam relações de poder e submissão.

Em relação à ordem, Freud (1929/1996) afirma ser uma espécie de “compulsão a ser repetida” (p. 100); ela estabelece um regulamento que decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão são poupadas. Para o autor, os benefícios da ordem são incontestáveis, pois capacita os homens a utilizarem o espaço e o tempo para seu melhor proveito. A civilização entra em cena com a primeira tentativa de regular os relacionamentos sociais (interdição do incesto). Se essa regulação não fosse feita, os relacionamentos ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo. Desse modo, o poder da comunidade é estabelecido como direito, em oposição ao poder do indivíduo isolado.

Uma das exigências da civilização é a da justiça, ou seja, a garantia de que a lei, uma vez criada, não será violada em favor de uma única pessoa. “O resultado final seria um

estatuto legal onde todos – exceto os incapazes de ingressar numa comunidade – contribuíssem com um sacrifício de seus instintos, não deixando ninguém – novamente com a mesma exceção – a mercê da força bruta” (Freud, 1929/1996, p.102).

Dessa forma, a liberdade não constitui um dom da civilização, já que viver em comunidade implica abdicar de determinadas satisfações. O impulso de liberdade é dirigido contra formas e exigências específicas da civilização, pois:

Grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente – isto é, uma acomodação que traga felicidade – entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo, e um dos problemas que incide sobre o destino da humanidade é o de saber se tal acomodação pode ser alcançada por meio de alguma forma específica de civilização ou se esse conflito é irreconciliável. (Freud, 1929/1996, p.102)

A sociedade controla a produção do discurso, com o objetivo de retirar poderes e perigos que ele possa causar (Foucault, 1970/2005). Essas formas de controle são modos de velar o sujeito do desejo (conceito detalhado mais adiante), fazer com que fique alienado à demanda do Outro, o qual encarna a figura da instituição (normas e regras). Desse modo, o controle é uma tentativa de apagar a inquietação e ordenar o discurso social. Mas, ao expulsar a inquietação de um lugar, provavelmente retornará em outro.

A ciência jurídica, resumidamente, toma o Direito como um conjunto de normas, uma ordem coativa, estabelecendo, por sua estrutura, sanções. Quando uma norma prescreve uma sanção a um comportamento, este passa a ser considerado um delito; o seu oposto (o que evita a sanção), será um dever jurídico. O Estado nada mais é do que o conjunto das normas que prescrevem sanções de uma forma organizada (Kelsen, 1934/1998).

Laurent (1996) possui uma visão diferente quando se trata das regras sociais. Para ele a lei não deve conduzir ao ideal, mas, sim, ao Real, por meio do Simbólico (ver quinto capítulo). A regra não é independente de uma prática regular da lei, o que quer dizer que não há regras sem a infração, bem como não há regra sem uma prática da interpretação das regras. Já para Garcia (2004) a primeira consequência da Lei, a interdição do incesto, terá sido fazer do selvagem um homem e, conseqüentemente, criar uma cultura. A ruptura, quanto à ordem biológica e orgânica, é efeito da criação da cultura e, se há uma ruptura quanto à ordem biológica, se faz necessária a criação de outra ordem, a do Simbólico. São formas diferentes de conceber a lei, mas a ordem está subtendida em todas as definições.

Lacan (1950/2003) discorre sobre as consequências objetiváveis dos métodos jurídicos:

Nenhum método, portanto, tornará menos possível eludir a relação que liga o Crime à Lei, na medida em que esta é simultaneamente normativa (imperativo categórico) e contingente (Lei positiva). Ou seja, ele não pode respaldar nenhum rebaixamento cientificista ou pragmatista do nível dos problemas. (p. 127)

Para Lacan (1950/2003), o tratamento do criminoso só é humanizado a preço de um declínio de sua humanidade, supondo que o homem se faça reconhecer, por seus semelhantes, pelos atos cuja responsabilidade ele assume. A prisão é uma solução ideal do problema da criminalidade para o idealismo científico e, também, válida para evitar os atos condenados pela sociedade; exclui, portanto, o criminoso da interação social. A psicanálise amplia as indicações de tratamento possível do criminoso, evidenciando a existência de crimes que só têm sentido se compreendidos numa estrutura da subjetividade, ou seja, na relação do sujeito com o Outro. Lacan (1950/2003) critica a instituição penitenciária, pois ela estigmatiza e se prende no engano de que a cura só é possível pela reclusão.

“A denúncia do Universo mórbido do crime não pode ter por corolário nem por finalidade o ideal de uma adaptação do sujeito a uma realidade sem conflitos” (Lacan, 1950/2003, p. 128). Isso porque o humano não é apenas obra da organização social, mas, também, fruto da relação subjetiva; há uma espécie de submissão do particular ao universal, na medida em que o sujeito se aliena aos semelhantes, podendo encontrar seu caminho ou sua saída na identificação à agressividade e à criminalidade, ou seja, não se trata de uma anomalia psíquica.

A psicanálise se apoia na estrutura do sujeito para compreender a coerência dos traços que esses mesmos sujeitos apresentam. Tal estrutura não se trata de um idealismo egocêntrico, como são apresentados. Os criminosos muitas vezes são “as vítimas sem voz de uma crescente evolução das formas diretivas da cultura rumo a relações de coerção cada vez mais externa” (Lacan, 1950/2003, p. 129). Os criminosos acabam se tornando bode expiatório, uma função Real que lhes garante um lugar na sociedade.

Somente o Estado, com a Lei positiva, pode dar ao ato criminoso uma punição, segundo a organização cultural e social.

O ato há de ser submetido a um julgamento abstratamente fundado em critérios formais, nos quais se reflita a estrutura do poder estabelecido. O veredito ficará entregue, não sem

escândalo, mas também não sem razão, ao funcionamento dos debates verídicos - donde resulta, não menos logicamente, o reconhecimento do direito do acusado à mentira, que denominamos de respeito à consciência individual. (Lacan, 1950/2003, p. 129)

Lacan (1950/2003) concebe as categorias do crime como relativas aos costumes e às leis existentes. A grande determinação do crime é a própria concepção de responsabilidade que o sujeito recebe da cultura em que vive: “A responsabilidade, isto é o castigo...” (p. 130). Para o autor, as penas inscritas na sociedade são da ordem de uma alienação intrínseca na própria instituição em que são colocados os infratores. Quando se trata da implicação de um infrator, as noções teóricas psicanalíticas e a prática clínica podem contribuir para guiar a ação do pedagogo, do político e do legislador.

A psicanálise não encontra um benefício ao excluir o culpado da comunidade humana. Ela aponta para um “tratamento” em que o sujeito não fique alienado a si mesmo. A psicanálise do criminoso tem seus limites onde começa a ação policial e, por isso, não pode ser exercida sem punição, mesmo “quando o delinquente, infantil, por exemplo, se beneficiar de uma certa proteção da lei” (Lacan 1950/2003, p. 131). A psicanálise respeita o sofrimento de qualquer um. A verdade que a psicanálise busca é a verdade do sujeito, que não pode estar desvinculada da experiência que a constitui, ou seja, não pode fazer outra coisa senão responsabilizar o sujeito por seu ato, sem o que a experiência humana não comporta nenhum progresso.

Como articulado acima, o Direito promove um sujeito de direito e deveres sob a ideologia de um sujeito livre, mas responsável pelos seus atos. Ao mesmo tempo em que o discurso do Estado submete o sujeito às leis jurídicas, ordena o social. No entanto, a forma de submissão se dá pela alienação e pela tentativa de determinação da subjetividade do indivíduo. Trataremos desse assunto mais adiante, antes disso revisitamos o processo sócio-histórico e as condições de produção referentes à infração na adolescência.

3.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente e o ato infracional

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) é um regulamento criado por legisladores, que trata da prescrição de normas relacionadas à proteção e aos direitos da

criança e do adolescente, conforme descrita no artigo 1º: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (p. 11).

O ECA (1990) se inspirou na Declaração Universal dos Direitos humanos (DUDH, 2010), adotada e proclamada pela Resolução 217, de 10 de dezembro de 1948. O Estatuto é, também, considerado produto de movimentos sociais, tais como: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de 1985, a Emenda Popular Criança – prioridade Nacional Permanente de Entidades Não-governamentais de 1987; Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1988; e a frente Parlamentar de Infância. O ECA (1990) divide-se em dois livros. O livro I apresenta os direitos fundamentais da criança e do adolescente e o dever da prevenção contra a violação desses direitos. O livro II descreve as políticas de atendimentos, bem como a prática do “ato infracional” e as “medidas socioeducativas” (Gonçalves & Garcia, 2007).

Seguem os artigos descritos no DUDH (2010, p. 5) referentes aos direitos da criança e do adolescente: “VI - Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei. VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.”

Esses artigos revelam, portanto, que o adolescente faz parte desse conjunto, já que se trata de “pessoa”. Portanto, o ECA (1990) adveio como resposta a tal Declaração, e tem como função a de garantir e vigiar os direitos da criança e do adolescente, enquanto sujeitos jurídicos. O Estatuto se refere a todas as crianças e aos adolescentes e, não, somente aos que estão em “situação irregular”, como era previsto no Código de Menores (1979). A concepção do adolescente como pessoa reconhecida pelo Direito deriva da expressão “direitos iguais para todos”. A lei que garante direito e protege a criança e o adolescente está descrita no art. 227 da Constituição Federal Brasileira (1988):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (p. 45).

O discurso infracional cria a ilusão, com a escolha do significante “*proteção integral*” (ECA, 1990), de que, através do manejo interdisciplinar, seja possível resolver a problemática do adolescente que comete infrações. Há o intuito, ao menos na escrita da lei, de tamponar a

lógica da falta. Do ponto de vista da psicanálise e da AD não se opera no sentido de tamponar o furo, mas, sim, de manejar as problemáticas a partir dele.

O ECA (1990) descreve e separa a criança do adolescente a partir de idades cronológicas, como indicado no artigo 2º: “Considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (p. 11) . Embora esse conjunto seja considerado de pessoas, não equivale ao adulto, posto que pessoa, para esse grupo, implique em desenvolvimento, como colocado no seguinte artigo:

6º: Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (p. 13).

A expressão “ato infracional” foi criada pelos legisladores na elaboração do ECA (1990), e aparece no artigo 103.º “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (p. 69), ou seja, quando nos referimos ao “ato infracional”, já está implícito um ato cometido pelo adolescente, pois, pelo Código Penal, crianças e adolescentes são penalmente inimputáveis, como afirmado no artigo 104º: “São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às medidas previstas nessa lei” (p. 69).

Rosa e Lopes (2011) afirmam que o ECA (1990) não deveria ser concebido como apêndice do Direito Penal, pois possuem registros com estruturas diferentes. A prática do sistema de garantia de direitos evidencia a importância de uma atuação interdisciplinar para dar conta da complexidade da adolescência, para dar suporte e garantia à aplicação do Direito no que se refere ao adolescente.

A infração, o delito e o crime configuram uma transgressão perante a lei do Estado, o diferencial são as penas: no crime a pena é reclusão e detenção; no caso de contravenções (infração e delito) a prisão simples e aplicação de multa; e, no caso do “ato infracional”, a pena são as “medidas socioeducativas”. As medidas não deixam de ser punições àqueles adolescentes que ferem a lei. O discurso que se apresenta no ECA (1990), pelo menos aparentemente, é de que a medida não tem caráter punitivo, mas, sim, educativo (Valente, 2002).

Chamam a atenção os significantes, “crime e contravenção penal”, os quais foram escolhidos para definir o “ato infracional”: não seria um eufemismo? Pois, na prática, parece

ser a mesma coisa; ou seriam condutas diferentes tirar a vida de alguém, subtrair para si ou para outrem com violência, vender substâncias entorpecentes, etc.? Não resta dúvida, para Rosa e Lopes (2011), que as condutas denominadas crimes sejam iguais às condutas denominadas “ato infracional”. Para os autores perde-se tempo em discutir a terminologia do texto legal, e que, na verdade, só servem para virar motivos de divagações entre os juristas. A terminologia utilizada para os adolescentes parece ser uma escolha política para dar falsa ideia de que isso significa algo menos grave.

Concordamos que seja um eufemismo, no entanto será que existe a abertura para um efeito de sentido diferente, devido à troca de significantes? Não podemos esquecer que a aprovação do ECA (1990) equivale a um ato político, de modo que, apesar de existir uma repetição do que já estava no Código de Menores (1979), algo novo emerge (ver sexto capítulo). O Estatuto surge apenas para mascarar determinado funcionamento? Entendemos que o fato de haver uma mudança no texto legal implicaria uma mudança na prática, pois na repetição sempre há algo novo. Lacan (1971-72/2012) afirma que o deslizamento de significante pode obter um estatuto de ato, desde que uma palavra ou uma forma de nomeação produza mudança de posição subjetiva, ou seja, quando existe uma ruptura naquilo que se repete.

Quanto ao ato, para psicanálise, esse conceito não se reduz ao simples fazer, mas, sim, a algo que traz uma verdade do sujeito, um Real que não está evidente, que refere mais a uma certeza do que a um enigma, afinal sobre o ato, só dá para saber depois que ele foi consumado. Para Lacan (1975-76/2007), “um verdadeiro ato tem sempre uma parte de estrutura, por dizer respeito a um Real que não é evidente” (p.52), trazendo, assim, algo da particularidade do sujeito. Portanto, não é sem consequências a mudança de crime para “ato infracional”, quando se trata do adolescente.

A expressão “ato infracional” se apresenta como própria do discurso do Direito, um termo visto como técnico e, como parte da lei, se aplica a todos, ou seja, todo adolescente que infringe o Código Penal (crime ou contravenção penal) comete um “ato infracional”. Não há uma gradação possível, é um conceito genérico e não existe um ato mais grave ou menos grave. Não há, portanto, uma separação dos modos de infração, todos ganham um só nome, caracterizando um ponto apagado do furo na lei.

O ponto apagado na lei nos remete à negação da inscrição da lei no Simbólico, a qual Lacan (1957/2005) denominou Lei, com letra maiúscula. O conhecimento sobre as leis não garante que o sujeito não as infrinja. O que nos leva a pensar que a transgressão tem uma função para o sujeito em sua particularidade. Entretanto, o discurso do Direito não opera a

partir da lógica da singularidade e, sim, da lógica universal, e como efeito, denominou todos os atos transgressores dos adolescentes numa expressão única, e, como consequências, seis “medidas socioeducativas”, que analisaremos mais adiante.

Em relação à inimputabilidade, descrita no art. 104º, controvérsias e conflitos no interior do discurso envolvem essa problemática. Para Valente (2002) a inimputabilidade não significa que os adolescentes não sejam responsabilizados pelo delito. Eles são responsabilizados, tendo a capacidade de entender o caráter ilícito de seu ato. No entanto, a “inimputabilidade penal” gera um equívoco no imaginário social, ao apresentar como efeito de sentido, a suposição de que o adolescente não sofre sanção. O debate atual em relação à diminuição da maioridade penal é um eco dessa equivocidade. Para, além disso, o adolescente é inimputável penalmente desde a criação do Código de Menores de 1929, ou seja, a criação do ECA (1990) não justifica o aumento da criminalidade dos jovens.

A palavra imputabilidade vem do latim “*imputabilis*”, de “*imputare*”, o que significa atribuir ato ou qualidade negativa a uma pessoa, de *in*, em, mais *putare*, que significa pensar calcular, deduzir (Dicionário eletrônico etimológico, 2007). Para Silva (1999), a imputabilidade deriva de imputar, aquilo que é imputável, ou seja, a atribuição de responsabilidade do autor referente ao ato cometido. A imputabilidade antecede a responsabilização, sendo por ela que se chega à conclusão da responsabilidade. Já a impunidade exprime a falta de castigo ao infrator, falta de aplicação de pena pelo ato cometido.

Para Santos (2001), a inimputabilidade penal se refere à qualidade de não poder ser imputado, por ser incapaz de entender o caráter ilícito do fato e do ato cometido. Nesse ponto se estabelece a ambiguidade no texto legal, pois ao mesmo tempo em que o adolescente é visto como sujeito que entende sobre o delito, é visto como incapaz de entendê-lo: é inimputável, mas há uma responsabilização.

Para Rosa e Lopes (2011) a inimputabilidade é apenas uma questão conceitual que diz que esses adolescentes não terão a capacidade para ter culpabilidade, embora no ordenamento jurídico eles sejam responsabilizados. Para Zaffaroni e Nilo (2003) “.... a imputabilidade é a capacidade psíquica de ser sujeito de reprovação, composta da capacidade de compreender a antijuricidade da conduta e de adequá-la de acordo com esta compreensão” (p. 626). E para Saraiva (2006) a “inimputabilidade, todavia, não implica impunidade, vez que estabelece medidas de responsabilização compatíveis com a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento” (p. 25).

A responsabilização é descrita como medida socioeducativa, previstas no artigo 112º:

Verificada a prática de “ato infracional”, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – Advertência; II – obrigação de reparar danos; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semi-liberdade; VI – internação em estabelecimento educacional (p. 71-72).

Rosa e Lopes (2011) criticam os termos designados acima, pois a liberdade assistida, a semiliberdade e a internação já existiam, o que indica que não passam de uma “roupagem” diferente, ou seja, troca-se o significante para “medida socioeducativa”. Essa troca não passa de expressões atualizadas de metáforas e de controle. Os autores se deparam diante de duas questões. A primeira coloca-se o critério biológico em confronto com a incapacidade de entender a ilicitude da conduta, o que dá margem para tantos debates que insistem em reduzir a menoridade penal (para dezesseis anos), sob o equívoco do entendimento de que haja impunidade em relação aos adolescentes. A outra questão é que a inimputabilidade do adolescente se refere ao Código Penal, e que a sanção desse grupo se localiza no ECA (1990). Mesmo que a responsabilização seja especial, o Estatuto prevê o adolescente em condições de agir com consciência do caráter ilícito da conduta, apenas movido pela “insensatez ou influência de fatores diversos muito comuns na adolescência” (p. 320).

No entanto, a infração, a inimputabilidade e a internação dos adolescentes estão intrinsicamente relacionados ao modo de como o adolescente era visto pelo sistema jurídico. Restam marcas históricas que impedem uma legislação privilegiarem os Direitos Humanos, pois ainda se prega a internação do adolescente autor de “ato infracional”, pautadas em condutas muito mais repressoras do que pedagógicas. Levando isso em conta, revisitamos o processo sócio-histórico da legislação e do atendimento ao adolescente envolvido em condutas tipificadas como crime ou contravenção penal.

No Brasil Império não havia leis específicas que tratassem das questões das crianças e dos adolescentes; as crianças e jovens podiam ser punidos como os adultos. Nesse tempo as medidas eram de caráter assistencial, com base religiosa; a igreja era responsável pelas instituições de menores, que eram subsidiadas com dinheiro público. As primeiras leis que abordavam a criança e o adolescente surgiram no código criminal de 1830 que foi formalizada como artigo jurídico sobre a inimputabilidade de “menores”; quando se cometiam crimes existiam as medidas corretivas. Estabelecia, assim, a responsabilidade para os menores a partir dos quatorze anos, expressas no artigo:

10º. Se se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser acolhidos às Casas de correção, pelo tempo que o Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos. Nessa época havia a intenção de reprimir a delinquência, mas tal fato social não configurava uma ameaça para a sociedade e para o Estado (Rizzini, 2002, p. 55).

Até o final do século passado, crianças e adolescentes eram vistos frente ao Direito e ao Estado com “menores e incapazes”, ocupando um lugar de objeto de direito; eram tomados como uma propriedade da família, logo o direito dos filhos era o direito dos pais. Somente no século XXI é que a sociedade vai permitir o desenvolvimento integral, jurídico, social, psicológico da criança e do adolescente. Com isso, as crianças e os adolescentes deixaram de ser denominados “menores”, passando a ser nomeados como “pessoas em desenvolvimento”; isso faz justiça a Doutrina da Proteção Integral (Arantes, 1999).

Com o Brasil República houve uma urgência nas questões que envolviam os adolescentes. O Estado queria promover a educação e a correção para transformar os jovens em cidadãos úteis e produtivos, conforme a demanda do capitalismo. No final do século XIX houve discussões mais intensas em relação ao desenvolvimento de leis que visavam aos menores com mais especificidade. A partir de então foram criados estabelecimentos para recolher os menores de acordo com uma classificação, na tentativa de prevenção e regeneração destes. Havia uma separação conforme a idade, o sexo e o tipo de crime. Em 1912 houve um projeto (João Chaves) que visava a uma legislação especial para os menores, no sentido de recolher “jovens delinquentes”. A partir desse projeto inicia-se um afastamento entre o código penal e o infracional, o que culminou no Código de Menores (1929), a qual tinha o objetivo de regulamentar a proteção e a assistência aos menores, tendendo para as medidas protetivas, de prevenção e de assistência (Rizzini, 2002).

A reformulação no Código de menores (1979) abrangia apenas os menores expostos (menos de sete anos), abandonados (de sete a dezoito anos), vadios, mendigos (meninos de rua) e libertinos, e já apresentava alguma visão de proteção, embora muito tímida. Também havia previsão de internação para “menores delinquentes”, limitada pela idade de dezoito anos, e por, no máximo, cinco anos em casas de correção e previsão de medidas alternativas. Isso tinha o objetivo de proteger a sociedade e, não, de proteger e educar a criança e o adolescente. Esse Código foi remodelado em consonância com a Doutrina do Instituto Del Niño, o que resultou na mudança de nomenclatura. Aquele que infringia as normas ou era abandonado passou a ser chamado de “menor em situação irregular” (Arantes, 1999).

Segundo o código de menores comentado (Nogueira, 1985) no artigo 1º:

Este código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores: I – até dezoito anos de idade, que se encontram em situação irregular; II – entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei. Parágrafo único. As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todos menores de dezoito anos, independentemente de sua situação (p. 7).

Fica evidenciado que essa lei se destina à proteção, assistência e vigilância de menores que se encontravam em situação irregular: o menor carente, o menor abastado, o menor infrator. A ação “do juiz de menores é supletiva da família, e quando esta falha é que entra em ação o juizado”. Quando se tratava de menor que foi sindicado e recolhido por apresentar “periculosidade”, continuava recolhido mesmo depois de ter atingido dezoito anos por ordem do juiz de menores. A lei do Código de Menores previa a aplicação da medida de segurança detentiva “aos que apresentam periculosidade e enquanto não houver cessão de periculosidade o indivíduo deve permanecer recolhido” (Nogueira, 1985, pp. 9-10).

A doutrina da situação irregular está formulada no artigo 2º do Código de Menores (1979): “Para os feitos deste código considera-se em situação irregular o menor: V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária e; VI – autor de infração penal” (p. 12).

Alguns autores não adotavam a palavra infrator para o menor e, sim, menor com “conduta anti-social”. A situação irregular era vista pelo CM (1979) como consequência da situação irregular da família, ou seja, desagregação na estrutura familiar. A partir desse ponto de vista, todo o problema se resolveria com a reestruturação familiar, pois a situação irregular do menor era devido à desestruturação familiar (Nogueira, 1985). Nesse sentido, a culpa pela infração na adolescência recai inteiramente na exterioridade, desculpabilizando o sujeito, e assim, excluindo os efeitos do ato em relação à posição subjetiva de cada um.

As primeiras instituições para os adolescentes infratores surgiram formalmente na legislação criminal de 1830, que foram denominadas de Casas de Correção. O legislador preocupou-se em estabelecer um lugar onde se fizessem valer a educação e a punição, o que não se concretizou na prática. Desse modo, acabavam detidos nas Casas de Detenção, juntamente com os adultos. Somente vinte anos depois verificou-se uma tentativa de regularizar as Casas de Correção, que abrigavam os menores delinquentes e mendigos. Apesar do artigo 30º das disposições legais do Código Republicano, que introduziu o tratamento diferenciado para idades entre catorze e dezessete anos, na prática não houve efetividade, e

estes continuaram sob o mesmo sistema repressivo imposto aos adultos (Rosa & Lopes, 2011).

Com o Código de Menores (1979), o adolescente deveria ser colocado em instituições separadas dos adultos, com o intuito de proteger os “menores delinquentes”. Essa prática, no entanto, ficou apenas na letra da lei, o que condiz com o comentário do Juiz Saboia Lima “não é possível atender às diretrizes impostas pela lei do Código de Menores, pois o juizado está completamente desaparelhado para esse fim. O menor não é amparado” (Lima, citado por Rosa & Lopes, 2011, p. 332).

Era visível, nessa época, que os Juízes não tinham como concretizar as medidas de correção e de educação. Devido ao aumento considerável da demanda de internações, surge a necessidade de se criar novos espaços com esse fim, o que era parte da estratégia de intervenção do Estado, que “entendia a situação do adolescente infrator como um problema social em decorrência da pobreza e da desestruturação familiar” (Rosa & Lopes, 2011, p. 332).

Cria-se, portanto, o SAM (Serviço de Assistência ao Menor), com a finalidade de promover políticas públicas relacionadas à infância e à adolescência e tratava-se de uma instituição cuja função era dar assistência àqueles que não estavam ajustados socialmente. No entanto, mais uma vez, a prática não se efetivou, pois tais instituições visavam ainda à internação do menor, no sentido de punição e não de um tratamento educacional. Os menores ainda eram colocados em penitenciárias com os adultos, razão pela qual alguns juízes passaram a condenar o SAM como escola do crime. Após uma série de denúncias e manifestações contra o sistema, em outubro de 1964 Milton Soares Campos apresenta ao presidente da República uma proposta de criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em substituição ao SAM (Rosa & Lopes, 2011).

A FUNABEM tinha como objetivo formular e implantar uma política pública que, planejasse soluções, orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executavam a assistência ao menor. Embora marcada por boas intenções, ainda tratava o menor em “situação irregular” como uma “patologia”. Essas Instituições, como a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-estar do Menor), privavam os menores de educação, orientação e proteção, sendo que cada vez mais se gastava dinheiro público para a manutenção desse sistema, e sem nenhuma eficácia (Arantes, 1999).

A FUNABEM e a FEBEM, na realidade, reforçavam o vínculo com o passado, que não passava de práticas violentas e de caráter repressivo. Nesse momento prevalecia a doutrina de “Proteção Integral Nacional”, como ressaltou Bazílio (2003): “a FUNABEM constituía um

aparelho ideológico do Estado, cumprindo seu papel como instrumento social no combate à propaganda comunista ou subversiva” (p. 35). O que indica uma contradição entre o discurso oficial e a prática institucional.

Apesar da trajetória de mudanças legislativas, a substituição do SAM pela FUNABEM e FEBEM, com todos os discursos de resolução e educação, a prática de internação não mudou, contradizendo o caráter protetivo e pedagógico presente nos documentos legais. Dessa forma, os vícios do SAM e da FUNABEM reproduziram uma espécie de cultura de internamento, nada mais do que uma cópia do sistema carcerário. Surge, então, em 1980 a “Doutrina da situação irregular”, suprimindo as denominações “menor infrator”, “delinquente”, “menores abandonados” pela expressão “menor em situação irregular” (Rosa & Lopes, 2011, p. 339).

A partir da Constituição de 1988, época de efervescência intelectual, política e social - a época da redemocratização – cria-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual foi incorporado à teoria da Proteção Integral, na tentativa de romper com os paradigmas vigentes. Mais um experimento para mobilizar os dispositivos do Estado. Para Rosa e Lopes (2011) uma das grandes conquistas da reforma que promulgou o Estatuto foi a participação popular na defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes. As políticas, dali em diante, passam a ser construídas pelas novas instâncias deliberativas marcadas pela democracia participativa: os novos Conselhos de Direitos. No âmbito nacional, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), no âmbito estadual, os Conselhos Estaduais (CEDCAs) e nos municipais, os Conselhos municipais (CMDCA's).

A partir da concepção da Proteção Integral o CONANDA institui o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) em 2007, configurando uma política para os adolescentes autores de atos infracionais. As políticas de atendimento devem estar articuladas às ações governamentais e não governamentais, como disposto no artigo 86º do ECA (1990, p. 50): “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A concepção de Proteção Integral e a criação de políticas assistenciais podem ser consideradas, ao menos na escritura da lei, uma grande mudança no que diz respeito aos Direitos Humanos.

O SINASE apresenta, em sua construção, alguns princípios, como por exemplo, o reconhecimento do adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento e como sujeito de direitos e reponsabilidades, de conformidade com o artigo 15º que “Assegura

as crianças e aos adolescentes direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (ECA, 1990, p. 16). Para o ECA (1990), o adolescente tem capacidade de cumprir a medida e quem decretará o modo da medida é o Juiz. Este deverá se pautar na gravidade da infração, mas sempre visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Rosa & Lopes, 2011).

A construção e a política representadas pelo SINASE, segundo Rosa e Lopes (2011), parecem revelar um resgate da ideologia que buscou transformar práticas sancionatórias em ações que pudessem possibilitar as condições formadoras e restauradoras de possíveis falhas das políticas públicas anteriores. Na teoria, deveria ser uma instituição que promovesse ações socioeducativas, projetos pedagógicos, participação dos adolescentes na construção das avaliações e das ações, em suma, possibilitar condições para que o adolescente se adequasse às normas jurídicas.

A nosso ver, mais uma vez, a legislação culpabiliza o meio em que o adolescente vive e os críticos apontam que os operadores jurídicos não seguem as normas prescritas. Nos dois lados existe a suposição de que uma política pública bem delimitada e eficaz garantiria a resolução do “ato infracional”. Cabe questionar se uma política dessa maneira (se é que existe) garantiria realmente os direitos de todos e resolveria a criminalidade. Direitos iguais para todos nos parece algo da ordem do impossível. A grande problemática é tratar o impossível como uma possibilidade, ou pior, como uma impotência do próprio sistema ou do sujeito.

A partir da reforma legislativa, o modo de concretizar o atendimento diferenciado, concernente aos critérios do ECA (1990) e orientado pelos princípios humanitários e garantistas, foi a criação da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), que implica a ideia de uma política distante da política criminal, para atender aos princípios pedagógicos inscritos na legislação. No entanto, independente da prática concreta, o signifiante “crime e contravenção penal” permanecem descritos no ECA (1990, art. 103) e a internação também permanece (art. 112), o que leva a uma lógica semelhante à do Código Penal. Enfim, utiliza-se uma terminologia diferenciada, mas na descrição de suas definições ainda carrega as marcas históricas no interior da própria legislação.

Para Rosa e Lopes (2011) trocam-se os discursos oficiais para a criação de novas instituições e ações de atendimentos destinadas à recuperação de adolescentes infratores, sempre com o discurso de proteger e educar. O que se verifica nas práticas políticas e assistenciais, no entanto, são as raízes históricas da arte de punir jovens cuja “criatividade lança mão de variadas metáforas e eufemismos que se tornam instrumentos de luta dos

incansáveis militantes dos direitos humanos” (p. 327), sempre em busca fracassada da efetivação e concretização das legislações.

As legislações precedentes ao ECA (1990) eram vistas apenas como instrumentos de controle social sobre a conduta. Já o Estatuto prevê a criança e o adolescente como sujeito de direito, o que os eleva à categoria de cidadãos, implicando uma mudança na condição histórico-social. Em suma (ver quadro 01), num primeiro momento histórico as crianças e os adolescentes eram tomados como objeto de direito; num segundo tempo eram vistos como menores de direito; e, atualmente, sujeito de direito peculiar.

	1ª tempo	2ª tempo	3ª tempo
Lugar	Objeto de direito	Menor de direito	Sujeito de direito
Atributo	Incapaz	Menor	Pessoa em desenvolvimento
Dispositivo de controle	Código Penal	Código de Menores	ECA
Formas de separação	Não havia uma separação	Situação irregular	Proteção Integral
Formas de sanção	Penalizados como adultos	Medidas protetivas e assistenciais	Medidas protetivas e socioeducativas

Quadro 1 . Os três tempos do lugar do adolescente na visão da lei.

Mendez (2002) configura três tempos históricos em relação à adolescência e a infração: o primeiro, denominado de penal, considerava os menores da mesma forma que os adultos, ou seja, estavam submetidos aos mesmos trâmites legais. No segundo, o Estado atuava de forma a tutelar os “menores”; não existia o devido processo legal. A contravenção penal na adolescência era vista como conduta antissocial. No terceiro, o “ato infracional” é tomado como natureza criminal.

Como já vimos, existe no Estatuto um processo de responsabilização diferenciado pelos atos cometidos pelos adolescentes que infringem as normas jurídicas. Mas essa mudança na postulação das leis jurídicas (“sujeito de direito”, “pessoa em desenvolvimento”, “ato infracional” e “medidas socioeducativas”) não garantem o apagamento das marcas históricas do lugar de “objeto” e “menor” ocupado, anteriormente, pelo adolescente perante o discurso

do Direito. Isso ainda reflete diretamente nas práticas institucionais e até mesmo no modo de escritas dos artigos jurídicos atuais.

Quando se trata do deslocamento das formas de nomeação dos adolescentes nas legislações, em que medida existe uma ideologia dominante a respeito do “ato infracional” que determina as formas subjetivas submetidas a essa lei? Existiria uma equivalência com relação aos diversos termos usados para nomear o adolescente infrator, de tal modo que todos eles seriam sinônimos entre si? Por exemplo, designar o adolescente como “menor infrator”, “delinquente”, “pessoa em situação irregular”, “pessoa em desenvolvimento” e “adolescente em conflito com a lei” como fazem as legislações, produziria sempre o mesmo efeito de sentido? Essas questões serão aprofundadas no sexto capítulo.

Rosa e Lopes (2011) concordam com a transição do lugar do adolescente perante as leis; no entanto, existe um arsenal linguístico construído com o uso de metáforas e eufemismos no que diz respeito ao sujeito de direito. Nas práticas institucionais percebe-se o quanto é distante o papel de sujeito atribuído ao adolescente, na medida em que perpetua a condição de objeto de direito. São objetos primeiro da família e, depois, de outros que os usam sob o discurso de estarem contribuindo para a sua formação. Já na visão de Volpi (2001) a lei atual “promoveu uma ruptura com o arbítrio e o tratamento discricionário aos adolescentes em conflito com a lei” (p. 35).

A partir das considerações discorridas acima, supomos, previamente, que o discurso infracional ainda coloca o adolescente no lugar de objeto, sob a justificativa de que são os operadores jurídicos, através das “medidas socioeducativas”, que sabem aquilo que seria adequado para ele. A figura desses operadores não poderia se confundir com a posição de pai Imaginário, mas podem atuar a partir da função do Pai Simbólico. Quanto a que se refere ao Estado como espelho, o ECA (1990) como o Nome-do-pai, a diferença entre o sujeito do desejo e o sujeito de direito, articularemos nos próximos capítulos. Mas antes, a fim de sustentar as marcas históricas comentadas anteriormente, fizemos uma breve contextualização de algumas pesquisas referentes ao “ato infracional” e às “medidas socioeducativas”.

3.3 Algumas conjunturas do ato infracional e das medidas socioeducativas

Depois de retomarmos o processo sócio-histórico da infração na adolescência e descrevermos o funcionamento das normas jurídicas, dos direitos do adolescente, do “ato

infracional” e das medidas que estão descritas no ECA (1990) e nas normas anteriores, realizamos uma breve contextualização sobre os vinte e quatro anos de vigência do Estatuto do Criança e do Adolescente, ou seja, apontamos algumas pesquisas que descreveram e analisaram como essa legislação tem operado na prática.

O ECA (1990), desde sua entrada em vigor, vem sofrendo sistemáticas críticas dos pesquisadores, da mídia, dos juristas etc. Eles apontam para uma lacuna na legislação, o que confere uma interpretação não baseada nos princípios prescritos, possibilitando a arbitrariedade, a utilização de argumentos subjetivos e extrajurídicos por parte dos operadores jurídicos e das políticas assistenciais, culminando, assim, num conflito entre a prática e a lei.

Para Gonçalves e Garcia (2007), o ECA (1990) representa um avanço político que, no entanto, na prática não alcança a cidadania em seus aspectos elementares. Isso se dá porque o social e a sociedade não têm como referência os mesmos meios. O social se mostra carente enquanto a sociedade se refere ao eficiente; são distâncias quase intransponíveis (Ribeiro, 2000). Há aspectos positivos relacionados aos programas assistenciais para os adolescentes, mas, na área do “ato infracional”, especificamente, persiste um descompasso entre a lei e sua efetivação.

Logo, as pesquisas que analisamos demonstram que existe um desacerto entre a lei e seu cumprimento nesses anos de validade do ECA (1990). Em 2005, a UNICEF apresentou um relatório com o balanço da criança e do adolescente no mundo, contendo a distância entre as metas do milênio e a vida de milhões de crianças e adolescentes excluídos e invisíveis. Portanto, a promessa de um mundo melhor para esse grupo não foi ainda concretizada, segundo tal relatório (UNICEF, 2005, p. 3).

Segundo a pesquisa de Gonçalves e Garcia (2007), mesmo com o ECA (1990) em vigor, as políticas que se referem aos adolescentes autores de “ato infracional” ainda persistem nas práticas amparadas pela cultura política estigmatizada, que exclui esses adolescentes do convívio social. O isolamento social ainda é visto como melhor alternativa, em que nada lhes é assegurado e nem permitido. Nesse sentido, a prática contradiz o texto do ECA (1990, p. 75) como descrito: “Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento [grifo nosso].”

Isso é visto na própria fala dos adolescentes, registrada por Gonçalves e Garcia, (2007): “A única coisa que aprendi aqui (...) foi a não sonhar” (p. 08). As práticas violentas da privação de liberdade continuam, somadas à punição corporal e à configuração de formas de negação da cidadania e humanização. A violência institucional motiva rebeliões e gera mais

violência e agressividade por parte dos adolescentes. Vários jovens associam a prática de “ato infracional”, segundo tal pesquisa, ao sentimento de revolta.

O ECA (1990) e as práticas políticas atuais ainda seguem, portanto, uma lógica higienista, em que se promulga a inserção do adolescente num ambiente familiar (o que gera constantes fracassos). O Estado, mais uma vez, se esquia do problema social e ainda culpa a (des)estrutura familiar. Nesse sentido a família, na visão do Estado, deveria se comportar como escudo de proteção. A lei propriamente dita coloca a problemática familiar como co-partícipe no processo de socialização, pois o ambiente familiar e educacional são direitos da criança e do adolescente, mas na prática a lógica higienista ainda persiste. Os jovens em conflito com a lei ainda sofrem o rótulo de criminoso e as ações punitivas não se extinguiram, já que as instituições de privação de liberdade permanecem num ambiente muito semelhante aquelas que existiam antes do ECA (1990), tratando-se de ciclos depreciativos que se renovam e sobrepõem os estigmas (Gonçalves & Garcia, 2007).

Zeoitune (2010) em uma investigação numa unidade que oferece medida socioeducativa (liberdade assistida e semiliberdade) constatou que a maioria dos jovens é do sexo masculino entre 14 e 17 anos e morador de comunidade pobre. Essas comunidades não dispõem de infraestrutura nos serviços de atendimento e são carentes das condições mínimas de urbanização, além de serem marcadas pela violência e dominadas pelos comandos do tráfico de drogas ou milícias. Isso não significa que não havia jovens de classes mais altas. A maioria (58%) ingressava pela primeira vez no sistema, no entanto, há um número alto de reincidentes (42%). Isso aponta o fracasso do sistema socioeducativo em promover ações que visem uma implicação desses jovens.

Devido ao fracasso das “medidas socioeducativas” vistas nas pesquisas relatadas, inúmeros projetos legislativos promulgam a diminuição da idade penal, supondo que resolverão uma problemática complexa que envolve aspectos sociais, históricos, familiares e subjetivos, ou seja, a nosso ver, esses projetos apenas mascararão um problema bem mais complexo.

No cenário atual nota-se um fortalecimento dos argumentos em relação à redução da maioridade penal. Isso se deve à exacerbação da mídia ao divulgar que os adolescentes são impunes e, por isso, houve um aumento da infração por parte desses adolescentes. Há grande destaque ao aumento dos números de casos de crime e violência cometidos por esse grupo, ou seja, culpabiliza-se apenas a lei. No entanto, o movimento da redução da maioridade penal é criticado por aqueles que sustentam que a criança e o adolescente precisam ser vistos como “pessoa em desenvolvimento”, o que indica uma necessidade de melhoria nas políticas

públicas que asseguram os direitos da criança e do adolescente e, não, de redução da maioridade penal (Monte, Sampaio, Rosa Filho, & Barbosa, 2011).

O SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2006) foi um documento elaborado por órgãos integrantes do Sistema de Garantias de Direitos em comemoração aos 16 anos do ECA (1990). Tal documento busca orientar o cumprimento das “medidas socioeducativas”. Trata-se de “um conjunto ordenado de princípios regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de “ato infracional” até a execução de medida socioeducativa” (Conanda, 2006, p. 23). Uma forma de reafirmar as garantias e direitos da “pessoa em desenvolvimento”.

As instituições de internamento (Fundação CASA) vistas como um lugar de tratamento e educação dos adolescentes se aproximam das chamadas “Instituições Totais”, ou seja, ainda seguem uma lógica de despersonalização, padronizada e autoritária, dispensando os aspectos particulares de cada sujeito. Essa política não é prevista pelo ECA (1990) e pelo SINASE, os quais se orientam por um plano individual de atendimento (PIA) e pela reavaliação de cada caso, juntamente com a família e com o adolescente. Os documentos propõem intervenções menos coercitivas e mais democráticas, no sentido de promover e possibilitar o desenvolvimento do sujeito. Mas, na realidade, as pesquisas mostram a persistência do não seguimento das orientações propostas pelo ECA (1990) e pelo SINASE (2006) (Monte, Sampaio, Rosa Filho, & Barbosa, 2011).

No SINASE consta a seguinte proposta, aliás é o que já está previsto no ECA (1990):

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribuam na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário (...). Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentais com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva. (Conanda, 2006, p. 51)

A pesquisa de Monte e Sampaio (2009) sobre uma instituição de ressocialização realizada no interior de Pernambuco constatou a reprodução de regras, rotinas e valores do sistema prisional. A função do educador se resumia à aplicação de sanções e à vigilância dos adolescentes. Portanto, os papéis das “medidas socioeducativas” se perdem; assim tais

instituições funcionam como “escolas do crime”, fomentando exatamente aquilo que o adolescente poderia desaprender, segundo a conclusão dos pesquisadores.

Monte, Sampaio, Rosa Filho e Barbosa (2011) apontam para resquícios da proposta contida no antigo Código de Menores (1979), além de primar pelo castigo, sanções e correções. Concluem que os “educadores” supõem a periculosidade e a irrecuperabilidade desses adolescentes. Há dificuldades financeiras e estruturais, mas para os autores, a punição e o castigo como base pedagógica ainda configuram o maior obstáculo para o cumprimento das proposições previstas pelas legislações. Os autores destacam também que há recursos jurídicos elaborados, mas mesmo após duas décadas de vigência, o ECA (1990) ainda enfrenta dificuldades para ser colocado em prática.

Grande parte dos pesquisadores, quando tratam do tema “ato infracional” e “medidas socioeducativas” criticam o não cumprimento do ECA (1990) e apontam para o seguimento das legislações anteriores. Mas será que se trata apenas de um não cumprimento da lei ou de uma interpretação possível que o próprio ECA (1990) abre devido o modo de descrição do “ato infracional” e das “medidas socioeducativas”? Ao longo da pesquisa é o que pretendemos abordar e destrinchar, perpetrando uma comparação entre os significantes e proposições prescritas no Código de Menores (1979) e na legislação atual.

Ciarollo e Almeida (2009) analisaram 12 (doze) processos infracionais de adolescentes e observaram que os operadores jurídicos ainda se orientam baseados na doutrina da situação irregular. Evidenciaram também que esses operadores compreendem a lei a partir de suas próprias ideias, valores e crenças, não tomando um distanciamento de sua própria subjetividade ao aplicarem as medidas aos adolescentes autores de “ato infracional”. Os pesquisadores identificaram grande participação do promotor no processo decisório a partir da manifestação da promotoria, e, na maioria das vezes, na ausência dos adolescentes.

Os operadores jurídicos se pautam em relatórios realizados por psicólogos, médicos, assistentes sociais etc., tornando o adolescente um sujeito falado (objeto de direito) e não aquele que também pode falar sobre seus atos e sua história. Um dos direitos do adolescente, no caso de ter cometido o “ato infracional”, é ser ouvido (descrito no artigo abaixo), no entanto esse modo de descrição ainda coloca o adolescente na voz passiva. Art. 111º. “São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento” [grifo nosso] (ECA, 1990, p. 71).

Por outro lado Ciarollo e Almeida (2009), a respeito dos processos analisados, depararam com a prestação de serviço à comunidade como a medida socioeducativa mais

utilizada, o que indica um avanço em relação ao Código de Menores (1979), situação em que os jovens eram confinados em estabelecimentos prisionais pela simples suspeita de infração. Também perceberam a medida como um modo de estigmatizar, ou seja, “fichar” o adolescente, assim como faz o Código Penal. Portanto, no caso de reincidência, os juízes configuram o fracasso da medida, que justificam pela incapacidade do adolescente aproveitar a chance que lhe foi dada. Assim, lhe concedem uma medida de liberdade assistida ou privação de liberdade, dependendo da gravidade da infração. Outra constatação foi a culpabilização da família, julgando como desestruturada, sem condições de orientar o adolescente e não conseguindo impor limites. Outra fala recorrente dos juízes é o desajustamento social, patologizando o sujeito. De tal modo, configuram-se justificativas para excluir o adolescente do convívio familiar e social e para enviá-lo para uma casa de internação educacional.

Vicentin, Gramkow e Rosa (2010) analisaram algumas instituições destinadas aos jovens autores de “ato infracional” com o diagnóstico de “transtorno de conduta anti-social”. As autoras se defrontaram, no interior dessas instituições, com os processos que ocorrem na contramão das diretrizes das Políticas de Saúde Mental e das normas do ECA (1990). Ou seja, ainda prossegue o controle social desses jovens revestidos da patologização quando se trata dos adolescentes considerados, na visão do profissional, como perigosos e com alto grau de periculosidade.

Essas instituições foram criadas a fim de atender à demanda dos casos de adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação, mas que foram convertidas para medida protetiva, por serem eles portadores de diagnóstico de transtorno de personalidade. As pesquisadoras citadas acima concluíram que o próprio percurso institucional dá forma e nome a um objeto socialmente perigoso e que não está apto a cumprir uma medida educativa, pois apresentaram-no como “ingovernáveis” e “quase incuráveis”. Observa-se que ainda existe uma junção do “ato infracional” com o transtorno mental a fim de encarcerar e controlar esse grupo social, visto como um perigo para a sociedade. As pesquisadoras indicam uma outra direção dessa clínica, a da reabilitação psicossocial e, não, a do modelo manicomial. O campo da saúde mental tem contribuições no que se refere à relação do sujeito com a lei e com o outro; existem outras formas de articular as relações assistenciais e da justiça de modo que não coloquem um como fonte da legitimação do outro (Vicentin, Gramkow, & Rosa, 2010).

Minahim e Sposato (2011) criticam a imposição de medidas de internação aos adolescentes autores de infração e apontam para uma proposta de revisão do ECA (1990), pois, em mais de vinte anos de vigência, ilustram as dificuldades de implementação dos

preceitos legais. Questionam-se se isso se deve à textura aberta da lei, a qual favorece a interpretação baseada em elementos extra jurídicos e ideológicos. A crise de interpretação da lei está vinculada às persistências das boas práticas tutelares, articulada a uma cultura aparentemente progressista, mas que, na realidade, é messiânica e discricionária. Para os autores existe uma resistência na aplicação do ECA (1990), isso devido ao contexto e à realidade que permeia a inscrição dessa legislação. Portanto, a questão não é técnica, mas, sim, uma forte influência da subjetividade e do senso comum que rodeiam os operadores jurídicos.

A pesquisa de Minahim e Sposato (2011) aponta, também, para uma tendência à negação quando se trata do texto da lei, ou seja, constataram ao analisar os procedimentos dos juízes em relação ao “ato infracional”, uma cristalização de métodos e decisões irregulares. A maioria dos casos analisados indica um automatismo na aplicação da medida de internação, desconsiderando as regras expressamente descritas pela legislação, como é o caso do princípio da excepcionalidade. Concluíram que a subjetividade do decisor prevalece sob o manto de uma racionalidade argumentativa.

Os juízes, na visão desses autores, possuem liberdade quando se trata da polissemia, das ambiguidades, das lacunas e da elasticidade do ECA (1990). Desse modo, as “medidas socioeducativas” vêm se sustentando num discurso compensatório, já que os adolescentes autores de “ato infracional” revelam seus direitos negligenciados como: “famílias problemáticas”, “violência doméstica”, “baixa escolaridade”, “precária inserção no mercado de trabalho”, “abandono” etc. (Minahim & Sposato, 2011).

Zietoune (2010), afirma que a reestruturação do sistema socioeducativo é lenta e enfrenta muitas dificuldades e conflitos. Um dos problemas, além do espaço físico, é a assistência profissional pautada no sistema adaptativo e repressivo, servindo-se da autoridade e da violência. Para autora, as políticas assistenciais ofertam aquilo que se considera o ideal para suturar as carências, sem levar em conta a forma particularizada do desejo de cada sujeito; com efeito, o resultado é a própria ineficácia dos programas sociais.

Temos que considerar uma crise nos valores que enfraquecem os laços familiares. Assim, os pais estão cada vez mais afastados da educação dos filhos e os centros de assistências sociais e a polícia não se têm mostrado eficazes na tarefa de educar, limitar e responsabilizar os jovens (Zeitoune, 2010). Zaluar (2004) aponta que o envolvimento dos jovens em “atos desviantes” se deve ao efeito combinado de vários fatores: novas formas de organização familiar, novos padrões de consumo, outro sistema educacional, crise

institucional, crise nos sistemas assistenciais e da presença de uma organização criminosa que se fortaleceu ao longo dos anos oitenta.

Em resumo, algumas pesquisas realizadas recentemente apontam para um conflito entre as práticas e as leis. O adolescente ainda é visto sob a ótica da situação irregular, ainda é retirado de seu convívio social e familiar; ainda culpabilizam a família e a personalidade. Os direitos que o ECA (1990) garante à criança e ao adolescente muitas vezes não se colocam em prática. As pesquisas revelam, portanto, apenas uma roupagem conceitual promovida pela doutrina da proteção integral, aparentando uma nova prática e com novo paradigma, quando, na verdade, a antiga prática prevalece.

Por que será que os pesquisadores se deparam com tal conflito refletido no próprio discurso institucional e criticam o não cumprimento da lei em vigência? Por que apontam que, na prática, parece ainda prevalecer o Código de Menores (1979), já que o ECA (1990) está em vigência há mais de vinte anos? Será possível localizarmos o problema: no próprio ECA, nos operadores jurídicos, nas políticas assistenciais, no discurso capitalista, nos próprios adolescentes ou no contexto sócio-histórico?

Enfim, são questões pertinentes que tentamos responder ao longo desta pesquisa, mas sem a pretensão de resolver a problemática ou oferecer uma resposta única e verdadeira. No próximo capítulo apresentamos o funcionamento do sujeito de direito no discurso e os modos de sujeição, já que independentemente de o adolescente cair nas malhas do “ato infracional”, este continua sendo visto como um sujeito de direito, pelo menos na escrita da lei. Assim, o próximo item refere-se à emergência do sujeito do direito no discurso.

4. O SUJEITO DE DIREITO NO DISCURSO

Como detalhamos, o ECA (1990) foi criado com o intuito de regulamentar os direitos da criança e do adolescente, inspirado pela Constituição Federal de 1988 (art. 227), a qual antecede a Convenção dos Direitos da Criança (1990) pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com toda a integralização no âmbito internacional. Com essa lei, as crianças e os adolescentes do Brasil passaram a ter seus direitos, o que fica explicitado no artigo 3º: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei.... [grifos nossos]” (ECA, 1990, p. 12).

O que chama atenção é o termo “pessoa humana”. Trata-se de uma expressão redundante e tautológica. No entanto, qual o efeito de sentido desse termo quando atribuído à criança e ao adolescente? Na Declaração dos Direitos Universais Humanos se emprega o termo “seres humanos” (1948/2010), conforme o art. 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [grifo nosso]” (DDUH, 1948/2010, p. 3).

Para as ciências jurídicas o ECA (1990) existe para defender os direitos descritos pela Constituição Federal, que são educação, saúde, trabalho, lazer, assistência etc., no que se refere à criança e ao adolescente. Mas será que, do ponto de vista do discurso, os enunciados presentes no Estatuto realmente produzem a significação que lhe cabe? Qual a concepção do sujeito de direito prevista nessa legislação? Para nos ajudar no entendimento do funcionamento discursivo, no que diz respeito ao deslocamento da posição do adolescente de objeto para sujeito de direito, servimo-nos da lógica proposta por Haroche (1992) e por Foucault (1973/2005, 1975/1999, 1975/2010, 1975/1999), especificamente, sobre os modos de determinação no processo sócio-histórico, a ambiguidade do discurso e a passagem do sujeito religioso para o sujeito de direito.

4.1 A determinação e a ambiguidade na linguagem

Para Foucault (1973/2005) há vários lugares onde a verdade se forma, ou seja, lugares onde as regras do jogo são definidas, das quais nascem certas formas de subjetividades. A prática jurídica é um desses lugares, um dos mais importantes (na cultura ocidental moderna e

pós-moderna); é o que “permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade” (p. 11). Essas práticas arbitram os danos e as responsabilidades dos indivíduos, modos pelos quais os homens podem ser julgados e responsabilizados em função dos erros cometidos, uma forma que configura um determinado tipo de relação do homem com a verdade e com o saber. Esse campo em sua especificidade está correlacionado à emergência do discurso capitalista e ao advento do sujeito de direito.

O significante sujeito vem do latim *subjectu* (posto debaixo). Segundo o vocabulário jurídico é considerado indivíduo submisso, mas também personalidade ativa ou paciente de uma ação, que pratica uma ação ou é vítima dela (Santos, 2001). A ciência jurídica moderna prevê um sujeito de direito, com direitos e obrigações, prescritos na lei; cujo comportamento se pretende regular. Para Kelsen (1934/1998) “a teoria tradicional identifica o conceito de sujeito jurídico com o da pessoa. Eis sua definição: pessoa é o homem enquanto sujeito de direitos e deveres” (p. 191).

O sujeito como transparente, mensurável e até modificável, é uma das concepções de indivíduo pressupostas pela psicologia experimental científica, que surgiu no século XX, com Watson, fazendo do behaviorismo a ciência do comportamento visível; e com Pavlov, pela marginalização de toda a subjetividade com a sua teoria do condicionamento (Haroche, 1992). No entanto, a AD e a Psicanálise não possuem o mesmo ponto de vista quando se trata de sujeito. O sujeito de direito, visto pelas ciências jurídicas, está em conformidade com o sujeito racional postulado pela psicologia, que preconiza a submissão dele perante as leis formais do Estado, mas também é visto como um ser consciente e livre em suas escolhas.

A concepção de Estado está diretamente ligada à fundamentação do poder jurídico. Decorrente da ideia de lucro, nos termos capitalistas, o Estado é o Estado-capitalista, que se funda numa divergência de interesses entre proprietários e não proprietários, resultando em direitos e deveres conflitantes. Não é possível modificar as relações internas ao aparelho do Estado mantendo a concepção intacta de Estado, como se este se colocasse independentemente das relações que o constituem. O Estado é constituído nas relações que se dão entre proprietários e não proprietários, por direitos e deveres antagônicos, e se existe tal convergência se faz presente a coerção, já que os direitos/deveres de uns não são os interesses e direitos/deveres de outros (Lagazzi, 1988).

Nas sociedades de Estado as relações de poder estão vinculadas à coerção; tratam de relações hierarquizadas e autoritárias, enquanto as sociedades primitivas, por exemplo, são políticas, mas não jurídicas, e isso traz a possibilidade da não-coerção (Lagazzi, 1988). Como não estamos numa sociedade primitiva a submissão se faz presente o tempo todo nas relações,

e, para coagir, o Estado ocupa um lugar fundamental, o do centro do poder. Para isso inventa dispositivos de controle e vigilância, impondo uma forma subjetiva para cada conjunto da sociedade.

Pêcheux e Gadet (1970/2004) demarcam a relação da gramática com o Direito pelo meio da noção de regra. Cabe, portanto, interrogar as variações da articulação entre regra gramatical e regra jurídica através das diferenças internas que afetam a categoria do Direito, sob o desenvolvimento desigual e diferencial do modo de produção capitalista. Essas diferenças têm a ver com a passagem da produção feudal à produção capitalista. Do Direito romano até o Código Civil, que constitui uma racionalização burguesa.

O Direito continental europeu (Brasil segue essa lógica) se apoia sobre o sistema regulamentar de um texto redigido, que tende a construir a “unidade abstrata de uma Razão escrita, feita para ser aplicada à totalidade das conjunturas da prática jurídica” (Pêcheux & Gadet, 1970/2004, p. 189). Essa forma de Direito é letrada e exercida por especialistas dotados de uma formação universitária, em que se segue a lógica universal da nomenclatura das categorias, dos sistemas de sanções e do ordenamento social através de dispositivos morais de formação de comportamentos. O Direito continental é fundamentalmente um Direito de regulamentação.

Para Miaille (1979/2005) existe uma necessidade de que todos os indivíduos sejam considerados sujeito de direito, a fim de mascarar a desigualdade entre os sujeitos de uma sociedade e permitir a realização das trocas mercantis generalizadas. A noção de sujeito de direito como equivalente ao indivíduo está longe de ser evidente e natural, pois esse modo de sujeito só emergiu devido ao sistema social e o contexto econômico. Portanto, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista.

Como efeito, o sujeito de direito possui direitos abstratos e animado por sua vontade. A opção dele é se obrigar ao sistema, ou seja, vender sua força de trabalho a um outro sujeito de direito. Esse ato não é uma renúncia de existir como na era da escravidão; é um ato livre, que ele pode revogar em determinadas circunstâncias. O sujeito de direito se torna indispensável quando se trata do funcionamento capitalista. A troca de mercadorias exprime a relação social que vai “ser escondida por relações livres e iguais, provindas aparentemente apenas da vontade de indivíduos independentes” (Miaille, 1979/2005, p. 118). Portanto, o modo de condição de produção capitalista supõe uma representação ideológica da sociedade como um conjunto de indivíduos livres e separados.

Para Haroche (1992), os elementos ligados aos processos de individualização do sujeito visam a colocar de lado a singularidade, a subjetividade e a expressividade, que encontram

suas origens nas ideologias jurídico-políticas. Para Foucault (1975/1999), a partir do século XVII, surgem técnicas que definem certo modo de investimento político e detalhado do corpo, ou seja, formas adequadas de subjetividade, que têm o intuito de cobrir “o corpo social” inteiro. Tratam-se de dispositivos ideológicos para disciplinar os corpos em seus mínimos detalhes e quando o sujeito não se adequa à subjetividade prevista, as consequências são a punição e a exclusão. A disciplina é “uma anatomia política do detalhe” (Foucault (1975/1999, p. 95). Contudo, as formas adequadas de subjetividade aludem uma ambiguidade. Desse modo, como seria possível postular uma subjetividade universal sem esbarrar no equívoco e no interesse singular de cada sujeito?

Nesse sentido Haroche (1992) aponta para a contribuição de Foucault (1975/1999), ao dizer que a ideologia dominante fabrica e determina tipos de individualidade, uma concepção de indivíduo transparente, mensurável e educável. A relação entre indivíduo e Estado sempre implica jogos de poder, onde se criam formas de coagir o sujeito, no intuito de tornar visível a interioridade subjetiva pelo viés da transparência; e se torna visível o que é impossível de se ver. Dessa forma “o ideal de completude se inscreve diretamente na subjetividade” (Haroche, 1992, p. 22).

Foucault (1973/2005) postula, nos fins do século XVIII e início do século XIX, uma “ortopedia social” (p. 86). Nesse modo de sociedade o crime não é mais visto com uma falta moral ou religiosa e, sim, como uma ruptura a lei estabelecida pelo poder estatal. Para isso, é preciso haver uma norma efetivamente formulada, em termos de escrita. Assim, o crime passa a existir depois de uma lei formalizada e não mais algo aparentado com o pecado, é algo que danifica a sociedade.

As leis positivas formuladas pelo poder político no interior de uma sociedade, para serem boas leis, não devem mais retranscrever em termos positivos a lei natural, religiosa ou lei moral. Uma lei penal deve simplesmente representar o que é útil para a sociedade. A lei define como repreensível o que é nocivo à sociedade, definindo assim negativamente o que é útil. (Foucault, 1973/2005, p. 81)

A teoria penal serve para assegurar o controle dos indivíduos, ou seja, o controle do comportamento, uma espécie de controle punitivo. Esse controle era efetuado por uma série de poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e uma rede de instituições de vigilância e de correção (instituições psiquiátricas, prisões, pedagógicas etc.), uma forma de poder chamada por Foucault (1973/2005) de sociedade disciplinar, que possui como características a vigilância, o controle e a correção.

Haroche (1992) compara os mecanismos de disciplinas aos da gramática, ao dizer que o sujeito é o lugar de coerções na gramática e na língua, mas sem ele saber disso. O próprio conceito de determinação recobre a questão do sujeito e do sentido à exigência específica do discernível, própria a qualquer língua. As práticas jurídicas seguem essa lógica ao exigir clareza e desambiguação. O discurso do Direito age de forma silenciosa, através da gramática, no modo de determinação da subjetividade do sujeito. Esse sujeito é individualizado, isolado, responsabilizado na gramática e no discurso. Essa é a dialética do sujeito de direito, fundando um princípio de visibilidade que isola cada um de todos os outros, pregando uma autonomia aparente, o que equivale a dizer que a determinação é um efeito inscrito no cerne da gramática como coerção.

O Direito prevê um sujeito livre e autônomo, que tem direitos e deveres. Mas para ser livre, é necessário ser de determinado modo e, não, de outro. Dessa maneira, em vez de dar lugar a um sujeito, dá lugar ao indivíduo determinado. Como bem lembra Haroche (1992) as ideias de Nietzsche visam a um sujeito de direito responsável pelos seus atos, mas que é necessário previamente se tornar uniforme, regulado e mensurável.

O conceito de Direito faz a ligação jurídica entre o conceito de Estado e o conceito de sujeito, pois, segundo os teóricos do Direito, existe um contrato, entre os “homens” e a autoridade civil, destinado à proteção dos “direitos naturais” daqueles. Direitos e liberdades surgiram como limitações à atuação do poder do Estado sobre o indivíduo, sobre sua vida privada, pois resultaram de movimentos sociais que, em meados do século XIX tinham em vista a proteção do trabalhador. Para as ciências jurídicas, o homem é definido como um ser “social que participa das relações sociais complexas, que podem provocar o surgimento de conflitos de interesse; assim, é impossível uma sociedade capitalista sem Direito” (Monte-Serrat, 2013, p. 294).

O sistema jurídico, como já dito antes, é um conjunto de normas gerais que regulam as relações sociais; tem função ordenadora, coordenando os conflitos de interesses e desejos entre os cidadãos. A tendência do sujeito, de impor a realização de seu interesse sobre o outro, surge, levando à desordem e à violência. Surge, então, uma necessidade da resolução de conflito, que é função do Direito, um dispositivo de controle do Estado. Para os teóricos das ciências jurídicas, cabe ao Direito – que possui uma lógica silogística (premissa maior, premissa menor e conclusão) - dizer qual é a vontade do ordenamento jurídico aplicável num caso concreto de conflito de interesses (Monte-Serrat, 2013, p. 294).

Faz-se necessária a escritura para fim de formalização das regras jurídicas e, para Tfouni (2010), a escrita é o produto cultural, no sentido do materialismo histórico, por

excelência. O processo de difusão da escrita foi lento e sujeito a fatores político-econômicos. A escrita pode ter por finalidade, ao invés de difundir ideias, ocultá-las, para garantir o poder àqueles que a ela têm acesso. Por exemplo, na Índia a escrita esteve intimamente ligada aos textos sagrados, que só eram acessíveis aos sacerdotes. É o caso também do catolicismo que, quando ameaçado pelas religiões alternativas, resolveu divulgar os textos sagrados. Na China temos outro exemplo dessa não neutralidade, pois o sistema ideográfico da escrita chinesa funcionou durante séculos como forma de garantir o poder aos burocratas e aos religiosos.

Portanto, se a escrita está associada, desde suas origens, ao jogo de dominação/poder, participação/exclusão, que caracteriza ideologicamente as relações sociais, ela também está associada ao desenvolvimento social, cognitivo e cultural. A forma mais antiga de escrita surgiu na Mesopotâmia (partes do Irã e Iraque), e servia para marcar relações de troca e empréstimo de mercadorias. No ocidente, a escrita alfabética foi introduzida na Grécia e Jônia por volta do século VII a.C. Em suma, a escrita pode ser tomada como uma das causas principais do aparecimento das civilizações modernas, do desenvolvimento científico, tecnológico e psicossocial, ao mesmo tempo em que implica as relações de poder e de dominação, que estão por trás da utilização restrita ou generalizada de um código escrito (Tfouni, 2010).

O Estado almeja a determinação de sentidos e, portanto, objetiva a transparência absoluta destes, principalmente quando se tratam de legislações, doutrinas e artigos jurídicos. Atrás da boa intenção de permitir uma leitura igual para todos. O Estado deseja controlar o que o cidadão pensa, domesticando as formas discursivas e pregando o ideal cartesiano racionalista. A regra é evitar que a particularidade do sujeito venha à tona, ou seja, a única leitura possível é aquela ao “pé da letra”, fazendo com que o sujeito (aquele que pensa por si mesmo) não apareça, pois se aparecer, a dominação por parte do Estado ficará comprometida. Os sentidos e as formas escritas não são constituídos espontaneamente, os discursos percebidos ilusoriamente como transparentes apontam para o “assujeitamento cultural”, até mesmo pela forma sintática da escrita. Deste modo, a dominação cultural se faz com base na força, no poder e na autoridade das práticas escritas (Tfouni, 1994, p. 71).

O próprio conceito de determinação recobre a questão do sujeito singular e as práticas jurídicas funcionam, silenciosamente, nessa determinação. Foi a partir do século XVIII, nos edifícios disciplinares, que os procedimentos de observação tornou o indivíduo visível em seu corpo. A visibilidade e a legibilidade estão ligadas a exigência de transparência e à recusa incessante da ambiguidade e da falta; sendo que estas últimas contribuem para o funcionamento dos mecanismos de individualização e de identificação. O funcionamento da

gramática responde aos imperativos de um poder sobre a exigência do dizer todo. Desse modo, as regras gramaticais e jurídicas contribuem para uma forma de assujeitamento paradoxal (Haroche, 1992).

Foucault (1970/1999) fala sobre as instituições que funcionam para vigiar e punir o indivíduo. Por exemplo, a prisão é menos recente dos que os códigos do Direito; ela preexiste às leis penais. As instituições punitivas e educativas emergiram fora do aparelho jurídico e sua função era de repartir os indivíduos, fixá-los, classificá-los, codificando seus comportamentos contínuos, bem como de mantê-los numa visibilidade sem lacunas, de modo a elaborar um saber que se acumula e centraliza.

No fim do século XVIII e início do século XIX, se dá a passagem a uma penalidade de detenção, o que na verdade, era uma abertura para os mecanismos de coerção. A prisão marca um momento histórico da justiça penal, de seu acesso à humanidade e também do momento para uma nova forma de dominação. Uma justiça que se diz “igual”; um aparelho que pretende autonomia, mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares; é nessa conjunção que se dá o nascimento da prisão – “pena das sociedades civilizadas” (Foucault, 1970/1999, p. 260). A privação de liberdade surgiu ligada com o próprio funcionamento da sociedade.

A prisão passa a ter um caráter natural na sociedade. Para o Direito, o indivíduo está no cárcere para “pagar suas dívidas” e para se transformar num sujeito sadio e bom. Nesse caso a prisão possui um duplo fundamento: jurídico-econômico e técnico-disciplinar. No século XIX, o encarceramento penal recobriu, ao mesmo tempo, a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos. O trabalho na prisão tem um efeito econômico, que é a tentativa de produzir indivíduos mecanizados (na era industrial). Desse modo, tal instituição excede a simples privação de liberdade e se torna um instrumento de modulação da punição. O que indica esse funcionamento, por exemplo, é a variação da duração da pena de acordo com o “ato infracional” do indivíduo, tornando-se individualizada, tendo em vista a necessidade de reformar o mau. Em suma, a pena é um meio de determinação (*determinatio*) sobre o sujeito; constitui técnicas de submissão destinadas à conquista da saúde pelo indivíduo que são transformadas em técnicas de adestramento para fins de poder, aperfeiçoando o poder autoritário do Estado (Foucault, 1970/1999).

A determinação aparece como uma forma de normalização que se inscreve nas disciplinas ligadas ao saber e ao poder, de modo mais acentuado do que o exercício da pedagogia medieval. A determinação, a partir do século XVIII, serve à exigência de pureza na língua e se integra no funcionamento ideológico que concerne à relação do sujeito com a

língua e com o saber. A determinação religiosa, a determinação institucional e, depois, a individual constituem uma sequência de etapas que permite retrair a história do processo da automatização aparente do sujeito. A autonomia aparente nada mais é do que um efeito inscrito “no cerne da gramática como uma coerção, uma exigência de ordem, mas também um privilégio, acessível a alguns, negado à maioria, que é o próprio privilégio da interpretação” (Haroche, 1992, p. 26).

O papel religioso e jurídico, a fim de determinar o sujeito, atua na exigência de transparência e de desambiguação na gramática. Mas a estrutura da linguagem é faltante e, por esse motivo, a elipse de uma maneira ou de outra irrompe no fio discursivo. Essa irrupção é a emergência do sujeito do desejo, que precisa a todo custo ser controlado. As disciplinas de controle veem essas rupturas como anomalias. A partir disso, os modos de determinação entreveem a questão do sujeito, sustentam sua identidade, mas a pressupõem de certa maneira. Existe um trabalho das exigências do jurídico para que o sujeito de direito possa responder por si e por seus atos, mas é preciso tornar isso uniforme e predizível (Haroche, 1992).

A ambiguidade na linguagem gera um problema na significação, pois em matéria de efeitos de sentidos, uma linguagem prática faz apelo a elementos extralinguísticos contrapondo-se a uma linguagem completa. Haroche (1992), quanto à explicação de fatos ambíguos na língua, aponta duas concepções. Uma, que rejeita o papel destinado a elementos extralinguísticos; e a outra, que sugere a interpretação derivável dos próprios dados extralinguísticos. A problemática das várias significações para um mesmo enunciado, quando se trata da esfera jurídica, é posta na falta de complemento e de especificação de predicados, sendo que estes são baseados em diferentes tipos de oposição: sujeito/objeto, responsabilidade/identidade, permanência/contingência. No entanto, a indeterminação é diferente da ambiguidade, na medida em que esta não poderia ser objeto de qualquer sistematização, o que é avesso à ideia de sistema e de repetição.

Pêcheux e Gadet (1975/2004) criticam a forma com que Chomsky (1969) entende a ambiguidade. Para ele, a ambiguidade é apenas um pequeno problema que se representa, que se dá conta de resolver num mundo lógico reduzido, tratado em termos semânticos e lógicos. Desfazer a ambiguidade seria aceitar a evidência - ou é um ou é outro -; nesse sentido a língua não poderia tolerar o incerto ou dizer duas coisas contrárias ao mesmo tempo. Um espaço em que se apresentaria uma trilogia (transparência, univocidade e regularidade), onde o ambíguo, o irregular, a exceção, o vago, o não nomeado não entram. Já para Pêcheux e Gadet (1975/2004) a ambiguidade da língua não pode ser salva pela gramática, nem pela semântica e nem mesmo pelo contexto. As falhas apresentam uma questão da relação da língua com a

consistência, ou seja, o erro é supor que as falhas podem não existir, e que permanece uma homogeneidade do sistema de representação.

No que diz respeito às formas de ambiguidade na linguagem, Haroche (1992) aponta diferentes modos: a sintática, ligada à existência de estruturas específicas que se referem aos enunciados completos (sintaticamente); a referencial, que equivale aos enunciados incompletos, aparecendo no caso da elipse. Esta última não é sistemática; é, às vezes, indeterminável e como efeito a impossibilidade de dizer tudo. Sempre se podem acrescentar elementos capazes de modificar e até contradizer certa ideia. Essa ambiguidade dos enunciados não é sintática, mas, sim, semântica. Uma terceira forma de ambiguidade é a que encontra sua origem mais no sujeito falante do que na língua. Ela aparece como um problema de comunicação e, não, de estrutura linguística. Em suma, a ambiguidade, seja em uma perspectiva linguística ou em uma perspectiva política, tem caráter acidental ou intencional e é sempre tida como negativa. Existe uma necessidade de excluí-la através das regras e do sistema de desambiguação, sempre no sentido de evitá-la ou eliminá-la.

Os vários modos de evitar ou excluir a ambiguidade fazem parte de muitas áreas de conhecimento, principalmente das ciências jurídicas. Para a AD e para a Psicanálise a problemática da ambiguidade não está num defeito de comunicação, nem numa falha da escrita e nem na sintaxe. Isso pode ser exemplificado com a existência de enunciados sintaticamente completos (é o caso dos artigos jurídicos), mas com efeitos de sentidos ambíguos. Para Pêcheux (1975/1988), a língua serve para comunicar e não comunicar ao mesmo tempo e isso autoriza a divisão sob a aparência de unidade. Não se trata somente da comunicação e nem de um sentido prévio.

No artigo 6º do ECA (1990):

Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais e a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento [grifos nossos] (p. 13).

A palavra interpretação descrita nesse artigo já deixa implícito que pode haver ambiguidade no modo de significar o enunciado, mas direciona a forma de interpretação para os fins sociais. Além do mais, o bem comum e os direitos e deveres coletivos nunca são compatíveis com os individuais, mas o discurso do Direito pressupõe que há compatibilidade possível. Para Pêcheux e Gadet (1970/2004) a lei só toma sentido quando interpretada por

autoridade competente, esse é o momento em que a obscuridade intrínseca no enunciado desaparece pelo uso institucional regulado.

As formas que ocultam ou regulamentam a exclusão da ambiguidade exigem uma linearidade, determinação e transparência que se manifestam em certos funcionamentos gramaticais e traduzem, também, as formas de dependência do sujeito aos imperativos do poder jurídico. Diante disso, Haroche (1992) toma como ponto de partida, para falar dos funcionamentos ambíguos, a história das relações entre formalismo e ideologia sobre a questão do sujeito, apontando para uma ligação entre a determinação de completude no formalismo sintático e o princípio de determinação do enunciado pelo sujeito.

Alguns efeitos ligados à determinação explicam-se pelo traço dos funcionamentos ideológicos no interior dos mecanismos considerados linguísticos. A influência do jurídico em certos procedimentos discursivos contribui para o caráter determinante do sujeito na gramática. Esse caráter é justificado em parte por um sujeito jurídico determinador, enquanto que na gramática poderia apenas contribuir para repetir a indeterminação do indivíduo. Portanto, os processos determinativos são modos de desambiguação que não repousam sobre ambiguidades, sendo esta sua função.

Trata-se da relação de submissão do sujeito ao discurso, se tornando a fonte responsável pelo enunciado. No caso da esfera jurídica equivale a uma livre submissão. Esse sujeito se caracteriza por duas propriedades contraditórias: uma vontade sem limites e uma submissão sem falha. Trata-se de um sujeito jurídico da linguística que possui um caráter ideológico de desambiguação, e com efeito de livre determinação do enunciado pelo sujeito nas estruturas determinativas. Nas palavras de Haroche (1992):

A determinação representa, conseqüentemente, na gramática, o lugar (fictício, talvez) da liberdade e da vontade do sujeito: ela se constitui sem dúvida, a interiorização da dependência (necessariamente ocultada) do sujeito à ideologia e ao poder, ela concentra em si mesma, seguramente, um conjunto de questões psicológicas. (p. 51)

A ordem religiosa do século XIII reconhece um sujeito religioso que se apoia no direito das pessoas e não no direito centrado nos problemas econômicos. No entanto, os imperativos da expansão econômica vão conduzir a uma redefinição da concepção de sujeito. Os pregressos do jurídico sobre o religioso se traduzem sob a forma de um problema de língua. Com a constituição de um Estado centralizador e o progresso jurídico a questão da ambiguidade se desloca para a definição de um sujeito intercambiável, responsável pelos seus

atos, na medida em que o leva a crer que é alguém singular (Haroche, 1992). Como vimos, a ambiguidade é o que sustenta a emergência de um sujeito, ele a tem como estrutura, independentemente da história e do contexto social, o fato de ser determinado; o que altera são, apenas, as formas de se determinar. Essas formas foram analisadas no próximo item.

4.2 Os modos de sujeição: processo social e histórico

Os séculos X e XI são caracterizados por uma economia rural e sem trocas. Já no fim do século XI até o século XIII a economia se transforma, abrindo-se à ideia de troca de mercadorias e de lucro. Enfim, o comércio liga-se aos progressos da instrução, das escritas e das trocas escritas. A evolução dos artesãos ligada ao desenvolvimento do comércio e à emancipação dos camponeses pela compra de sua liberdade, o que faz os camponeses reivindicarem direitos e liberdade a partir de então. Começa a se delinear um sujeito de direito (Haroche, 1992).

A sujeição pessoal vai dar lugar a uma sujeição econômica (embora ainda tímida); a domesticidade do senhor diminui e a sujeição dos camponeses toma a forma de foros. Os camponeses se endividam para comprar sua liberdade e os senhores lhes emprestam fundos. Isso explica a transformação econômica capital, ideológica e jurídica do século XIII. O sujeito doméstico “se torna paradoxalmente livre graças à possibilidade que lhe dá o senhor de se tornar sujeito-à-exação” (Haroche, 1992, p. 69), ou seja, sujeito devedor. O mecanismo de dominação do sujeito religioso é abalado pela forma do sujeito de direito, aliando obrigação econômica à liberdade jurídica.

Foucault (1973/2005), a respeito dessa transformação (feudalismo-capitalismo), afirma que só foi possível uma geração de sobrelucro porque existiu um conjunto de pequenos poderes, detentores de uma série de saberes, que fez emergir o funcionamento capitalista. Houve a formação de certo número de domínios de saber a partir de relações de força e de relações políticas na sociedade. Mas um ganho, diz o autor, foi “a história do processo através do qual o povo se apoderou do direito de julgar, do direito de dizer a verdade, de opor a verdade aos próprios senhores, de julgar aqueles que os governam” (p.54).

Para Haroche (1992) as formas de assujeitamento na ordem religiosa e, depois, jurídica podem se descrever por uma passagem de letra às letras, do signo fechado à letra cambiável, das práticas ritualísticas e mnemônicas às práticas discursivas. Pelo predomínio da língua, a

partir de então, o Direito toma dianteira assegurando outras formas de submissão do sujeito, mas com uma aparência de não sujeição.

Até o século XII a pedagogia medieval consistia em ler textos sem questioná-los. Não se comentava e nem se interpretava. Os textos tinham um caráter sagrado e uma verdade absoluta, já no século XIII a pedagogia abre para a possibilidade de perguntas, mas a ambiguidade e contradição ainda não são admitidas, persistindo a ideia de uma doutrina verdadeira. A contradição até poderia ser constatada, mas como uma falha daquele que copiou ou como incapacidade do aprendiz de entender; trata-se aqui de uma imperfeição humana perante a perfeição divina. No século XVI, Lutero coloca em causa as estruturas hierarquizadas da Igreja, sustentando que a Autoridade não é do papa, mas da Escritura (Bíblia). Portanto, o sujeito precisa ter acesso à significação da Escritura, o que exige um conhecimento aprofundado da língua e desse modo, o problema da ambiguidade coloca-se sob a forma geral de um problema de língua e de elaboração de mecanismos linguísticos (Haroche, 1992).

Os imperativos econômicos e jurídicos exigem a melhoria da comunicação. Traduzem-se por uma necessidade de clareza, na tentativa de evitar equívocos e mal entendidos, não dando lugar para outras interpretações, e seu intuito é a promoção da igualdade de todos perante a justiça. O século XVI é repleto de humanismo, No entanto, o princípio de assujeitamento continua, mas de outra forma. A língua da justiça se diferencia da língua literária, já que esta dá margens ao equívoco e à ambiguidade. Nesse século, a linguagem do Direito é obscura e embrulhada; o hermetismo é característica intrínseca ao funcionamento jurídico, na tentativa de ser claro e objetivo na linguagem para apreender o sujeito em uma única significação, ou seja, na submissão do sujeito às leis (Haroche, 1992).

Haroche (1992) debate que o “aforismo ‘ninguém pode alegar ignorância diante da lei’ deveria ser completado por este outro: ‘ninguém entretanto pode alegar compreendê-la verdadeiramente (p. 87)”. Essa língua não podia tornar-se uma língua usual, pois dar acesso a todos ao conhecimento jurídico comprometeria o assujeitamento do sujeito às leis. Dessa forma pelo estabelecimento das leis e normas o poder real desenvolve o poder do aparelho de Estado, sendo que este não pode vulgarizar as significações da língua jurídica, as quais constituem sua melhor garantia. Existe, portanto, um imperativo de hermetismo na língua da justiça, que é similar a ordem religiosa. Enquanto no sistema jurídico a imposição é da língua única para todos, no religioso se impõem os ritos e os gestos para todos, e, não, uma língua universal, pois os textos sagrados eram em latim, e poucos sabiam o código. Já no sistema jurídico, a escolha da língua é aquela que os sujeitos falam.

Do século XVII ao XVIII o formalismo ganha importância. O signo era um meio exterior ao pensamento; e as formas tornam-se, com a ideia de sequências e de sintaxe, a própria condição de pensamento. No século XVI colocava-se ordem na língua geral, e o projeto de determinação era vago. No século XVII predominou a literalidade, a determinação do léxico e das formas. Já no século XVIII predominam as formas, no intuito de assegurar a determinação; o culto da literalidade declina, a indeterminação se perfila. O pensamento ultrapassa as formas, pois só o sujeito detém a possibilidade de determinação. Já no fim desse século, de certa maneira, triunfa um sujeito com subjetividade tornando o detentor do princípio da determinação. O sujeito se torna fonte de seu próprio discurso (Haroche, 1992).

A crise interna à ordem religiosa resulta no crescimento do jurídico, exprimindo a necessidade de um reconhecimento do sujeito de direito. Partamos, então, para a formação histórica propriamente dita desse modo de assujeitamento, ou seja, paradoxalmente o sistema jurídico dá lugar ao sujeito de direito oferecendo direitos ao cidadão e, por outro lado, o assujeita sob as condições impostas pelo Estado.

Haroche (1992) delinea uma história da subjetividade, que vai desde uma ideologia religiosa até uma ideologia jurídica, com a qual estamos trabalhando desde o início deste capítulo. A autora situa os deslocamentos que se produziram nas relações entre determinação e sujeito, bem como a interferência de mecanismos linguísticos que influenciam a subjetividade.

Já discutimos que o sujeito religioso acredita numa verdade absoluta, e essa verdade é imposta pela fala de um Mestre, o eleito para ser aquele que transmite a voz de Deus. Apenas esse Mestre tem acesso ao código escrito, visto como sagrado. Mas, com as mudanças econômicas e políticas esse modo de sujeição começa a ser questionado ao Senhor pelo sujeito, em razão das necessidades impostas por tais mudanças. O sujeito que se constitui ao longo do processo sócio histórico discursivo e que ocupa o lugar do sujeito religioso é o sujeito de direito.

O sentido de sujeito surge no século XII e significa “submetido à autoridade soberana”; sujeição aparece no século XV, depois, as palavras assujeitar e assujeitamento. Para Bloch e Wartburg o termo “sujeito” equivale a subordinado. A partir do século XVI o sujeito adquire também outro significado, o de matéria, de causa, de pessoa. Legendre (1999) aponta para um fato que não deixa de se repetir (tanto no sujeito religioso quanto no sujeito de direito): o sujeito não é livre, ele é falado, ele é dependente, do “outro” ou que seja do “texto” (leis). Ser sujeito de direito é ser para a lei; o sujeito político encontra-se inscrito no discurso nutrido pelo centralismo e há impossibilidade de o sujeito avançar de rosto descoberto, ou seja, seu

desejo próprio não pode valer. Portanto, o deslocamento que se produz entre o período da determinação do sujeito pela ordem religiosa e da determinação individual de seu discurso pelo sujeito não impede que a subjetividade apareça como inefável e não científica. Com o declínio da religião a questão do sujeito e da subjetividade passa a ser matematizada (Haroche, 1999, p. 158).

Para Benveniste (1978/1988), a linguagem está na natureza do homem, é por ela que o homem se constitui como sujeito, ou seja, a subjetividade é a capacidade de o locutor se colocar como sujeito. Mas para Haroche (1999), e para nós também, essa é uma visão reducionista, pois nem tudo é linguagem. Existe o Real como concebe Lacan (1971-72/2007), ou seja, aquilo que está fora da estrutura linguageira, o que não entra no funcionamento Simbólico, mas não deixa de causar efeitos no sujeito e no discurso. Por esse motivo trabalhamos na relação de como as línguas asseguram a expressão da subjetividade em diferentes épocas. Isso pode fornecer explicações sobre o funcionamento do sujeito, sua relação com o discurso, com as relações de poder e de controle. Entretanto, remeter o leitor aos elementos repetitivos do funcionamento do sujeito ao longo do processo sócio-histórico não garante a apreensão dessa estrutura a-histórica.

Haroche (1999), apesar de não concordar totalmente com Benveniste (1978/1988), aponta para o corte entre a língua e a subjetividade, que o autor faz, ao dizer que a linguagem propõe formas vazias. A autora critica o fato de ele afirmar que o sujeito possui uma posição logicista e instrumental, apostando numa exterioridade. Isso vai ao encontro do que Freud (1939/1996) afirma em “Moises e o Monoteísmo”, ao insistir na importância da língua na religião judaica. Existe uma interdição em representar a figura divina pela imagem, ou seja, a abstração é privilegiada em detrimento da designação concreta e visual. O que induz a pensar a questão da subjetividade e do sujeito na gramática.

Para uma elucidação do funcionamento da desambiguação/determinação na gramática recorreremos a Milner (1987), que aborda a questão do sujeito e do desejo na língua, o que se relaciona com a determinação e a subjetividade.

Milner (1987) aborda a questão da falta e do indizível quando se trata da estrutura Simbólica. O Real da língua não é representável, a não ser pelo Imaginário, mas que não se sustenta. Mas o passo inicial de toda gramática é de que o Real pode ser apreendido pelo simbólico. Para os gramáticos o repetível da estrutura e a regularidade se confundem com o Real, que tem a particularidade de não ser reconhecido de maneira unívoca; para a AD e para a Psicanálise a regularidade pode ser tomada como uma máscara, não como o signo do Real. Portanto, o autor aposta que a língua consiste em que há um impossível de dizer, impossível

de não dizer de certa maneira, isto é, não se pode dizer tudo, o que escancara a questão da elipse e da incompletude da língua.

Haroche (1999) marca a propriedade da completude caracterizada tanto na gramática quanto na linguística. São formas diferentes, mas os dois casos são marcados pelo imperativo da regularidade. Para Milner (1987) existem duas formas de exigências de completude: da linguística, que qualifica como científica; e da gramática, que ele chama de imaginária. A linguística possui um valor científico e teórico; e a gramática, um valor apenas técnico. Em suma, nas duas disciplinas a completude da língua é postulada e está presente nos sujeitos que a falam.

Ainda para Milner (1987), a escritura linguística é partilhada por dois pontos imperativos absolutos: o da completude e o da consistência. No entanto, o autor leva em conta a linguística afetada pela psicanálise, ou seja, leva em consideração a falta e o não-todo não como falhas na linearidade, mas como impossível, contingente e não passíveis de controle, nem de conserto. Ele considera ainda a noção da elipse e da incisa na determinação do sujeito.

É nesse ponto que Haroche (1999) segue ao falar de uma ideia de subjetividade. Vai por um caminho que não tenta explicar a língua por si mesma e, para isso, articula o formalismo da linguística com um exterior que seria ao mesmo tempo histórico e psicanalítico. Esse exterior encontra-se no próprio cerne da linguística, sob a forma do implícito, da falta, ou ainda, da elipse e das proposições incompletas. Essas formas vazias são a própria condição da emergência de um sujeito, não se tratando aqui de um sujeito concreto e empírico, mas de um sujeito que é efeito do discurso.

Esse sujeito empírico, a nosso ver, é a noção de eu (no sentido psicanalítico), aquele que pensa ser mestre de si. Para as ciências jurídicas o sujeito de direito é equivalente a esse eu, mas essa imagem transmitida pelo Direito não equivale ao adolescente propriamente dito. No próximo capítulo trabalhamos as diferenças entre o eu e o sujeito, que não é previsível, não é controlável e que emerge na própria falta a ser.

No século XVIII, com o enfraquecimento da ordem religiosa, os textos (científicos) procuravam associar a matemática ao social, tendo por finalidade o “amor à pátria”, com o intuito de controlar a subjetividade do sujeito. Com a ascensão do jurídico e a ideia de um sujeito livre e proprietário, as ciências começam a criar novas formas de assujeitamento que estão diretamente relacionadas à noção de forma-sujeito segundo Pêcheux (1975/1988), ao qual se baseia nas ideias dos aparelhos ideológicos do Estado de Althusser (1970/1983). Tratamos da forma-sujeito de modo minucioso mais adiante.

Passa-se do Estado absolutista, da decisão autoritária, para a decisão em Assembleia, que corresponde ao Estado liberal político. Lembremos que o ECA (1990) é uma lei federal e, como, todas as normas jurídicas formalmente produzidas pelo Estado, passa pelo processo de elaboração, discussão, votação, aprovação, sanção, promulgação, publicação e vigência da lei. No entanto, esse processo é realizado pelo órgão competente que representa o poder do Estado.

Os linguistas, os psicanalistas, os filósofos tratam do tema da subjetividade, mas Haroche (1999) questiona por que a própria psicologia não aborda o sujeito. Essa disciplina ignora a singularidade, concebendo o sujeito apenas pelo seu aspecto visível (comportamental). No século XX surge a psicologia científica e os pioneiros foram Watson e Pavlov. Pode-se dizer que a questão da subjetividade foi deslocada para o lado do matematismo (psicometria), da observação, da experimentação ou do lado oposto, o da inefabilidade (segundo Escola de Wurzburg e Husserl); mas essas duas áreas científicas não refletem sobre o que determina o sujeito, o lugar onde este se estrutura, a não ser por uma perspectiva ontológica (Descartes).

O controle social só pode ser realizado sob a condição de induzir no sujeito o amor à pátria substituindo, fundamentalmente, o desejo do sujeito, o qual escaparia ao cálculo, à lógica. Conforme Haroche (1999): “se é reconhecido que o desejo do sujeito não pode emergir senão em uma falta-a-ser (ou ainda de dizer)” (p. 198), mas o Estado se define pela imposição de suas leis, esforçando-se, constantemente, em banir o implícito e a indeterminação. Todavia não é possível escapar totalmente da ambiguidade. Portanto, a questão da relação do sujeito com o Estado não pode surgir de outro modo que não sob a forma de uma relação de subordinação e de disciplinarização da subjetividade.

Para a psicanálise, segundo Lacan (1957/1998), o sujeito nunca é livre e nem racional. Como esta pesquisa trata de uma articulação entre a psicanálise e a AD, segue o fio condutor do sujeito de direito, sujeito do desejo e forma-sujeito, já que o discurso sempre implica um sujeito. É o que elaboramos mais detalhadamente nos próximos capítulos: a noção de sujeito do desejo (inconsciente) e a forma-sujeito segundo Pêcheux (1975/1988), logicamente numa relação com a problemática do adolescente e do “ato infracional”.

5.O SUJEITO DO DESEJO

Nos capítulos anteriores discorremos sobre o funcionamento jurídico, a emergência do sujeito de direito e a responsabilização deste pelos atos cometidos. O adolescente foi inserido no conjunto dos sujeitos de direito. Do ponto de vista da AD e da Psicanálise um sujeito não é dono de si, não é racional e nem livre. Todo o discurso implica uma ideologia e um sujeito do inconsciente. Por conseguinte, trabalhamos neste capítulo a constituição do sujeito do desejo que implica o Estádio do Espelho, a passagem dele pelos três tempos do Édipo, a inscrição da Lei simbólica e os três registros (Real, Simbólico e Imaginário). A partir disso, articulamos o funcionamento do sujeito de direito com o do sujeito do desejo, obtendo como sustentação os enunciados jurídicos que permeiam os conceitos de infração e de adolescência.

Lacan (1963-64/2005) deposita toda ênfase na estrutura do sujeito nas relações deste com o objeto e com o Outro. O objeto liga-se à sua falta e o sujeito se constitui a partir desta no campo do Outro. O conceito de Outro é, ao mesmo tempo, o lugar da fala, o lugar da cadeia de significantes e, também, o lugar onde falta um significante que deveria ser fornecido ao sujeito. É uma relação dialética: há a suposição da existência de um sujeito (S) sem barra e do Outro (A) também sem barra, mas o que existe é o sujeito barrado (\$) e o Outro também barrado (A). Dessa operação resulta um resto, denominado objeto *a*. Esse resto é parte da própria operação da constituição do sujeito.

Quando nos referimos ao sujeito, ao Outro e ao objeto *a* estamos nos remetendo às operações inconscientes. “O inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 1964-65/2008, p.199) em que a cadeia de significantes repete e insiste, é uma Outra cena. Essa rede de significantes é um saber que não comporta nenhum conhecimento, pois o sujeito do inconsciente não sabe o que diz e nem sequer o que está falando; é um saber não-sabido e permanece indeterminado e se indetermina no saber. O sujeito sabe mais do que crê, diz mais do quer, demonstrando uma ambiguidade em que se renuncia no momento em que se confessa; não é representação, mas, sim, representante da representação (Lacan, 1957/1998).

Lacan (1964-65/2008) afirma que o inconsciente é a soma dos efeitos da fala sobre um sujeito. Nesse nível se constitui pelos efeitos do significante, o que resulta no axioma “um significante é aquilo que representa um sujeito para outro significante” (p. 194). A noção de significante para a psicanálise parte da linguística, mas se diferencia dela. O significante lacaniano é descolado da significação, pois um mesmo significante pode ter diferentes

sentidos; é como um hieróglifo, não se compreende, mas se supõe que houve um sujeito nessa cadeia.

Lacan (1964-65/2008), ao alegar que o “inconsciente é discurso do Outro” (p. 130) faz uma relação do desejo do sujeito com o desejo do Outro, ou seja, o sujeito deseja como Outro, e ambos são inconsistentes e faltantes. É a partir dessa falta que o sujeito poderá se sustentar, o que é paradoxal. O discurso é “um discurso sem palavras” (Lacan, 1968-69/1992, p. 11), mas não se mantêm sem a linguagem. Mediante esse instrumento instaura-se algo que vai mais longe do que os enunciados efetivos. O saber é da ordem do dito: “o saber fala por conta própria – eis o inconsciente” (p. 66).

Uma cadeia de significantes é ordenada, mas não é contínua e nem linear; existem intervalos entre um significante e outro e o corte nessa cadeia é um modo de verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no Real. Isso equivale ao furo no sentido, que é determinante no discurso.

O conceito de sujeito para a psicanálise não é o do sujeito cartesiano, aquele do cogito (“penso, logo sou”). Pelo contrário, é um sujeito que é onde não pensa. Portanto, definimos o sujeito cartesiano como o sujeito do enunciado e o sujeito do inconsciente como sujeito da enunciação, denominado, também, como sujeito do desejo (Lacan, 1957-58/1999, 1968-69/1992). Dessa forma, o sujeito não supõe um saber, ele é suposto, ou seja, quando um saber emerge, um sujeito é suposto ali. Frente a qualquer articulação significativa, um resto não se articula, portanto, parte do inconsciente é possível de ser enunciada num saber (Simbólico) e parte é impossível (Real). Aos conceitos de Real, Simbólico e Imaginário retomaremos detalhadamente mais adiante.

Essa parte que resta é denominada de objeto *a*, conceito inventado por Lacan (1962-63/2005) em seu Seminário sobre a angústia. O autor faz uma separação entre o objeto *a* e os objetos outros, esses que entram na série das imagens. O sujeito, ao mesmo tempo em que quer tampar o vazio, quer, também, que o Outro deseje, para então poder emergir como sujeito e, não, manter-se fixado na posição de objeto para Outro. É o impasse do sujeito, pois para ser reconhecido pelo Outro é necessário e basta entrar no lugar de objeto.

A imagem especular, simbolizada pelo *i(a)* serve de máscara para o objeto *a*, pois este é o próprio vazio, o qual pode ser preenchido de vários modos. No entanto, na medida em que se preenche há uma satisfação pulsional parcial, a saber, o gozo. Lacan (1972-73/1993) adverte sobre a relação do Direito com o gozo. Esse termo no meio jurídico se refere ao usufruto, àquilo que não é útil. O usufruto oferece ao sujeito o direito de gozar dos meios que não possui. A essência do Direito está em repartir, distribuir, retribuir o gozo; no entanto, isso

se reduz a uma instância negativa, “àquilo que não serve para nada”. Todos têm direito ao gozo, mas o “gozo não é o dever”. “Nada força ninguém a gozar, senão o superego” (Lacan, 1972-73/1993, p. 11). Nesse sentido, o gozo toma uma forma imperativa, isso é fruto do discurso capitalista que analisamos no sexto capítulo.

O investimento na imagem especular é um tempo fundamental da constituição do sujeito; entretanto, nem todo investimento passa pela imagem especular. Lacan (1962-63/2005) pontuou dois pilares, o *i(a)* e o *a* como suporte da função do desejo. O sujeito se engana crendo que o *i(a)* é o *a*. Na verdade, quanto mais o sujeito se aproxima da imagem cercando o que acredita ser o objeto de seu desejo, mais se afasta e se desvia dele. Portanto, acaba preservando e mantendo a imagem especular, lugar onde é enganado.

No próximo item trabalhamos a formação da imagem e a constituição do sujeito numa perspectiva psicanalítica, que nos ajudaram a compreender os dois lugares em que o adolescente é posto pelo funcionamento do Direito: de objeto e de sujeito de direito; bem como as relações de determinação e alienação ao Outro.

5.1 O Estádio do Espelho

O sujeito, ao nascer, é uma libra de carne, um corpo despedaçado, que experimenta uma espécie de indistinção corporal entre o eu e o outro (semelhante). O Estádio do Espelho comporta uma alienação específica do *infans* (aquele que ainda não fala) ao Outro primordial (encarnado na figura da mãe ou naquele que exerce tal função); é um tempo lógico, no qual acontece a formação da função do eu ilusoriamente unificado. Esse estágio não é simplesmente um momento do desenvolvimento e, sim, uma função, que revela certas relações do sujeito à sua imagem (Lacan, 1949/1998, 1953-54/1986).

Nesse tempo, o que se dá é uma identificação primordial da criança com a sua imagem que promoverá a estruturação do eu, em que termina o que Lacan (1949/1998) designa como fantasma do corpo esfacelado. Essa identificação é o lugar onde o sujeito antecipa o júbilo da unicidade da imagem corporal, mas, para que isso se opere é preciso uma matriz simbólica que ratifique essa imagem. O eu e o outro são percebidos pelo *infans* como a mesma coisa; trata-se de uma indistinção da função do eu, mas não corporal.

O Estádio do Espelho é dividido em três tempos. No primeiro tempo há um assujeitamento da criança ao registro Imaginário; no segundo tempo ocorre um processo de identificação, momento em que a criança percebe que a imagem é uma imagem e, não, ela mesma. Inicia-se, então, o processo de distinção entre a imagem do outro da imagem do eu. O terceiro momento dialetiza os outros dois momentos, ou seja, a criança fica advertida de que a imagem do espelho é uma imagem, e de que é uma imagem dela mesma. Portanto, a unidade do corpo se mostra como exterior e invertida, como uma imagem no espelho (Dor, 2008).

Lacan (1960/1998) se serve do esquema óptico, baseado no esquema do físico Bouasse, para demonstrar a relação especular e a relação com o Outro. O Estádio do Espelho é um tempo em que há um limite, pois nem todo investimento libidinal passa pela imagem especular; há um resto. Isso significa que nem tudo é demarcado pelo Imaginário. A figura 02 ilustra a diferença da imagem real (simbolizada pelo a) formada pela reflexão invertida do vaso no espelho côncavo da imagem virtual (simbolizada por $i(a)$), que surge pela reflexão da imagem real em um espelho plano, função do A (Outro). No nível da imagem real do esquema se situa o narcisismo primário (eu ideal), é o que dá forma para o sujeito.

O espelho plano faz alusão ao campo do Outro, é o que permitirá a reflexão da imagem virtual, possibilitando a constituição do narcisismo secundário (ideal do eu), cujo padrão fundamental é a identificação ao outro. Portanto, existem duas funções do eu: ao mesmo tempo em que estrutura a realidade, comporta uma alienação fundamental ao Outro, enquanto outro.

O esquema óptico, proposto por Lacan (1960/1998), ilustra a imagem refletida por um espelho plano de um vaso na parte inferior e as flores na parte superior; no entanto a imagem que o olho vê é o vaso com o buquê de flores no seu gargalho. O que possibilita tal imagem é o Outro, que tem uma função de espelho (conforme figura 02). Essa função desempenhará, para o olho, o papel de suporte de uma acomodação necessária, para dar a ilusão de que as flores estão no interior do vaso. A imagem real é a que está do lado esquerdo e a imagem que o sujeito enxerga é a do lado direito, portanto a imagem real não coincide com a imagem virtual.

Figura 2. Esquema óptico: Estádio do Espelho

O objeto como uma imagem virtual, toma o nome de objeto real, ou seja, o espaço imaginário se confunde com o espaço real. Nesse sentido não se sabe onde está o subjetivo e onde está o objetivo, pois, quando se olha uma imagem no espelho se vê o que não está lá. A função Simbólica existe para sustentar a separação entre o espaço Imaginário e o espaço Real, faz função de corte entre essas duas dimensões (Lacan, 1953-53/1986).

Lacan (1949/1998) adverte que, apesar de se enxergar uma imagem completa, uma parte não é especularizável (parte tem imagem e outra não tem), essa parte é o objeto *a*, como já explicado. A parte que não tem imagem é a própria falta (os orifícios corporais, por exemplo), a qual pode ser representada por um signo (falo simbólico). Isso indica que não existe uma imagem que coincida com o Real, pois este é sem imagem. Assim, o objeto *a* não é um significante e, também, não passa a imagem; fica fora do Simbólico e fora do Imaginário.

O objeto *a* é o que resta de irreduzível na operação do advento do sujeito no lugar do Outro. A partir daí ele assume sua função, ou seja, a de sujeito barrado (\$) surgindo nos intervalos entre um significante (S1) e outro (S2). Na medida em que o Outro não possui um único significante que represente o sujeito, dessa operação um resto cai, o objeto *a*, que clama por outro significante, mais outro e assim por diante. Nessa repetição o sujeito supõe que alcançará pleno gozo e que seu desejo será satisfeito.

Percebe-se que o sujeito do desejo (\$) precisa da cadeia de significantes cedido pelo Outro. Mas é necessário um intervalo, um espaço vazio entre o S1 e o S2 para que o sujeito advenha e o objeto *a* reste; sendo este como causa e aquele sem sentido que clama por

interpretação e, portanto, não para de não se inscrever (Lacan, 1962-63/2005). Para isso o i(a) deve ausentar-se, ou seja, o sujeito deve se dar conta que é apenas uma miragem, percebendo o engano em que ele próprio se coloca. “Todo o problema a partir de então é o da junção do Simbólico e do Imaginário na constituição do Real” (Lacan, 1953-54/1986, p. 90).

Monte-Serrat (2013) articula o esquema do Estádio do Espelho com a Teoria Geral do Estado, ou seja, o Estado pode ocupar a função de A (Outro/espelho) para constituir a imagem de sujeito de direito como uma antecipação de sujeito completo. E para isso a autora retoma os Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1970/1983) na função de espelho, concebidos como mecanismos para captarem o indivíduo na relação com o Outro ideológico em que se origina a interpelação. A metáfora do espelho pode logicamente explicar o papel do Estado como Outro.

A função do Estado enquanto espelho para o sujeito não se restringe a algo estático, ela comporta a complexidade de uma função morfogênica sobre o indivíduo, identificando-o ao sujeito de direito, que não se dá conta de seu livre assujeitamento. O sujeito se identifica com a imagem que vê, isto é, na imagem especular o sujeito se vê como o outro olha, mas esse funcionamento é recalcado, e no sujeito de direito o amor ao Estado se diz na necessidade da não contradição (Monte-Serrat, 2013).

O Estado na função do Estádio do Espelho transmite a ideia de que todas as pessoas possuem direitos e deveres iguais; é como se fossem sujeitos plenos. O Estado, na forma legislativa, garante a plenitude do ser e a igualdade de todos. É o que indica a DUDH (1948/2010), especialmente no artigo VI “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”; e no artigo VII “Todos são iguais perante a lei têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei” (p. 5).

O termo pessoa (persona) para Lacan (1953/1998) “é uma máscara e não um jogo da etimologia, isso equivale a evocar a ambiguidade do processo pelo qual essa noção veio a ganhar valor, por encarnar uma unidade que se afirmaria no ser” (p. 678). A figura da máscara não é simétrica, pois ela conjuga dois perfis, cuja unidade só se sustenta pelo fato de a máscara permanecer fechada; mas sua discrepância indicando que é preciso abri-la. O que há atrás da máscara? O autor toma as formações do eu como função e não como estrutura, todavia, diferencia o eu ideal, como aspiração, do ideal do eu, como modelo, da seguinte forma:

Na relação do sujeito com o outro da autoridade, o ideal do eu, seguindo a lei de agradar, leva o sujeito a desagradar ao sabor da ordem; o eu ideal, com o risco de desagradar, só triunfa ao agradar a despeito da ordem. (p. 678)

Percebemos, portanto, que há uma estreita analogia entre o funcionamento das formações do eu proposto por Lacan (1949/1998, 1953/1998, 1962-63/2005) e o funcionamento do sujeito de direito em relação ao Estado. A nosso ver, esse sujeito de direito é semelhante ao funcionamento do eu ideal e não ao ideal do eu. A Constituição Federal (1988) (ver art. 227, anexo A) propõe uma aspiração de sujeito pleno situado no registro do Imaginário e, não, uma norma Simbólica.

Além do Estádio do Espelho, temos, na Psicanálise, aquilo que inscreve no sujeito a Lei Simbólica, a saber, a metáfora paterna. Para Lacan (1957-58/1999, p. 166), essa operação concerne à função do Pai, denominada de Pai simbólico ou “Nome do pai”. Essa metáfora possibilita as relações “inter-humanas”. Partindo da mesma lógica, podemos pensar um dispositivo jurídico cumprindo a função do Pai Simbólico? A seguir, discutiremos a operação da inscrição da Lei fundamental no sujeito, numa possível articulação com o modo de descrição das normas jurídicas.

5.2 O Nome do Pai

Freud (1924/1996) foi o primeiro a se servir do mito do Édipo para ilustrar a constituição do sujeito. Em “A Dissolução do Complexo de Édipo” adverte: “o menino encara sua mãe como propriedade, mas um dia descobre que ela transferiu seu amor e sua solicitude ao recém-chegado” (p. 193). A criança sente a presença do pai como um estorvo, ressentindo-se quando o pai está junto da mãe, e mostra satisfação quando ele está ausente.

O Édipo não é recalcado e, sim, destruído pelo complexo de castração, afirma Freud (1925/1996). O menino, com medo de ser castrado, renuncia o investimento objetal de sua mãe e identifica-se com o pai. Na menina esse complexo se orientará através do desejo de ter um filho, ou seja, quando percebe a falta do pênis abandona o desejo de tê-lo e coloca em seu lugar tal desejo. A menina fica com raiva da mãe, por esta não ter lhe dado o pênis, e toma o pai como objeto de amor. “Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração” (p. 285).

Enquanto Freud fica no nível do Imaginário e da novela familiar, Lacan, na tentativa de formalizar a constituição do sujeito, faz uma releitura do Édipo numa dimensão Simbólica. Dessa forma, enquanto Freud trata de personagens da história do sujeito, Lacan analisa o

Édipo em termos de lugares e funções, o que vem parcialmente ao encontro do funcionamento discursivo do Estado e do sujeito de direito.

O Édipo se refere à inscrição da Lei primordial, que se divide em três tempos lógicos. Lacan (1957-58/1999) afirma que a presença ou ausência do pai empírico maléfico ou benéfico não garante que o sujeito passe ou não pelo Édipo. Verifica-se que o sujeito pode constituir-se normalmente quando não existe o pai da realidade e, também, existe a possibilidade de o Édipo não se constituir com a presença do pai. Não se trata de excesso de presença e nem excesso de ausência, quando se trata dos dramas edipianos. Por exemplo, teve época em que a imagem do pai aterrorizante era considerada um elemento lesivo, mas depois se percebeu que era mais grave quando o pai era extremamente gentil.

Lacan (1957-58/1999) indaga sobre uma carência paterna no mundo moderno, apontando para a existência de pais fracos, pais enfermos, pais submissos, pais castrados pela mulher. Nunca se sabe em que o pai é carente, pois, em alguns casos, ele é meigo demais, e deveria ser mais firme; em outros, dizem que ele é agressivo demais e que deveria ser mais gentil. O pai normativo, embora possa ter relação, não se confunde com o pai empírico. Portanto, a carência do pai na família não é o mesmo que falar de carência do Pai no Édipo, este é o que constitui o sujeito do desejo.

O Nome do Pai é uma metáfora, ou seja, um significante que surge no lugar de outro significante. “A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (Lacan, 1957-58/1999, p.180). O pai vem no lugar da mãe como significantes e lugares e, não, como personagens. O S1 (significante da mãe, enquanto significação) é substituído pelo S2 (significante do pai). É a mãe que vai e vem e, quando a mãe vai, a criança se questiona o que ela quer, e ela pensa que bem que poderia ser a mim que ela quer, mas se ela vai, é porque há outra coisa que mexe com ela, denominado de *x*, pois não sabe o que é: “o significado das idas e vindas da mãe é o falo” (Lacan, 1957-58/1999, p. 181).

A criança vislumbra ser o falo da mãe, denominado também de eu ideal, é uma via Imaginária. A via Simbólica é a da metáfora. Existe uma relação de simetria entre o falo Simbólico e o Pai. No entanto, o desejo é sempre interpretado pelo sujeito de maneira confusa e virtual, ou seja, a mensagem do Outro chega ao sujeito de forma invertida, como a de uma imagem no espelho. Portanto, não há coincidência entre desejo do sujeito e demanda do Outro, nem demanda do sujeito e desejo do Outro; o descompasso está sempre presente.

Em resumo, a função Simbólica do Pai é o que determina a inscrição da Lei simbólica no sujeito. O papel dessa função é de colocar uma barra na relação alienada do

sujeito com Outro, na medida em que não se pode tudo e nem se tem tudo. Portanto, a função de uma proibição é fundamental na estruturação subjetiva, que também possibilita o laço social.

A fim de formalizar a constituição do sujeito e a inscrição da Lei primordial, Lacan (1957-58/1999) propõe três tempos lógicos. Esses três tempos nunca mais serão elididos da vida do sujeito. Esses tempos fazem referências às três formas de falta de objeto (frustração, privação e castração). A seguir especificaremos os três tempos separadamente, embora não seja dessa forma que ocorrem, por não se tratarem de etapas de desenvolvimento e, sim, de uma constituição circular: uma vez inscritos nunca mais serão apagados.

O primeiro tempo do Édipo gira em torno da dialética do ser ou não ser o falo do Outro (aquele que faz função materna); o *infans* fica no lugar de eu ideal. Ele já percebe a falta, pois tem que ser algo para completar a mãe. A identificação da criança com o objeto de gozo é amplamente facilitada, e até induzida pela relação de mediação da criança com a mãe, a começar pelos cuidados e pela satisfação das necessidades do bebê (Dor, 1989). O Outro interpreta o desejo do bebê conforme seu próprio desejo, servindo como uma matriz Simbólica, uma necessidade primordial para que o *infans* se sustente tanto imaginariamente quanto simbolicamente.

A criança imagina ser o falo da mãe e, nesse momento, pensa ser o único e exclusivo objeto que a mãe deseja. Portanto, para agradar a mãe e tê-la junto dele, é preciso e basta ser o falo. Mas a mãe se ausenta, o que causa a pergunta: o que Outro quer de mim? Nessa pergunta a criança pode achar que o irmãozinho, o pai, o trabalho etc. são o falo da mãe. A operação que a criança faz é de se parecer com esse outro, que supõe ser o que a mãe quer. Nesse tempo surge a agressividade de querer matar o irmãozinho, por exemplo, pois a criança experimenta uma ameaça na sua posição exclusiva de ser o falo do Outro (Lacan, 1957-58/1999).

Esse ponto de ancoragem é favorável as identificações perversas, pois a mensagem se realiza de forma mais ou menos satisfatória. É uma estratégia defensiva da evitação da castração. O sujeito perverso faz todo um esforço para manter esse engodo subjetivo no qual se encontra capturado; o que torna importante salientar que toda fantasia tem uma estrutura perversa. O sujeito se identifica specularmente com aquilo que é o objeto de desejo da mãe. Portanto, se nesse tempo a mensagem que o Outro fornece ao sujeito for mais ou menos satisfatória, perturbações podem acontecer e, dentre elas, as identificações perversas (Lacan, 1957-58/1999).

A relação da criança é com o desejo da mãe, ou ainda com o desejo do Outro. O sujeito não demanda o objeto em si, nem um desejo qualquer e, sim, o desejo de desejo do Outro. O sujeito quer que o Outro deseje e, se ele deseja, isso equivale a um Outro faltante. Se existe uma falta, ele pode se colocar nesse lugar. Mas também sair dele. O que conta nesse tempo é o desejo caprichoso do Outro, mas a criança já percebe a alternância entre presença e ausência. Por mais que a criança se identifique ao objeto que ela supõe ser o falo, não satisfaz a mãe, pois continua havendo alternância entre presença e ausência, causando a frustração (Lacan, 1957-58/1999, 1962-63/2005).

No segundo tempo do Édipo, o pai intervém como onipotente, no plano Imaginário; age como privador da mãe, o que significa que a demanda endereçada ao Outro será “encaminhado a um tribunal superior”. Com efeito, o sujeito continua a interrogar o que o Outro quer. Nesse tempo se dá o aparecimento da lei Imaginária, essa é concebida pelo sujeito como privadora da mãe (privação da mãe e não do filho). Sob essa forma, a mãe parece dependente de um objeto. Mas de um objeto que o Outro tem ou não tem; trata-se da passagem da dialética entre ser ou não ser para ter ou não ter o falo. Portanto, não se trata mais da lei da mãe, mas, sim, da lei do Outro, que não é a mãe (Lacan, 1957-58/1999, p. 198).

Nesse tempo o pai priva a criança daquilo que ele não tem e, para que fique postulado que ele não tem, é preciso que o falo esteja projetado no plano Simbólico enquanto símbolo, ou ainda, enquanto significante de uma falta. Há de fato uma privação, na medida em que toda privação real exige uma simbolização. É no plano da privação da mãe que se coloca para o sujeito, a questão de aceitar, de registrar, de simbolizar, ele mesmo a falta. Para que se dê a passagem do nível do ser ou não ser para ter ou não ter o falo é necessário que haja um momento anterior em que não se tem. Quando se trata de ter ou não ter, o falo é constituído como significante/símbolo fora do sujeito. Quando o pai real assume um lugar de portador da proibição, sua função cria um obstáculo entre a mãe e a criança, se tornando o portador da Lei culturalmente (Lacan, 1957-58/1999).

Cabe salientar que o desejo que se articula não serve para saciar as necessidades, pois no mundo humano impera a fala, que remete à submissão do sujeito a lei do desejo do Outro, uma vez que o sujeito entra na via do Simbólico pelo assujeitamento; não há outro modo. Como a mãe é um sujeito falante, e isso basta para legitimar a lei da mãe, essa lei não é controlada, ou seja, o desejo do filho fica completamente dependente da suposição da mãe, fica à mercê do bem querer e do mau querer do Outro (Lacan, 1957-58/1999).

Por exemplo, no caso Hans (Freud, 1909/1996), o desfecho do Édipo foi atípico. Precisou de uma suplência; criar um medo de cavalo, a fim de suprir tudo o que faltou

naquele momento de virada, ou seja, da assunção do simbólico. O cavalo cumpria a função do Pai simbólico, aquilo que barrava o sujeito, o portador da lei. A angústia de Hans era exatamente o de ficar nesse lugar de assujeitado. O medo, para Hans, foi um elemento de assegurar o sujeito. O medo cumpriu uma função proibidora, momento em que aparece a falta desse domínio externo. Para que ele não seja simplesmente um assujeito foi necessário que algo lhe pusesse medo; dessa forma a operação seguinte pode acontecer (terceiro tempo do Édipo).

No caso Hans (Freud, 1909/1996) o pai era agradável demais, e assim, foi inoperante. A mãe de Hans estava numa posição ambígua – de proibidora e, ao mesmo tempo, não impedia o filho de entrar na sua intimidade, ou seja, Hans encarnava o objeto de desejo da mãe. Esse lugar é o de assujeitado; por isso emerge a angústia e a fobia vem como uma forma de saída desse lugar. A posição do pai, nesse caso, é posta em dúvida pelo fato de não ser a palavra do pai que serve de lei para a mãe. O pai imaginário inicia a inscrição de uma Lei, e a criança não pode ser o falo da mãe. Esta não pode ser completa e, com isso, vai se presentificado na vida da criança a castração (Lacan, 1957-58/1999).

Em suma, a criança quer que o Outro deseje; assim ela pode sair desse lugar de objeto, já que se trata de uma relação Simbólica que permite, ao sujeito, o fechamento de um primeiro passo no circuito da constituição como sujeito do desejo. Esse momento é o tempo privativo do complexo de Édipo, no qual a criança é desalojada da posição de eu ideal da mãe; a partir daí se pode dar o passo seguinte, para o terceiro tempo.

Antes de darmos continuidade, apenas situamos o que a psicanálise chama de estruturas clínicas, que são basicamente três: psicose, perversão e neurose. Trazemos algumas pontuações sobre a psicose. Já vimos que se o sujeito fica fixado entre o primeiro tempo e o segundo, se estrutura uma perversão; se passa pelos três tempos, se estrutura como uma neurose; e se não passa por nenhum, se estrutura como uma psicose.

Na estrutura da psicose, o Nome do pai fica “foracluso”. Tomemos como exemplo o caso do presidente Schreber (Freud, 1911/1996), ele nunca pôde responder do lugar do Nome do Pai, pois ali nunca esteve. Essa estrutura se materializa pela intervenção maciça e Real do pai para além da mãe. Neste caso a alucinação vem no lugar do Nome do pai, ou seja, não houve recurso Simbólico para lidar com a castração. Ele mesmo distingue duas ordens de coisas: por um lado, as vozes que falam na língua fundamental (novo código), que apresenta como proveniente do Outro; e, por outro há outra forma de mensagem, a interrompida, são começos de ordem, verdadeiros axiomas. Essas mensagens se apresentam como mensagens puras, ordens interrompidas, como pura força de indução no sujeito, na medida em que a

mensagem e o código ficam totalmente dissociados. Isso acontece quando a intervenção do discurso paterno é abolida (Lacan, 1957-58/1999, p. 211).

Mougin-Lemerle (1999) ao comentar sobre a psicose e a lei, acentua que os efeitos do fracasso da transmissão do Nome do Pai é que constitui um sujeito psicótico; pois esse Nome é o vínculo Simbólico institucional que canaliza cada sujeito em sua relação com o universal. Se ele vem a falhar quanto às condições de sua pertinência lógica e quanto a seu ofício de terceiro da linguagem a serviço da diferenciação subjetiva, ele não mais preenche seu papel.

Garcia (2004) ressalta que o Pai tem como função nomear o sujeito, mas se existir uma falta ou falha no exercício dessa função, o adolescente poderá ver uma forma de expressão e de nomeação: o ato da violência em que vai adquirir um nome (apelido de ladrão), nesse viés o ato substitui a palavra. É nessa questão que a lei serve como uma dimensão Simbólica para o sujeito. O juiz, nesses casos, pode atuar como representante desse Simbólico instaurador da Lei. No entanto, o crime e a violência não querem dizer que o Nome do Pai esteja foracluído.

Passemos para o terceiro tempo do Édipo. É a saída do complexo de Édipo em que o pai é aquele que tem o falo e que pode dar a mãe; é um pai potente encarnado na função do ideal do eu. É por intervir como aquele que tem o falo, e que não o é, que se pode “produzir a balança que instaura a instância do falo como objeto desejado da mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar” (Lacan, 1957-58/1999, p. 200). Aqui se completa a castração no sujeito.

O Pai simbólico fica no lugar daquele que tem, do ideal do eu, representando a existência do lugar da cadeia significante como Lei. Já não se tratam das ausências; a mensagem da mãe se desloca para a mensagem do Pai na medida em que ele agora permite e autoriza. O pai, neste tempo, aparece numa forma revelada, não mais velado como no segundo tempo. É por intermédio do dom ou da permissão concedidos à mãe que ele, afinal, consegue ser o portador do falo. Dessa forma, o menino se identificará ao pai, como aquele que tem, e a menina ficará com aquele que supostamente tem para dar a ela (Lacan, 1957-58/1999).

Lacan (1969-70/1992), mais a frente de seu ensino, afirma que o Pai também é castrado; ao Mestre também falta o saber sobre a verdade, ele também não tem o falo. O autor arrisca a postular os Nomes do pai (no plural), ou seja, não há apenas um modo de se instaurar a castração e nomear o sujeito. O pai da *horda primeva*⁵, nunca se viu o menor rastro seu,

⁵ O Pai de Totem e Tabu, aquele que possui todas as mulheres, e todos os outros eram submetidos a ele.

apesar de ser suposto, indicando que não há Outro que não seja castrado, o que equivale dizer que não existe uma lei da lei. Nesse sentido fica a impossibilidade de criar uma lei não faltosa.

No seminário sobre a Identificação, Lacan (1961-62/2011) explica a dialética da demanda e do desejo através de uma figura topológica, o toro⁶. A demanda atravessa, num movimento espiral, o buraco periférico, produzindo repetidas voltas em torno do círculo vazio; é a insistência da demanda. Ao circundar o buraco, cria-se um outro vazio, o do desejo inconsciente, que contorna o buraco central. Como o sujeito se constitui a partir do Outro, há dois toros entrelaçados (figura 03), o do sujeito e o do Outro; confundem-se, assim, a demanda do Outro com o próprio desejo, pois a demanda remete ao que o sujeito supõe que o Outro quer dele. Essas duas dimensões estão em continuidades, não existindo um limite entre o interno e o externo, o que leva a uma confusão entre demanda do Outro e desejo do sujeito, como nos diz Lacan: “desejo num, demanda no Outro; demanda de um, desejo do Outro, que é o nó onde se atravanca a dialética da frustração” (p.198).

Figura 3. Toros entrelaçados/sujeito e Outro

A falta não é uma falha, mas, sim, a própria estrutura do sujeito e da linguagem, já que o Outro é também barrado, pois não há Outro do Outro. É dessa falta que o sujeito faz seu desejo. O sujeito, frente à falta, repete o ato de suturá-la e nessa repetição se localiza o gozo. O Outro demanda porque é inconsistente; o sujeito tenta responder, mas obviamente não consegue, nesse processo estão implicados o gozo como falta da falta e o desejo como a própria falta.

Lacan (1959-60/1988) articulou a Lei com o desejo; a transgressão com o gozo; e o sujeito situado entre dois campos: do desejo e do gozo. O autor apontou para o fato de os dez mandamentos perdurarem até os dias atuais, o que fez as sociedades prosperarem. Os dez mandamentos colocam o objeto de desejo no lugar do pecado. A palavra “pecado”, em grego,

⁶ Se define como uma superfície sem margem, equivalente a uma esfera, mas seu centro é vazio, sua melhor aproximação física é dada pelo pneu ou boia.

quer dizer “falta” – “manque”. Esse objeto é proibido para o sujeito. Existe uma relação dialética do desejo com a Lei; esta impede que o desejo emerga fora de uma relação com a Lei, como algo que se torne desejo a partir da falta. Por exemplo, um dos mandamentos assevera: “não cobiçarás a mulher do outro (...) não cobiçarás nada do que lhe pertence”. E isso implica a existência de uma primeira cobiça; e exatamente por isso foi possível criar uma proibição. Não se cobiça qualquer coisa; se cobiça na medida em que determinado objeto pertence a outrem.

Lacan (1960-61/2010) afirma a relação da Lei com o desejo como estreita, no sentido de que a função dela traça o caminho do desejo. O mito do Édipo significa o desejo do pai pela mãe, e esta mãe deve legitimar esse desejo; isso é o que cria a Lei. A verdadeira função do Pai simbólico é unir e não opor, um desejo à Lei. Na verdade, o sujeito esconde a castração que ele nega; o que ele não quer, o que recusa é sacrificar sua castração ao gozo do Outro, deixando-o servir-se dela, pois imagina que o Outro demanda sua castração. O sujeito dividido, ao mesmo tempo em que visualiza o gozo, não o quer. Para isso teria que ficar o tempo todo no lugar de objeto e, como sujeito desejante, ele desapareceria; esse é o impasse do sujeito, o qual fica dividido entre o gozo e o desejo. Portanto, a Lei impõe um limite ao gozo e possibilita o desejo.

O desejo e a Lei se constituem ao mesmo tempo. A possibilidade de desejo surge na medida em que algo é proibido. Assim, o desejo do Outro produz a Lei; a função desta é de “normatizar” o sujeito e, não, de normalizar; não se trata de colocá-lo dentro dos padrões sociais. Esse lugar é o de objeto do Outro, o que faz apagar o valor da singularidade do sujeito. O desejo e a Lei se colocam aparentemente numa relação de antítese, mas, na verdade, são apenas uma e a mesma barreira na tentativa de acessar o objeto. A função da Lei traça o caminho do desejo, “ao desejar, enveredo pelo caminho da Lei” (Lacan 1960-61/2005, p. 93).

A Lei, para a psicanálise, visa à singularidade do sujeito, pois a falta é universal, mas o modo de se a ver com ela é particular. Entretanto, existem as leis da sociedade, que são válidas para todos, até mesmo para a criança e para o adolescente. Portanto, ao mesmo tempo em que há uma submissão do sujeito ao Estado, as leis são também o que permite o desejo; no entanto, quando este emerge as instituições sociais tentam controlá-lo e até, excluí-lo.

Foucault (1970/2005), a esse respeito, afirma que a instituição responde de maneira irônica ao desejo do sujeito. Aquilo que há de mais singular e estranho à expectativa da instituição deve ficar de fora e simula uma conversa entre o desejo e a instituição. O desejo não quer entrar na ordem incerta do discurso, enquanto a instituição responde que está ali para lhe fazer ver que o discurso está na ordem das leis. A instituição vigia o aparecimento do

desejo, até lhe concede lugar, mas se não responde à demanda dessa lei imposta, há a tentativa de desarmar o desejo. O autor acha que a instituição – especificamente o discurso do Direito - e o desejo são duas respostas a uma mesma inquietação.

Questionamos, portanto, se o “ato infracional” por parte do adolescente poderia ser uma resposta invertida face à demanda da instituição (jurídica e capitalista), o que provoca uma resposta dela no sentido de reprimir ou, ainda, de educar o desejo e o gozo do adolescente. Vimos que o Pai simbólico barra o gozo e possibilita o desejo. Então, será que a maneira como o ECA (1990) enquadra o “ato infracional” e configura a “medida socioeducativa” podem valer como função de uma proibição, a do Nome do Pai?

Laurent (1996) fala sobre a falsa universalidade da regra que faz lei para cada um, isto é, o particular do insucesso. Para lutar contra a falsa ideologia da causalidade, as instituições precisam dar lugar à individualidade e prevenir a identificação em massa. A hipótese freudiana do inconsciente implica a singularidade não alcançada somente respeitando os direitos da pessoa; o que é preliminar e necessário é deixar o sujeito do desejo falar, ou seja, dar lugar à palavra do sujeito. Nesse caso a palavra pode substituir a atuação.

A respeito das leis jurídicas cumprindo a função do Nome do Pai, Mougin-Lemerle (1999) articula que o Outro (referência Simbólica), é uma montagem institucional, uma ficção enunciada dentro da arbitrariedade das regras. As leis designam os limites e, conseqüentemente, lugares para cada sujeito; colocam em prática regras lógicas de igualdade e, também, de diferenciação. Para o autor, todo crime remete à função “discriminante do discurso da Referência”. O Direito, que obriga o criminoso a responder por seu ato, manipula o princípio de razão. Por exemplo, a cena do tribunal onde o juiz (intérprete da lei) faz valer a função limite, “supõe necessariamente para a eficiência subjetiva das manobras judiciais ‘a outra cena’, aquela do sujeito do inconsciente” (p. 11).

Em relação à crença da lei exercida em nome do Outro, Legendre (1983) afirma que “o discurso jurídico é o discurso do poder por excelência; e que o Direito se revela como a mais antiga ciência para dominar e fazer marchar a humanidade. Dominar e chamar segundo as técnicas de fazer crer” (p. 7). O sistema jurídico, segundo Rosa e Lopes (2011), tem como missão obliterar o gozo ao se oferecer a “garantir e legitimar o discurso do poder, da opressão da minoria que dispõe, numa sociedade capitalista, dos meios de legitimação” (p. 91). O Estado, por meio do Direito, edita as regras de convivência, as quais devem ser obedecidas em nome do Bem para todos, como indica Legendre (1983); a função dos juristas é indicar “o objeto de amor onde a política coloca o prestígio de manipular as ameaças primordiais” (p. 24).

Legendre (1983) traz uma noção teórica, denominada “amor ao censor”, que pode ser entendida como uma estrutura de crenças em que o poder toca o nó do desejo. O amor tem um papel central no que se refere ao fato de as instituições produzirem subjetividades sociais, ou seja, são afetos que se mobilizam para aceitação das crenças que sustentam o poder. É também o poder que se movimenta, produzindo afetos e impulsos que o favorecem. Ao formular um paradigma normativo do amor que torna possível a mais-valia do poder, isso estabelece um duplo vínculo: o amor e o poder. A partir desse duplo vínculo, na relação do sujeito com a demanda do Estado, se produz uma subjetividade social.

A concepção de homem para as ciências jurídicas nos indica certo distanciamento do sujeito do desejo em relação ao sujeito de direito (que poderia ser o oposto), principalmente no que se refere à “pessoa em desenvolvimento”. Verificamos que a constituição do sujeito do inconsciente não se deve ao desenvolvimento do ser humano, pois aquele se constitui e não se desenvolve; não se trata de fases e nem de uma sucessão cronológica, ou seja, quando se alcança uma, significa que a anterior foi superada. Na visão do ECA (1990) o adolescente é aquele que está em desenvolvimento, o que dá indícios de que, em relação à lei ele está numa fase de transição, entre a criança e o adulto e, ao mesmo tempo ocupa um lugar de sujeito de direito, conforme os enunciados abaixo:

Art. 6º. Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como peçoas em desenvolvimento [grifo nosso]. (p. 13).

Art. 15. A criança e o adolescente têm o direito à liberdade, ao respeito, a dignidade como peçoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis [grifo nosso]. (p. 16).

A teoria psicológica do desenvolvimento, proposta por Piaget (1923/1999), separa a infância e a adolescência em estágios, que vão desde o nascimento até a maturidade. O desenvolvimento é um equilíbrio progressivo, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um de maior equilíbrio, nas palavras do autor:

O desenvolvimento psíquico, que começa quando nascemos e termina na idade adulta, é comparável ao crescimento orgânico: como este, orienta-se, essencialmente para o equilíbrio. Da mesma maneira que um corpo está em evolução

até atingir um nível relativamente estável – caracterizado pela conclusão do crescimento e pela maturidade dos órgãos – também a vida mental pode ser concebida como evoluindo na direção de um equilíbrio final, representado pelo espírito do adulto. (Piaget, 1923/1999, p. 13)

Apontamos brevemente esses estágios, para fins de discussão em relação à teoria lacaniana, pois esta toma o funcionamento psíquico (ou do sujeito) como circular e não evolutivo e, também, não considera que há um equilíbrio nesse funcionamento.

O termo “período” é utilizado para designar as principais épocas do desenvolvimento e o termo “estágio” para designar subdivisões menores dentro dos períodos (Piaget, 1923/1999). O primeiro período, denominado sensório-motor (zero a dois anos de idade), é uma fase em que se desenvolve o nível neonatal, o reflexo de completa indiferenciação entre o eu e o mundo, para uma organização relativamente coerente de ações sensório-motoras diante do ambiente imediato. Essa organização é inteiramente prática, pois abrange ajustamentos perceptivos e motores simples, possibilitando uma interação com coisas e não com manipulações simbólicas delas (Piaget, 1923, citado por Flavell, 1975/2001).

O segundo período, o operacional-concreto, se subdivide em dois estágios. O primeiro estágio é o pré-operacional (dois a sete anos de idade), trata-se daquele período em que a criança realiza suas primeiras tentativas desorganizadas de enfrentar o mundo novo e estranho de símbolos. No estágio deste período, denominado operações concretas (sete a onze anos), a organização conceitual do ambiente torna-se mais estabilizada e organizada devido ao senso de agrupamento desenvolvido pela criança. No final do segundo período, a criança começa a parecer racional e organizada em suas adaptações (Piaget, 1923 citado por Flavell, 1975/2001).

O terceiro período, o das operações formais (onze a quinze anos de idade), abrange uma reorganização nova e definitiva, como as novas estruturas isomórficas aos grupos e as articulações da álgebra. Em resumo, o adolescente é capaz de lidar eficientemente não só com a realidade, mas também com um mundo abstrato e simbólico. São processos cronológicos e lineares. Para Piaget (1923/1999), o adolescente é caracterizado como tendo um pensamento adulto, ou seja, um pensamento lógico-abstrato. No entanto, permanece a necessidade de um tempo para a assimilação dessa nova forma de pensar.

Lacan (1962-63/2005) critica Piaget (1923/1999) quando este supõe que a linguagem é egocêntrica e afirma que as crianças não se compreendem entre si, que falam sozinhas e que a fala é feita para comunicar. A essência do erro, diz Lacan (1962-63/2005), está em acreditar que a fala tem como efeito, essencialmente, comunicar, quando na verdade:

O efeito do significante é fazer surgir no sujeito a dimensão do significado (...), sob o nome de socialização da linguagem, a relação com o outro é ali retratada como a chave do ponto de inflexão entre a linguagem egocêntrica e a linguagem acabada em sua função. Esse ponto de inflexão não é um ponto de efeito, de impacto efetivo, mas pode ser denominado de desejo de comunicar. Aliás, é justamente por esse desejo não se realizar que toda a pedagogia de Piaget vem instalar aí seus aparelhos e seus fantasmas. Muito insatisfeito, em suma, com o fato de a criança só parecer compreendê-lo pela metade, ele acrescenta que as crianças não compreendem nem mesmo entre si. Mas será essa a questão? (p. 305)

Para Lacan (1962-63/2005), o próprio Piaget (1923/1999) constata que há um imenso contraste entre as explicações e as histórias⁷, pois quando as crianças repetem as explicações dadas por ele, algo se perdia; e, naquilo que se perdia, as crianças colocavam alguma outra coisa no lugar. Piaget chama isso de “entropia de compreensão”; mas Lacan chama de “emergência do sujeito”. Esse traço que se perde do explicador ao reprodutor é tomado como erro ou não entendimento.

Isso nos faz pensar que, antes de chamar o “ato infracional” de erro, de déficit de desenvolvimento, de falta de compreensão da lei, podemos chamar de “emergência do sujeito” a ocasião em que aquele que não podendo se servir do simbólico se serve da atuação, ou seja, um lugar onde o sujeito pode advir, onde é reconhecido pelo Outro mesmo que não seja pelo bem.

Piaget (1923/1999), ao omitir esses elementos da experiência, deixa de escutar aquilo que veio no lugar do traço perdido. É nesse lugar que aparece a questão do desejo do sujeito. Com respeito à entrada da linguagem em funcionamento na criança, não se pode tomá-la somente no nível da educação. De fato a linguagem se aprende, mas aquilo que a linguagem faz fora do campo da aprendizagem também é preciso ser levado em conta. A questão é justamente “que ela (a criança) não sabe o que diz (...) que assim mesmo ela o diz. Ela já diz o que saberá ou não saberá depois, ou seja, os elementos do complexo de Édipo” (Lacan, 1962-63/2005, p. 316).

As contribuições teóricas de Piaget (1932/1994) para o campo da Psicologia Moral merece ser ressaltado, pois há indícios que o texto do ECA (1990) se fundamenta nessas contribuições. Piaget (1964/2004) parte de uma concepção de “sujeito epistêmico”, ou seja, de

⁷ Lacan se remete a experiência que Piaget faz com crianças em processo de aquisição da linguagem, que ao explicar algumas atividades ou contar histórias, as crianças não repetem de modo igual, nem no ato e nem na fala.

um sujeito que se desenvolve e constrói seu conhecimento na interação com os outros e com os objetos. O autor também apontou o desenvolvimento de um “sujeito moral”, que está embasado pelas fases do desenvolvimento psíquico, ou seja, existe uma correlação entre esses dois campos: moral e psíquico.

Cabe salientar que a teoria psicológica do desenvolvimento é um processo contínuo de mudanças, as quais são construídas na interação social. Trata-se de um desenvolvimento dinâmico, um processo de desequilíbrio, assimilação e equilíbrio do conhecimento e das normas sociais. Essa fase de equilíbrio só é atingida quando se atende a uma demanda do meio social ou do próprio sujeito, transformando e rearranjando estruturas cognitivas construídas num período anterior do desenvolvimento e que não se mostram mais suficientes para atender às necessidades atuais (Piaget, 1932/1994).

Para Piaget (1932/1994) esse sujeito moral se desenvolve a partir de um estado de anomia (ausência de regras); passa por uma fase de heteronomia (submissão à regra imposta pelo outro); e, por último, atinge a fase da autonomia (sujeito supera a submissão ao outro como algo exterior). Assim, o sujeito passa a compreender as normas como contratos sociais, ou seja, normas compartilhadas a fim de atingir um bem comum. Tratam-se, portanto, de aspectos sociomorais, que se desenvolvem correlacionados às fases psíquicas do desenvolvimento já citadas anteriormente.

As descrições previstas no ECA (1990) indicam um objeto central quando se trata das “medidas socioeducativas”, a saber, superar as fases de anomia e heteronomia e passar para o campo da autonomia. A lei orienta que a medida aplicada ao adolescente deverá levar em conta: a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade do “ato infracional”. O julgamento deverá ser pautado na intencionalidade do ato e as medidas serviriam para superar as fases de anomia e heteronomia.

A psicanálise lacaniana vai contra tal concepção de superação, já que o sujeito se constitui e não se desenvolve. As pesquisas demonstram que os adolescentes autores de “ato infracional”, sabem muito bem que se trata de uma transgressão, existe, sim, a consciência de seu próprio ato. Portanto, não se trata de aprender regras e normas, isso eles já sabem. Nesse sentido, o “ato infracional” descrito no ECA (1990) não traz uma consequência para o sujeito. São tomados como sujeitos que não sabem o que fazem, como se não soubessem sobre as regras, sendo necessário aprendê-las. A questão para esses adolescentes parece estar mais voltada para suposição deles de que algo se ganha com a infração (referente a uma ilusão de completude e não punição) do que o não conhecimento sobre normas sociais e penais.

A adolescência, no discurso do ECA (1990), é tomada como uma fase, a qual termina aos dezoito anos, nesse caso o sujeito passará para o próximo estágio, a fase adulta em que tornará inteiramente capaz de entender e de responder pelos seus próprios atos. O efeito dessa concepção são as proposições das “medidas socioeducativas” que partem da mesma lógica, isto é, ao atingir os dezoito anos deixa-se de ser adolescente e, por isso, a não necessidade de cumprir mais medidas. Logo, essas medidas também têm um fim, o que indica uma visão baseada na concepção psicológica e biológica de indivíduo, em que a interação social é o que garante o aprendizado da criança. Portanto, a descrição das “medidas socioeducativas” são resultados da inscrição do adolescente numa fase específica do desenvolvimento e o sujeito do desejo, consequentemente, é ignorado.

A “medida socioeducativa” poderia fazer a função do Nome do pai de forma mais efetiva para o adolescente. No entanto, parece que este discurso opera a partir da função de Espelho e o Estado, nesse sentido, atua em direção à alienação do sujeito ao Outro e sem possibilidade de lugar para o desejo, conforme indicado no art. 4º :

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único: A garantia compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude [grifos nossos] (p. 12).

O discurso dominante nesta legislação formula o que é o bem para o sujeito, em forma de direitos civis (liberdade, educação, profissionalização, convivência familiar e comunitária etc.). Nessa concepção, o Estado fica no lugar de Outro sem barra, que deve ao sujeito, que assegura e garante um eu ideal para o adolescente. No entanto, o Outro é barrado e não garante a completude do sujeito.

O sujeito de direito expresso nos artigos do ECA (1990):

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração,

violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (p. 12).

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito s liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direito civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis [grifos nossos].

Os significantes utilizados no ECA (1990) apontam para a posição de um sujeito que não se responsabiliza pelos seus atos, pois não se fala em deveres. As marcas históricas e imaginárias retornam sobre outras formas de enunciados, no que se refere à posição de objeto de direito. A problemática que essa lei parece enfrentar é a da união de duas funções ambíguas: a de proteger e a de responsabilizar.

Um ato pode ter a função de inscrever o sujeito num lugar Simbólico e a dimensão do “ato infracional” pode ter esse estatuto para o adolescente. Ao cometer o ato ele confronta a lei, o que pode levar o sujeito a uma ilusão de separação, de modo enviesado, do Outro. O ECA (1990) ao nomear o crime como “ato infracional”, descrito no artigo 103º: “Considera-se “ato infracional” a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, camufla a ideia de crime, e, com efeito, não se dá dignidade devida ao ato do adolescente. Isso se deve também ao discurso protetivo e paternal que o Estatuto prega.

A ambiguidade do ECA (1990) está implícita nos artigos:

104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei (p. 72).

112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar dano; III – prestação de serviço à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional [grifos nossos] (p. 72).

Ao mesmo tempo em que o adolescente é inimputável penalmente, não deixa de ser responsabilizado. Não existe um pronunciamento do significante castigo quando se tratam de “medidas socioeducativas”. Mas quando se fala em obrigação, semiliberdade e internação, está implícita uma punição. Isso indica que as medidas estão mais para um eufemismo de castigo do que para uma pedagogia. Para a psicanálise, o desejo opera a partir da fala do sujeito e de sua inscrição no Simbólico e, não, a partir da obrigação. O desejo não é passível de educação, pois não se trata da dimensão moral.

O sujeito de direito é atravessado pelo sujeito do desejo, mas o Direito não quer saber sobre isso. O adolescente, na visão do ECA (1990), precisa estar disposto à educação (ou obrigação) que as instituições assistenciais oferecem. Esta é a lógica dos toros entrelaçados: o que o Estado tem para oferecer ao adolescente, ele não quer, pois o desejo não equivale à demanda do Outro e, muito menos, ao bem comum. Nessa perspectiva, é o Estado que tenta definir o desejo do adolescente que fica a mercê do Outro.

Como não estamos tratando de um sujeito singular e nem é a proposta desta pesquisa, não será possível analisar a particularidade, bem como a estruturação psíquica e a prática referente à clínica psicanalítica. No entanto, existe um efeito quando se trata de uma lei ambígua: são os traços perversos, nos quais o sujeito pode agir conforme sua própria vontade. Trata-se de um sujeito que tem seu desejo e seu gozo à mercê dele próprio, que não precisa se submeter ao Outro enquanto Lei. No próprio texto da lei existe uma abertura para se entender o traço perverso, que são os próprios significantes utilizados para nomear o adolescente e a infração. Essas considerações apontam para um paradoxo.

Dor (1994), ao comentar Lacan, diz que o perverso denega a Lei do pai, ou seja, sabe da Lei, mas não se submete a ela. O desafio da Lei do pai se situa na vertente da dialética do ser. Existe um caráter imperativo que faz intervir a Lei de seu desejo e não a Lei do desejo do Outro. Ao desafiar a Lei do Pai, ele se recusa definitivamente que a Lei do desejo seja submetida ao Outro. Dessa forma, são postas em ação duas opções: de um lado, a predominância da lei de seu desejo como única lei possível; e, por outro, o fingimento de (des)conhecimento da lei do desejo do Outro. O gozo perverso se constitui num espaço entre dois, sustentando-se numa estratégia impossível. O perverso desafia a Lei do Pai para demonstrar que ela não é um limite, e que ele pode ultrapassá-la. Ele não aceita a castração, mas, talvez, porque o Outro não soube transmiti-la.

Quando se trata do processo sócio-histórico do adolescente que transgrede a lei, percebemos um tempo em que não existia um código que vigiava e legislava os direitos e deveres do adolescente, o que o deixava num lugar inexistente ou equivalente ao do adulto, perante o discurso do Direito. O efeito da não existência da lei é a forclusão do Nome do Pai, como nas psicoses. Ressaltamos que não estamos nos referindo às estruturas clínicas, estamos apenas fazendo uma analogia entre esses dois funcionamentos, na medida em que apontamos para o efeito de sentido que o discurso do Direito pode causar no contexto social como processo discursivo.

Dizer que as normas sociais e jurídicas produzem um sujeito psicótico ou perverso, nos parece um grande equívoco, não é disso que se trata. Mas, a partir dessas articulações, o que

podemos concluir é que a lei jurídica (ao menos no Brasil) privilegia o Imaginário e, não, o Simbólico. Os dois registros precisam estar entrelaçados, além da necessidade de um terceiro, o Real. Ou seja, os discursos e seus efeitos precisam ser considerados nos três registros e não apenas em um ou dois deles. As implicações a esse respeito serão analisadas no item seguinte.

O discurso do Direito, nesse sentido, opera como se fosse uma metalinguagem, como se não fosse furado. Ao encarnar o Outro sem barra, sabe o que é o bem para o outro, na medida em que tem a ilusão de que pode controlar o todo. No entanto, a ética da psicanálise visa à singularidade do sujeito contra qualquer pretensão universalizante do discurso do Direito, ou seja, o que é compartilhado por todos não se coaduna com a psicanálise. Ocorre uma dissimetria entre o regime de exceção do sujeito e a autoritarismo que define o que seria melhor para todos. Há um conflito de interesses políticos, que pode ser dirimido e subjetivado a partir de um trabalho com os significantes que exercem mestria sobre a subjetividade. A política da psicanálise parte do não-todo (Pinto, 1999).

Mas como Lacan (1970-71/1992) bem disse, não é possível operar apenas com um modo de discurso, na medida em que eles precisam girar. O próprio psicanalista visa a esse giro para agenciar a causa de desejo; e é a partir da falta que se permite a rotação de discursos, a qual opera a partir da contingência, evitando a redução do sujeito particular ao sujeito universal. O Direito não quer lidar com o sujeito do desejo, mas, sim, supor um sujeito universal, com direitos e deveres iguais para todos, o que equivale ao funcionamento Imaginário, levando ao engano e à ilusão.

Legendre (1983) problematizou a incorporação da Lei pelas leis, referenciando a manutenção de um “supereu cultural”, do Nome do Pai que responde como desejo do Outro no interior das dinâmicas jurídicas. O autor reconhece uma transmissão da crença religiosa, com suas implicações identitárias e idealizadoras, para a estrutura do discurso do Direito do Estado moderno. É a partir deste que as leis passaram a ser enunciadas por intermédio de regras assentadas em textos jurídicos, o que indica um mascaramento da tirania das normalizações que propagaram o adestramento dos sujeitos para o amor do poder, convertendo a submissão em desejo de submissão, isso se deve ao amor pela autoridade.

A infração na adolescência, para Garcia (2004), vem a ser, por vezes, uma forma de expressão e de nomeação. Isso acontece no que se refere aos nomes adquiridos em razão de um acontecimento ligado às práticas de infração, crime e contravenção. O ato, sem tratamento Simbólico, substitui a palavra. O Direito penal, muitas vezes, considera tais casos como psicopatias; já a psicanálise aponta para carência paterna. Para o autor, a lei pode fazer função de Lei; isso se deve ao lugar Simbólico que o Juiz pode ocupar para o adolescente.

Concluímos, provisoriamente, que as “medidas socioeducativas” poderiam funcionar como uma barra ao ato do adolescente. No entanto, como vimos no terceiro capítulo, a reincidência desses atos é muito frequente, o que demonstra que tais medidas não vêm operando como corte de gozo para o sujeito e muito menos para implicá-lo no que diz respeito ao ato e a ao desejo de cada um.

No item seguinte recorreremos aos três registros propostos por Lacan (1975-76/2007), na tentativa de realizar uma leitura da lei sob a perspectiva do nó borromeano, ou seja, o enlaçamento do Real, Simbólico e Imaginário.

5.3 Os três registros: Real, Simbólico e Imaginário

Lacan (1975-76/2007) evidencia que a relação do sujeito do inconsciente com objeto e com o Outro funciona em três registros: o Real, o Simbólico e o Imaginário. O autor se apoia na topologia para explicitar o funcionamento dessa trilogia. Essa cadeia a três vem escrever as relações de troca entre os três registros; trata-se de uma escrita topológica. Essa cadeia enlaçada possibilita a operação dos discursos e o laço social.

A consistência e a unicidade referem-se ao Imaginário; o Simbólico remete à falta; e o Real é da ordem da “ex-sistência”, é o que está “foracluso” do Simbólico, fora da cadeia de significantes. Não há dominância de algum dos registros; são necessários os três enlaçados para o funcionamento do discurso. Para que haja “Um são necessários três, na medida em que o Simbólico, o Imaginário, o Real, torna-se um número Um”. Como esses três registros não se confundem fica a necessidade de arranjar um artifício para poder amarrá-los, dar o nó, e esse enlaçamento é da ordem do nó borromeano (Lacan, 1974, p. 6).

Esse nó tem como característica a operação de nodulação de três anéis. Essa nodulação lembra o sentido estrito do nó de trevo (figura 04) e possui a particularidade de, ao cortar qualquer um dos elos, o nó se desfaz. Apenas a partir de três elos, a qualidade borromeana é pertinente. O nó borromeano é formado por um fio que apresenta um trajeto particular para não ser reduzido a um anel; por outro lado, existem muitos fios em jogo para formar uma cadeia (Granon-Lafont, 1988).

Figura 4. Nó de trevo

Portanto, numa cadeia borromeana é preciso existir ao menos três elos e, se cortarmos um deles, todos se desligam, isto é, o nó de desfaz. “Cada um dos três elos desempenha o mesmo papel em face dos outros dois: sendo postos um sobre o outro, é o terceiro que os liga juntos, todos os três, de maneira borromeana” (figura 5) (Granon-Lafont, 1990, p. 128). Apesar dos três elos funcionarem juntos, cada um possui uma função específica. O Real, o Simbólico e o Imaginário têm funções diferentes. Tentaremos a seguir destrinchar o funcionamento de cada um, bem como a dependência entre eles.

Figura 5. Nó borromeano.

1: Real, 2: Imaginário e 3: Simbólico.

O Simbólico ordena e nomeia, além de furar o consistente, o Imaginário. Nesse lugar furado, o sujeito dividido aparece; aquele que deseja, pois, no registro do Imaginário, esse sujeito fica velado. O Imaginário tem relação com o estádio do espelho, processo que indica a identificação a uma imagem totalizada, que é precipitada a despeito de uma ilusão de unicidade. É o que dá um deslumbramento da junção de partes para formar um todo universal, o que faz compreender a objetivação do ser falante nas suas relações com o semelhante; o que cria um engano de união entre sujeito e Outro, como já articulamos anteriormente (Lacan, 1975-76/2007).

Em relação ao Real, Lacan (1974) assegura: “O Real é o que não anda, é uma pedra no meio do caminho, bem mais, é o que não cessa de não se repetir para entrar nessa marcha. O Real é o que retorna sempre no mesmo lugar” (p. 05). O Real não é o mundo, nem o universal e não há nenhuma esperança de atingi-lo pela representação. Ele é o resto que retorna porque não encontra lugar no mundo das representações, isto é, não se inscreve no Simbólico; nessa concepção é o impossível, “aquilo que não para de não se escrever” (Lacan, 1972-73/1993, p. 127).

Freud (1925/1996), na segunda tópica, se utiliza da geometria (estrutura de um saco), que instaura o exterior e o interior, isto é, serve-se de figuras imajadas. O autor chamou as pulsões à instância do Isso. O exterior (Outro/outro) traz à “baila o imaginário”, por isso é perigoso se atolar. São três termos que veiculam sentidos. O Simbólico tem relação com o equívoco que não é o sentido, pois este é aquilo que responde a alguma coisa e esta não pode ser suportada senão a partir do Imaginário (Lacan, 1974-75).

O Imaginário, anuncia Lacan (1974-75), é algo que faz o ser falante se mostrar destinado à debilidade mental e isso resulta em que o ponto de partida é o corpo e a representação; nada mais é do que o reflexo do seu organismo. O suporte, que é o corpo, dá testemunho de ser vivo. Para o autor, existe uma forma correta de enlaçar os três registros (figura 4). A propriedade borromeana homogeneiza tudo o que há de número a partir de três, o que quer dizer que, na sequência dos números inteiros, um e dois são destacados e alguma coisa começa a partir do número três, incluindo todos os outros números.

É enquanto essa tríade existe, naquilo que nela se conjuga com a adição do Imaginário, que o espaço, enquanto sensível, encontra-se reduzido a esse mínimo de três dimensões, ou seja, de sua ligação ao Simbólico e ao Real. É por se ligar ao Simbólico e ao Real que o Imaginário reduz-se àquilo que não é um máximo imposto pelo saco do corpo; não é um máximo, mas pelo contrário, define-se por um mínimo e isso faz com que haja o nó borromeu, se houver ao menos três (Lacan, 1974-75).

A intersecção de duas retas seria a indicação de um ponto. Três retas consistentes (não arestas) que, ao se cruzarem no ponto central, fazem a pertinência do nó borromeano. São três superfícies que sustentam um ponto. Duas retas infinitas (Real e Simbólico) ao ligarem-se a uma rodela de barbante mantêm-se na propriedade do nó borromeano, sob a condição única de não poderem, as retas, em lugar nenhum, entre este nó e o infinito, se cruzarem senão de uma só forma (Lacan, 1974-75).

O objeto *a* encontra-se na intersecção entre os três registros, inscrevendo-se na função do sentido, do furo e do sem sentido, situando, nisto, o ponto central do sujeito, o ponto mencionado onde se conjugam e, ao mesmo tempo, se separam os três registros.

Lacan (1974-75) retoma o ponto triádico de Freud (1925/1996) – inibição, sintoma e angústia – para falar da qualidade borromeana. A inibição é sempre uma função do corpo. No entanto, ela se desfaz da parada que resulta da sua intrusão no campo furado do Simbólico. A partir disso se vê a angústia, como algo que parte do Real. É esta angústia que vai dar seu sentido à natureza do gozo produzido pelo recorte trazido a superfície – recorte euclidiano do Simbólico e do Real. E para definir o terceiro termo, é no sintoma que se identifica o que se produz no campo do Real, o que vem a ser o sintoma como um signo de que alguma coisa não vem bem no Real.

Lacan em seu Seminário 23, intitulado “O sinthoma”, aponta uma forma tetrádica, ocasião em que os três registros se enodam de forma errada ou não se enodam, para ir em direção ao Pai (conforme já trabalhado anteriormente). Em suma, o Pai é um sinthoma (Lacan, 1975/2007, p 20-21), isto é, um quarto elo, que tem como função enlaçar ou não permitir a soltura dos três registros, ou seja, se houver um corte (no caso de o sujeito se deparar com a falta) as três dimensões não se soltam por causa do sinthoma ou do Nome do Pai. Ou ainda, se o nó estiver dado de forma errada de modo que um dos elos fique o solto, o sinthoma tem a função de enodar aquele estava solto (figura 06).

Figura 6. O quarto elo: Sinthoma.

Lacan (1975-76/2007), desde que introduziu os nós, os formalizava em três elos. Foi somente a partir do seminário 23, com a escrita de James Joyce, que foi possível a elaboração

do nó em quatro elos. Essa perspectiva tetrádica se deve ao fato de não existir modo de diferenciação topologicamente entre os três registros. Somente ao nomear de maneira diferente cada um dos elementos do nó pôde sustentar a diferença entre eles.

Portanto, a nomeação e o quarto elemento permitem a diferenciação e a amarração dos elos. Esse quarto elemento vem suprir a função fálica, quando ela não foi constituída na estrutura do sujeito ou quando ela não opera. O que nos permite pensar que o sinthoma não é o Nome do pai, mas entra no jogo enquanto tal. Dessa forma, opera como uma suplência desse Nome. A diferença está no fato de o sinthoma estar desprendido do Outro e do sentido, enquanto o Nome do Pai se sustenta no referencial exterior.

Lacan (1973) mostra a necessidade de um ponto de exclusão para o sentido, já que o Universal não se coloca senão por um ponto que o exclui, ou seja, não existe universal que não deva se conter de uma existência que a negue. Uma das funções do nó seria apontar como o que está excluído é necessário ou como a ligação se faz por um terceiro ou quarto, a partir do que não se enoda.

O existente é o que gira em torno do consistente e, ao mesmo tempo, faz intervalo. Desse modo, o nó permite a distinção do furo e da existência. Portanto, existe, para cada elo, a necessidade de um furo na consistência, para permitir a nodulação. Este furo, no entanto, se diferencia do terceiro, que entra e sai como operador da nodulação. Para Lacan (1975-76/2007) esse furo na realidade é da ordem do Simbólico, devido à operação significante que constitui o sujeito. Para pensar esse furo é necessária uma casca Imaginária, na medida em que o Simbólico é aquilo que faz furo no Real.

A teoria dos três registros nos ajudará a entender a dinâmica da estruturação do discurso e do sujeito. Levamos em conta esse modo de funcionamento para pensarmos como o ECA (1990) opera quando se trata das transgressões na adolescência. Para tanto se fez necessário pontuar algumas articulações entre a adolescência e os três registros.

Rassial (1999) afirma que problemas colocados na adolescência extrapolam o âmbito particular e põem em causa o laço social, não apenas no nível da estruturação familiar, mas, também, nos princípios constitutivos da sociedade. A delinquência, a toxicomania, a anorexia etc. são riscos que não remetem somente ao mal-estar individual, mas também a um mal-estar cultural. A partir dessa hipótese o autor pensa a adolescência nas três dimensões.

O Real em jogo na adolescência não é somente o da puberdade, mas também da separação do Outro e do reencontro com a sexualidade de modo genital, o que vai exigir um deslocamento de posicionamento. Isso se refere à integração Imaginária do Édipo, o que indica um Outro inconsistente e a impossibilidade de uma realização plena do gozo. O

adolescente deve, imaginariamente, integrar os interditos e os impossíveis com os quais se defronta. É a dimensão Simbólica que oferece um suporte para o sujeito aceitar e se haver com a castração do Outro e com a sua própria, possibilitando a mudança de posição frente ao mundo (Rassial, 1999).

Para Vorcaro e Capanema (2011), no tempo da adolescência o sujeito se depara com o Real do sexo, além da responsabilização e da implicação de seu desejo por seus atos e por suas inibições. O adolescente constata mais uma vez que o Outro é barrado e, por consequência, ele também. Nos processos identificatórios o sujeito realiza sua incomensurabilidade e se vê sozinho, quando se trata de sustentar uma posição, uma organização e uma nomeação. Nessas considerações pode-se localizar o enodamento entre as três dimensões e o *sinthoma* (uma forma singular de o sujeito amarrar os três registros), ou seja, aquilo que o sujeito constituiu e diferiu, a partir do processamento de suas identificações. As autoras supõem que o “ato infracional” é uma tentativa de amarração dos três registros, ou seja, uma tentativa de manter um laço social e, não, de rompê-lo.

O adolescente não é nem completamente criança nem completamente adulto, é como um imigrante, nem uma coisa e nem outra. É Real que nesse tempo exista uma ambiguidade revelada entre “minoridade e maioridade, irresponsabilidade e responsabilidade, pervertendo, pela força das coisas e dos princípios, o texto de uma lei que não funciona senão por limites” (Rassial, 1999, p. 57). Sabe-se que comparar o adolescente ao adulto é negar o caráter transitório dos sintomas mais frequentes nesse tempo. Esse duplo aspecto da adolescência determina a organização de uma crise formal:

Um limite entre dois estatutos, um regendo a criança que brinca e aprende, outro o adulto que trabalha e participa da reprodução da espécie; um período de indecisão subjetiva e incerteza social, durante o qual a família e as instituições exigem, segundo as circunstâncias, que o sujeito se reconheça como criança ou como adulto. (Rassial, 1999, p. 58)

O ato delinquente pode ser considerado uma tentativa, dentre outras, de inventar um outro espaço, outras regras de deslocamento do sujeito e dos objetos. Não jogar o jogo para criar um fora-de-lugar. (Rassial, 1999, p. 61)

Partindo das considerações psicanalíticas da adolescência, da constituição do sujeito e do enlaçamento dos três registros, constatamos que o ECA (1990) oferece um lugar ao adolescente em que não o coloca no grupo do adulto e nem no da criança. Nessa perspectiva, admitimos um grande avanço Simbólico no âmbito social e jurídico. No entanto, essa

legislação, ao inventar as “medidas socioeducativas” e as políticas assistenciais (que ainda seguem uma lógica higienista), acaba funcionando no registro Imaginário, apesar de ter um estatuto Simbólico ao nomear a transgressão do adolescente como “ato infracional” e diferenciá-lo da criança e do adulto.

Percebemos, portanto, que o modo como as “medidas socioeducativas” são descritas na lei vem tendo implicações mais sérias no âmbito social, já que o “ato infracional” acaba por se configurar um sintoma social na atualidade, ou seja, um signo que indica que algo não vai bem quando se trata do enlaçamento dos três registros, pois um sintoma é sempre efeito do Simbólico no Real. Nesse sentido, apreendemos uma confusão quando se trata da lei entre o que é da ordem do Imaginário e o que é da ordem do Real. Quando o Imaginário tenta recobrir todo o Real o mal-estar se instala.

O mal-estar da civilização é um sintoma que remete à estrutura e não a algo que pode ser decifrável ou resolvido. Esse mal-estar sempre existirá, faz parte da estrutura social, o que se desloca são as formas de sofrimento do sujeito. O fracasso está dado desde o início, quando se trata da sociedade como estrutura, mas que não pode impedir o trabalho de construção de saberes outros e novas formas de se haver com a castração.

Outro aspecto que podemos apontar é o “ato infracional” tomado, por um lado, como um enfrentamento do adolescente às normas capitalistas e como uma saída do lugar de submissão ao Outro/Estado; e, por outro, como forma de reivindicar os seus direitos imaginários, que estão descritos na própria lei. Esse sujeito de direito está relacionado ao Sujeito universal da ideologia, é o que trabalhamos no próximo capítulo, no intuito de articulá-lo com a forma-sujeito e dar continuidade à análise das posições do adolescente produzidas pela lei.

6. A FORMA-SUJEITO E A POSIÇÃO DO ADOLESCENTE NA VISÃO DA LEI (ECA)

Nesse capítulo discorreremos sobre o conceito de forma-sujeito, proposto por Pêcheux (1975/1988). Analisamos o deslizamento das formas de nomeação do adolescente que infringe a lei e das medidas jurídicas descritas nas legislações. Assim, propomos uma articulação entre a materialidade dos enunciados, o efeito de sentido e a falta de sentido, equivalentes ao funcionamento da forma-sujeito e da posição do adolescente na visão da lei. Para um melhor entendimento desse funcionamento, antes faremos algumas considerações a respeito do Sujeito ideológico e sobre as condições ideológicas da produção.

O sujeito ideológico, para Pêcheux (1975/1988), se apresenta:

....sob a forma da identificação-unificação do sujeito consigo mesmo, de um lado, e da identificação do sujeito com o universal, por meio do suporte do outro enquanto discurso refletido, que fornece a garantia especulativa introduzida pela ideia da simulação especulativa do conhecimento científico pela ideologia. (p. 133)

O sujeito ideológico situa-se num lugar onde há a dissimulação de uma situação pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito. O que vem ao encontro de Althusser (1970/1983) quando articula o inconsciente (freudiano) e a ideologia (marxista): “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão.” (p. 69)

Para explicar esse sujeito absoluto e universal, Althusser (1970/1985) busca a definição que Lacan (1964-65/2008) dá ao Outro. Ele recorre ao enunciado “o inconsciente é o discurso do Outro (p. 130)”, para afirmar que esse sujeito universal é recalcado no interior de seu próprio funcionamento e que se poderia designar como o processo do significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que Pêcheux (1975/1988) chama de condições ideológicas da produção.

A luta de classes atravessa o que Althusser (1970/1985) denominou de aparelhos ideológicos do Estado. O Estado nessa concepção marxista consiste num aparelho repressivo, que permite às classes dominantes assegurar sua dominação sobre as classes não dominantes, privando estas últimas da mais-valia. Essa máquina repressiva abarca também a operação jurídica, ou seja, o Estado como aquele que dita a lei.

Para Pêcheux (1975/1988), a ideologia não deve ser tomada como ideia, mas, sim, como prática. A ideologia não se reproduz como mentalidade da época e costumes dos tempos em que se imporia de maneira igual e homogênea à sociedade, como espaço anterior a luta de classes. A ideologia dominante ocupa esse lugar na medida em que os aparelhos ideológicos se instalam; é realizada e se realiza em determinado espaço. Mas os aparelhos ideológicos não são puros instrumentos da classe dominante, pois eles não se dão por si só; ao contrário, precisam do palco de batalha. Por conseguinte, esses aparelhos constituem, simultaneamente e contrariamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção.

As condições contraditórias citadas acima são constituídas em um determinado momento histórico e para uma formação social dada, gerada pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado. Esse conjunto comporta as relações de contradição, desigualdade e subordinação entre seus elementos. Portanto, esses aparelhos não contribuem de maneira igual para os sujeitos as relações de produção e de transformação. São as relações de desigualdade e subordinação entre essas regiões que constituem a cena da luta ideológica de classes (Pêcheux, 1975/1988).

A contradição não é a oposição de forças que se exercem uma contra outra num mesmo espaço, mas, sim, duas classes antagônicas e não simétricas, no sentido de que cada uma tenderia a realizar a mesma coisa que a outra. Para Althusser (1970/1985), a história é um sistema natural humano em movimento e seu motor é a luta de classes. Pêcheux (1975/1988) afirma que a história é a história da luta de classes, isto é, a reprodução/transformação das relações de classe, suas características infraestruturais (econômicas) e superestruturais (jurídica-política e ideológica) que lhes correspondem.

O ECA (1990) emerge num palco de batalha: por um lado sofre os efeitos do discurso da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948/2010), sob a ideologia da “igualdade de todos perante a lei”; e, por outro lado, as marcas históricas em relação ao lugar que o adolescente ocupava frente ao Direito, o de objeto (ver terceiro capítulo). Além disso, cabe questionar sobre a influência do contexto econômico na criação desse Estatuto: o discurso capitalista (ver item 6.3).

Pêcheux (1975/1988) faz uma analogia no sentido estrutural entre ideologia e inconsciente, mas não trata da mesma coisa. Tanto a ideologia quanto o inconsciente têm, como função, dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo evidências subjetivas. Estas além de afetarem o sujeito, também o constituem. Althusser (1970/1983) relata que todas as evidências que produzem a ilusão da linguagem

como transparente não compõem um problema, isso se dá devido ao efeito ideológico elementar.

Pêcheux (1975/1988) em relação ao processo de interpelação da ideologia comenta:

Essa figura, ao mesmo tempo religiosa e policial (...) tem o mérito, primeiramente, pelo duplo sentido da palavra interpelação, de tornar tangível o vínculo superestrutural – determinado pela infraestrutura econômica – entre o aparelho repressivo do Estado (o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla as “identidades”) e os aparelhos ideológicos do Estado, portanto: o vínculo entre o “sujeito de direito” (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: “Sou eu!”). (p. 154)

Pêcheux (1975/1988), retomando a expressão de Althusser (1970/1983) “um indivíduo é interpelado em sujeito” (p. 93), faz uma injunção entre o absurdo e a evidência, como um retorno do estranho familiar no sentido freudiano; isso se trata da noção do pré-construído, e como efeito, consiste numa discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente. Pêcheux (1975/1988) admite que a questão do sujeito se refere ao processo de representação interior, ao não-sujeito constituído pela rede de significantes. O sujeito resulta dessa rede como causa de si, no entanto há um processo de apagamento da causa; assim, a ideologia recruta sujeitos entre os indivíduos recebendo, como evidente, o sentido do que ouvem, dizem, leem e escrevem.

Esse indivíduo interpelado em sujeito é a definição da forma-sujeito, o que equivale dizer que esse conceito condiz com as formações do eu (eu ideal e Ideal do eu) (Lacan, 1960-61/1992). A seguir detalhamos a noção de forma-sujeito para a AD, bem como sua relação com o sujeito que comete o “ato infracional” previsto pelo ECA (1990).

6.1 A forma-sujeito

Quando se diz “eu sou x” (meu nome, minha profissão, minhas ideias etc.) “há um processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio” (Pêcheux, 1975/1988). Esse “x” pode aparecer de diversas formas, o que dependerá das imposições das relações sociais jurídicas-ideológicas (Althusser, 1970/1985). O futuro do subjuntivo da lei jurídica – “aquele que causar um dano, sempre encontra um jeito de agarrar alguém, uma

singularidade à qual aplicará a universalidade” (Pêcheux, 1975/1988, p. 159); dessa forma se produz um sujeito de direito. O Estado e o ECA (1990), na função de espelho, oferecem um lugar imaginário ao adolescente, o de sujeito de direito, que anteriormente era o lugar de objeto de direito.

Quando o sujeito ideológico é interpelado, enquanto sujeito de direito, constitui-se sob a evidência da constatação que veicula e mascara a norma identificadora. É a ideologia que fornece as evidências em relação ao que se deve ser e ao que não se deve ser. Mas, ao enunciar o que se deve ser, será que existe uma transparência de tal enunciado, será que se diz o que realmente se quer dizer? O complexo de formações ideológicas consiste no fato de que o sentido de um enunciado não existe em si mesmo. Portanto, o sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual os enunciados são produzidos:

....palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas,nas quais essas posições se inscrevem. (Pêcheux, 1975/1988, p. 160)

As formações discursivas são aquilo que, numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito, e isso equivale ao fato de que os enunciados recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. A materialidade do discurso e do sentido interpela os indivíduos em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Um mesmo enunciado pode receber sentidos diferentes; isso vai depender da formação discursiva e ideológica em que tal enunciado estiver inscrito. A partir de então, a expressão “processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituições, de paráfrases, sinonímias, que funcionam entre elementos linguísticos (significantes) em uma determinada formação discursiva” (Pêcheux, 1975/1988, p. 162).

As formações ideológicas, esse algo que parece falar antes (e não fala), em outro lugar e de forma mais ou menos independente, está articulado ao interdiscurso. Pêcheux (1975/1988) legitima essa condição quando anuncia a palavra como não tendo um sentido literal, pois as palavras são sentidos produzidos no interior de uma formação discursiva e ideológica.

Existe uma correlação entre o eu (sujeito imaginário proposto por Lacan, 1949/1998) e a forma-sujeito, na medida em que esse eu não reconhece sua subordinação, seu assujeitamento

ao Outro (inconsciente lacaniano). O Outro tem uma correlação funcional com a Ideologia. Pêcheux (1975/1988) se serve desses conceitos da psicanálise lacaniana para ilustrar o funcionamento das formações ideológicas e discursivas. O autor remete, também, o interior em continuidade com o exterior (banda de moëbius) para apontar como se dá a relação entre a subjetividade e a ideologia.

A forma-sujeito é o “ego-imaginário” e se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Essa identificação se apoia nos elementos do interdiscurso: o pré-construído que se refere ao “sempre já aí”, que se impõe sob forma da universalidade; e a articulação que constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que esta representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. Os traços que o determinam já são pré-inscritos no discurso do próprio sujeito, devido à estrutura discursiva da forma-sujeito que dá a aparência de autonomia a ele, quando, na verdade, é do assujeitamento que se trata (Pêcheux, 1975/1988).

Retomando os elementos do interdiscurso, Pêcheux (1975/1988) precisou de duas formas a substituição entre elementos no interior de uma formação discursiva: a equivalência ou “possibilidade de substituição simétrica”, ou seja, dois elementos diferentes (A e B) irão possuir o mesmo sentido; e, a da implicação ou “possibilidade de substituição orientada”, tal que a relação de A para B não seja a mesma que a relação de substituição de B para A (Pêcheux, 1988, p. 164).

A “articulação” ou “processo de sustentação” está em relação com o discurso transversal. Esse discurso indica que as substituições são relações de identidade não orientadas, ou seja, uma sequência Y atravessa perpendicularmente uma outra sequência X, unindo-as por um encadeamento. Essa sequência Y é o discurso transversal. Este é designado por metonímia, relação da parte com o todo, da causa com o efeito. A articulação provém da linearização (sintagmatização) do discurso transversal no eixo que Pêcheux (1975/1988) designa pela expressão intradiscurso, isto é, “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo” (p. 166), o que garante o fio do discurso, como discurso de um sujeito que induz uma relação com o “sujeito universal da ideologia”.

O próprio interdiscurso como discurso transversal atravessa e põe em conexão os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso (pré-construídos). Isso fornece matéria prima para o sujeito falante, com a formação discursiva que o assujeita. Percebemos que o interdiscurso e o intradiscurso são microprocessos dentro de um processo maior, ou seja, é o funcionamento do discurso intrínseco na ideologia.

Para Pêcheux (1975/1988, p. 167), a forma-sujeito se identifica com a formação discursiva que o constitui e tende a “absorver –esquecer” o interdiscurso no intradiscurso “de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual se articula por co-referência⁸”. Desse modo, a forma-sujeito realiza a “incorporação-dissimulação” dos elementos do interdiscurso, formando a unidade imaginário do sujeito – o eu/ego. Essa identificação com o outro (conceito lacaniano de pequeno outro, ou ainda, imagem especular) é contemporânea e coextensiva, o que significa que o sujeito se serve da paráfrase e da reformulação para falar. Trata de uma coincidência no sentido de identificação entre o eu e o outro, mas que não são os mesmos.

O efeito do Real sobre si mesmo produz o que Pêcheux (1975/1988) chamou de forma-sujeito. A ficção fornece a ele uma realidade desconhecida, uma forma de desconhecimento fundado no reconhecimento. É nesse reconhecimento que o sujeito se esquece das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa. E isso explica a dupla forma do assujeitamento ideológico, ou seja, o pré-construído que remete simultaneamente àquilo que todos sabem e à articulação que corresponde à invocação intradiscursiva e a universalidade implícita de toda situação humana. Então, “todo sujeito é assujeitado no universal como singular e insubstituível” (p. 171). Esse funcionamento se refere ao adolescente ser reconhecido pela lei como “sujeito de direito” e “pessoa em desenvolvimento” submetido às leis do Estado.

Para Althusser (1970/1985) a estrutura especular duplicada da ideologia é responsável por interpelar os indivíduos como sujeitos; sua submissão ao Sujeito universal; o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo; e a garantia absoluta de que está bem assim. Envoltos por esses quatro aspectos (de interpelação, submissão, reconhecimento e garantia) os sujeitos caminham por si mesmos na maioria dos casos, com exceção dos maus sujeitos, que provocam a intervenção de algum setor dos aparelhos repressivos.

Esse é o caso do adolescente autor de “ato infracional”, que é tomado, como bem diz Althusser (1970/1985) como o “mau sujeito”. O “ato infracional” pode funcionar como uma irrupção na operação de assujeitamento, provocada pela ideologia do Estado, ou como uma identificação de forma subversiva com a formação discursiva que o domina. O ECA (1990) imagina que protege e responsabiliza o adolescente pelos seus atos, quando, na verdade, possibilita a interpretação de que ele pode infringir a leis, pois não sofre punições.

⁸ Co-referência é o efeito do conjunto de referentes que se encontra no fio do discurso.

A tomada de posição resulta de um retorno da ideologia no sujeito, de modo que a não coincidência subjetiva caracteriza a dualidade sujeito e objeto. Ele se separa daquilo de que toma consciência e a partir disso chega à identificação do sujeito consigo mesmo e com outros. Pêcheux (1970/1988) recorre a Lacan (1964-65/2008) para explicar tal identificação. Ele se serve da propriedade topológica da banda de moëbius, cuja frente continua no seu verso, ou seja, o eu e o outro, ou ainda, o dentro e o fora estão em continuidade. O deslocamento de uma parte a outra se dá numa dada intersecção, onde não há nenhuma barreira. Por isso essa reduplicação da identificação designa um engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito. Isso remete ao esquema óptico do Estádio do espelho, já discutido.

O espaço de reformulação-paráfrase em que se constitui a ilusão necessária de uma intersubjetividade falante leva à ciência de cada um aquilo que o outro vai pensar e vai dizer, na medida em que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro. Baseado nesse duplo assujeitamento de ordem inconsciente e bancando uma analogia com a primeira tópica de Freud, Pêcheux (1975/1988) propõe dois modos de esquecimento:

O Esquecimento nº 2 se refere:

ao esquecimento pelo qual o todo sujeito-falante seleciona no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação a paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (p. 173)

O esquecimento nº 1 é designado pelo fato de o:

sujeito-falante não poder, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão. (p. 173)

Portanto, o esquecimento nº 2 está associado à representação de objeto, enquanto imagem e o esquecimento nº 1 é de ordem inconsciente, uma alienação fundamental ao Outro, como no estágio do Espelho. O pré-consciente é uma zona autônoma com relação ao inconsciente, delimitado pela barreira do recalque e da censura, que não passam de uma forma

de ilusão da autonomia do pensamento com respeito ao inconsciente, como se o eu dominasse o sujeito do inconsciente, quanto, na verdade, é o inverso.

O pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal pelo processo primário, chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real seja inconsciente. O vínculo entre as duas representações é restabelecido na discursividade, uma se remete à outra por reformulação parafrásica ou metonímica, de modo que todo discurso é ocultação inconsciente. Dessa forma, o esquecimento nº 2 vela o funcionamento do discurso na formação discursiva que o domina, sendo isso o apoio da ilusão de liberdade do sujeito falante. Portanto, a enunciação remete à ausência de um correspondente linguístico do imaginário e do eu (Pêcheux, 1975/1988).

Pode-se pensar, também, no conceito de negação em Freud (1925/1996). Na medida em que uma representação verbal e seu contrário gramatical ou lógico estão inscritas de modo universal na sintaxe. Os significantes aparecem como peças soltas de um jogo simbólico, desprendidos de todo o sentido; não há, portanto, naturalidade do significante. O que cai como significante verbal está sempre “desligado de uma formação discursiva que lhe fornece sentido, a ser perdido no non-sense do significante” (Pêcheux, 1975/1988, p. 176).

O autor parte da mesma lógica de Freud (1929/1996), no que se refere à relação entre o eu e o isso (inconsciente). O eu tem a aparência de algo autônomo e unitário, distintamente demarcado no sentido exterior; mas é uma aparência esmagadora, pois, o eu, quando voltado para o interior, não tem uma delimitação nítida. O eu serve apenas como uma espécie de fachada para o isso. O isso domina o eu, embora pareça ser o contrário.

A ideologia se representa sob a forma de discurso e as formações discursivas e ideológicas se materializam na linguagem e na fala, dando forma ao sujeito. Em suma, as formações discursivas e a forma-sujeito são operações lógicas de uma dada estrutura, que é a ideologia. É uma operação inconsciente, mas não equivale ao inconsciente lacaniano propriamente dito. Portanto, fazemos um paralelo entre o funcionamento do Outro e da Ideologia e a forma-sujeito com o eu imaginário. As formações do eu, denominadas eu ideal e ideal do eu, estão assujeitados ao Outro, mas sem que o eu se dê conta de tal dominação. Lembremos que Lacan (1949/1998) concebe o eu como uma função que recobre uma ausência do ser, na medida em que o sujeito se constitui na e pela falta.

Para compreender a ideologia como exterioridade Pêcheux (1975/1988) remete ao funcionamento da forma-sujeito no discurso, que se realiza nas condições produzidas pelo modo de produção capitalista e sob a dominância geral do jurídico. Isso indica que os

sistemas de referência para a prática científica e para a prática política, têm “uma remissão perpétua entre os significantes do conhecimento e os da política” (p. 189).

O sujeito de direito toma uma forma plenamente visível de autonomia, mas seu significado é o de alguém que é submetido à autoridade soberana, dessa forma, a ideia do sujeito de direito implica um lugar onde não há espaço para fazer valer um desejo próprio (Legendre, 1976). O discurso do Direito vela, sob a suposta transparência da linguagem, a materialidade de outras possibilidades de sentido. Isso ocorre porque, conforme Pêcheux (1975/1988), o sujeito fala de um lugar no interdiscurso em que a memória é estruturada pelo esquecimento de que já significa. O sujeito de direito é a identificação pela qual o sujeito se reconhece como homem, devido ao processo imaginário da constituição do eu. (Monte-Serrat, 2013).

O ECA (1990) sustenta uma forma-sujeito específica para o adolescente. Ao postulá-lo como “pessoa em desenvolvimento” cria a concepção imaginária de que o sujeito desenvolverá plenamente quando atingir determinada idade e para isso é necessário que a família ou o Estado lhe garantam meios para tal. Isso vem ao encontro da falsa possibilidade da ideia inscrita no art. 227º da Constituição Federal (1988). Quando a legislação cria um lugar sem faltas para o adolescente, o sujeito do desejo, suposto pela psicanálise, não tem lugar no discurso.

O discurso que gira em torno do “ato infracional” também tem como motor a luta de classes. Na verdade a luta entre o discurso do Direito, como discurso científico, e o discurso do adolescente, são atravessados pelo discurso jurídico. A definição proposta no ECA (1990) de “ato infracional” e a forma-sujeito do adolescente podem ser vistas como efeitos da história, do contexto social e das relações de poder entre as conflitantes formações discursivas e ideológicas. Por isso há a necessidade, constante, de revisitar códigos e reformulá-los. Houve, ao longo da história, mudanças na forma-sujeito e na posição do adolescente, mas a estrutura lógica continua a mesma.

Depois da delimitação de um Estatuto jurídico para o adolescente criaram-se a ilusão de um sujeito de direito livre, bem como a ilusão de um sujeito plenamente desenvolvido ao fazer 18 anos, supondo-se que as “medidas socioeducativas” resolveriam a problemática do “ato infracional”. Mas os adolescentes contemporâneos não são mais os mesmos de vinte e quatro anos atrás, momento de criação do ECA (1990). Houve mudanças no discurso social atual que contribui para alterações nas perspectivas ideológicas contemporâneas. Logo adiante analisamos o discurso capitalista da atualidade e sua relação com a infração, bem como a necessidade da reformulação dos dispositivos descritos na legislação.

“O real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real” (Pêcheux (1975/1988, p. 255). Esse enunciado leva o autor a desenvolver o real como necessário e o real determina o pensamento. Concluímos que se trata da mesma necessidade, o que equivale dizer que as modalidades histórico-materiais não correspondem à estrutura idealista do conhecimento. É como se tivesse, por um lado, os objetos a conhecer e sujeitos capazes de conhecer e, por outro, a possibilidade de atingir uma verdade ou de falsear, como se fosse um erro, os objetos a conhecer. Essas modalidades determinadas se realizam como necessidade cega, na medida em que não são pensadas, mas também se realizam como necessidade pensada.

Lacan (1968-69/2011) aponta a lógica da análise a partir de quatro lugares e três operações: da alienação, em que a posição do sujeito é cega, ou seja, o eu pensa onde não é; a segunda operação é chamada de verdade, em que o sujeito não é, mas é o lugar onde ele pensa; e, por último, a operação da transferência, em que o sujeito se dá conta de que ele é castrado e só pode existir a partir de uma falta. Isso nos fez relacionar essas operações com o que Pêcheux (1975/1988) chamou de necessidade pensada e cega.

Assim também se dá a constituição primordial do sujeito, segundo Lacan (1964-65/2008); o sujeito é dependente do lugar onde está inscrita a cadeia significante. Esse Outro, ao mesmo tempo em que é interior, é também exterior ao sujeito, também é dependente, mas possui um grau de separação dele. Para o autor, essa constituição primordial marca o sujeito no modo de se relacionar com o outro.

Os efeitos da exterioridade, da anterioridade e da independência que representam, no interior do pensamento, o primado do real sobre o pensamento, não estão ligados a puras propriedades linguísticas. Dependem de um exterior bem diferente, que são os conjuntos de efeitos na esfera da ideologia, da luta de classes sob suas diversas formas – econômica, política e ideológica. Os processos discursivos se constituem sob efeito do interdiscurso e do intradiscurso, o que forma a discursividade. Eles não correspondem aos fenômenos linguísticos, pois representam a existência determinante de todo complexo de formações ideológicas submetido à lei geral de desigualdade, afetando essas formações no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes (Pêcheux, 1975/1988, p. 260).

A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito; o sujeito é produzido como causa de si na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso. Pêcheux (1975/1988) defende a interpelação do indivíduo em forma-sujeito, o que não equivale ao sujeito do desejo. A forma-sujeito se realiza pela identificação à

formação discursiva que o domina e tem relação com o sentido produzido como evidência pelo sujeito. Este é simultaneamente produzido como causa de si; em suma a forma-sujeito se produz no sem sentido (non-sense), constituído por um amontoado de representações desprovidas de sentido a priori. Essa produção é acompanhada por uma imposição de sentido às representações.

Podemos fazer aqui uma analogia com o Estádio do Espelho, em que o sujeito, em sua constituição, num primeiro momento, supõe que a imagem que vê é uma imagem real. É necessária uma distinção entre o que é o eu, o que é a imagem do eu e o que é o outro, que se confundem, mas não são a mesma coisa. Assim se dá o discurso do Direito ao falsear, sob a imagem de um sujeito de direito, a dominação e a exclusão social. O adolescente sob a imagem de “sujeito de direito” e “pessoa em desenvolvimento” não é o adolescente enquanto tal.

A imposição de sentidos às representações aponta para a distinção que Freud (1925/1996) faz entre representação da coisa e representação da palavra. Nesse sentido Lacan (1958/1998) ensina que a divisão se dá no elemento do significante, que não equivale à representação da palavra e nem à representação da coisa, e também é diferente do signo, que representa alguma coisa para alguém. Em suma, o significante não é o sentido, não é o signo e nem a representação de nada. Lacan (1957/1998) coloca o significante como vazio de sentido; só adquire sentido em relação a um outro significante (Lacan, 1964-65/2008).

Pêcheux (1975/1988) enfatiza que o significante não é o sentido e nem o signo, mas aquele determina estes; nessas condições o sentido não tem a propriedade da literalidade do significante, o sentido é efeito de uma relação entre dois significantes. A isso Lacan (1957/1998) chamou de metáfora, a qual se localiza no ponto específico em que o sentido se produz a partir do não-sentido. A concepção da metáfora é a de uma palavra que não tem sentido que lhe seria próprio. O sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra palavra, de modo que as palavras se revestem de sentido. As palavras não poderiam ser predeterminadas por propriedades da língua (sintaxe e léxico), pois os elementos significantes só podem ter sentido a posteriori, a partir de um segundo significante que se remete ao primeiro significante constituindo uma cadeia. A partir dessas considerações, apostamos na lei sob a forma de um conjunto de enunciados sem sentido a priori, obtendo sentido a partir do momento em que alguém a interpreta.

O sentido existe nas relações metafóricas e a partir dessas relações a formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. As palavras, expressões ou proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem, e

ao mesmo tempo, a transparência de sentido que se constitui em uma formação discursiva mascara a dependência da formação discursiva em relação ao interdiscurso. A metáfora é determinada pelo interdiscurso na medida em que este não intervém jamais como uma globalidade. Existe um primado do significante sobre o signo e o sentido; isso equivale a dizer que o significante toma parte na interpelação-identificação do indivíduo em sujeito, pois o “significante não representa nada para o sujeito, mas opera sobre o sujeito fora de toda compreensão” (Pêcheux, 1975/1988, p. 264).

A evidência do sentido é contemporânea à interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso. Por sua identificação com a formação discursiva que o domina, encontra-se encravado na condição de sujeito. Essa alienação a tal formação se desloca juntamente com a dominação no decorrer da formação do sujeito. Trata-se de uma identificação imaginária, que diz respeito à gênese do eu, ao ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo; refere-se à identificação com os traços do objeto na representação que o sujeito possui desse objeto. E como efeito do intradiscurso se tem a identificação imaginária, relacionada ao esquecimento nº 2. Isso não quer dizer que a ideologia interpela pura e simplesmente o eu, deixando o sujeito à mercê do simbólico. A ideologia não é o simbólico e sua diferença não se inscreve nunca nessa diferenciação de funções (Pêcheux, 1975/1988).

A identificação imaginária constitui o eu ideal, enquanto a identificação simbólica constitui o ideal do eu. Ambos são diferentes, na medida em que o eu ideal corresponde ao sujeito num lugar de objeto desejado do Outro, e o ideal do eu é aquele da exterioridade, que é detentor do objeto de desejo (falo). As duas identificações apontam para as formações do eu, que não são equivalentes, mas fazem parte de um mesmo processo: da constituição do sujeito do inconsciente. A identificação simbólica remete à entrada do sujeito no campo da neurose, ou seja, a função de nomeação ocorre e a Lei se inscreve no simbólico (Lacan, 1960-61/1992).

Isso equivale o dizer que a interpelação é, ao mesmo tempo, ideológica e jurídica. Ela não se efetua na esfera fechada e vazia do cultural, mas, na imbricação dos aparelhos ideológicos e do aparelho repressivo (jurídico-político) do Estado. A forma-sujeito, na qual coexistem indissociavelmente a interpelação, a identificação e produção de sentido, realiza o não-sentido da produção do sujeito como causa de si sob a forma de evidência primeira. Essa determinação se apaga no efeito necessário que ela produz. Portanto, o funcionamento ideológico se realiza tendo a forma-sujeito por efeito. As noções inscritas nesse funcionamento têm um sentido, pois equivalem aos efeitos de paráfrase e reformulação do interdiscurso e do esquecimento nº 2. Por meio deles uma formação discursiva é caracterizada

pelos fenômenos especulares que se dão nas identificações imaginárias, sob a forma de um objeto para um sujeito (Pêcheux, 1988, p. 266).

Ao tomar a lógica proposta acima, os legisladores inventam o termo “ato infracional”, uma metáfora, para substituir a palavra crime. Assim tem-se uma construção de enunciados sobre o “ato infracional” (construção de necessidade-pensada) e, também, a construção de dispositivos (a necessidade real) sob a forma de “medidas socioeducativas”. Um conceito representa a necessidade real, na rede de conceitos, constituindo para uma área determinada de conhecimento, a necessidade pensada. Portanto, o “ato infracional” foi uma invenção que visa ao adolescente como sujeito de direito ou como uma forma de controlá-lo e vigiá-lo? A invenção dessa expressão se tornou necessária devido a uma incursão da Declaração dos Direitos das Crianças (1959), que se fez necessária à criação de outras formas de submissão.

A produção de conhecimentos consiste na transformação das matérias-primas ideológicas em objetividades materialistas, através do desenvolvimento de ideologias novas e de novas formas de interpelações (Pêcheux, 1975/1988, p. 270). Isso caracteriza as mudanças dos modos de interpelação do adolescente e, conseqüentemente, ocorre o deslocamento das formas oferecidas a ele.

O efeito de simulação encobre uma relação de exploração dos conhecimentos científicos por uma teoria universal das ideias (função da Declaração Universal dos Direitos Humanos), visando a se apresentar como a condição. A simulação mantém uma ligação com a forma burguesa do jurídico-político, na medida em que o discurso do Direito e os procedimentos jurídicos-administrativos realizam, na prática, essa teoria universal em seu funcionamento explícito, ou seja, a lei propriamente dita. Isso permite compreender que a interpelação dos indivíduos em sujeitos se efetua em nome do Sujeito universal da Ideologia:

O Sujeito se faz lembrar aos sujeitos, e os determina a ser o que são, a agir como agem (e, em particular, a falar como falam), Em outros termos, o Sujeito Universal da ideologia representa para os sujeitos a causa que os determina e lhes representa essa causa na esfera sem margens da forma-sujeito. (Pêcheux, 1975/1988, p. 273)

Em resumo, as formações discursivas derivam de formações ideológicas; e as formações sociais traduzem, em determinadas relações de poder, a luta entre classes. Estas últimas trazem em si posições políticas e ideológicas, as quais não são obras particulares, mas se organizam em concepções, mantendo entre si contradições, uniões e relações de domínio. Só é possível aproximar-se das formações discursivas através da noção de produção e a situação

no sentido concreto e empírico do termo, ou seja, o ambiente material e institucional. A noção de produção formula o conceito de condição de formação em que a sequência discursiva relaciona-se a um sujeito e a uma situação de enunciação, referindo-se a lugares no interior dos aparelhos ideológicos, numa dada conjuntura histórica (Pêcheux, 1975/1988).

As expressões utilizadas nas legislações, bem como no meio jurídico, indicam o Estado na função de Outro sem barra, tentando sustentar o adolescente como sujeito pleno de direito, lugar no qual se identifica, o eu constituído no Estádio do espelho. Ao tomar o adolescente como “pessoa em desenvolvimento”, possibilita uma forma-sujeito que não permite um lugar para o desejo, visto que este se constitui na falta-a-ser. O “ato infracional” e as “medidas socioeducativas”, portanto, são respostas que tentam abranger, ao mesmo tempo, a demanda do sistema capitalista e da Declaração Universal dos Direitos Humanos/Criança. A partir desse fio discursivo, trabalhamos a seguir com a posição do adolescente na visão da lei e, na sequência, abarcamos as implicações e os efeitos do discurso capitalista.

6.2 A posição do adolescente na visão da lei: repetição e diferença

Como visto anteriormente, o adolescente na visão ideológica do Estado é um “sujeito de direito” e a forma-sujeito equivalente a ele é a “pessoa em desenvolvimento”. E para o adolescente autor de “ato infracional”, que posição lhe é dada? Neste item propomos a reflexão sobre os efeitos de sentidos (re)produzidos pelas formas de nomeação do adolescente em conflito com a lei no discurso do Direito e o lugar que ele ocupa frente à Lei (Outro). Esses efeitos referem-se aos diferentes modos de significar, sendo que a interpretação dependerá da formação discursiva em que são produzidos determinados enunciados. Trabalhamos com as noções de repetição, de esquecimento e de diferença das maneiras de nomear, o que delimita um lugar ao adolescente na visão das legislações.

O “menor”, o “incapaz” e o “delinquente”, essas são as formas de nomeação prescritas no Código de Menores (1979), as quais foram apagadas no ECA (1990). Assim, o texto da lei não leva em consideração a memória discursiva e o interdiscurso. Para Zoppi-Fontana (2005), as filiações discursivas configuradas no campo da memória do discurso do Direito produzem o enunciável do texto jurídico em determinadas condições de produção, apontando para o funcionamento do arquivo jurídico. Esse funcionamento é sustentado no silenciamento dos

enunciados ao operar como ausência presente. Ao confrontarmos as nomeações que não estão descritas no ECA (1990), mas que causam efeito nas práticas políticas, desvelamos pontos em que a escrita da lei se apaga, mas ainda se faz presente na prática discursiva, o que equivale à sua pretensa universalidade formal.

A noção de delinquente surge no século XVIII, com a definição de um determinado comportamento pernicioso, que funcionaria como antecedente para a justificação de infrações. Haveria uma espécie de falta sem infração ou defeitos sem ilegalidade, a fim de mostrar como o sujeito se parece com a infração antes mesmo de cometê-la, justificado pela ideia de família “desestruturada” como a causa da delinquência (ver art. 2º do CM). Um lugar que abrange a noção de periculosidade no nível da virtualidade e, não, da efetividade do ato. Por isso a implantação de práticas políticas que controlam o adolescente em “situação irregular” (Foucault, 1970 citado por Maia, 2006).

No Código de Menores (1979), a proteção era somete aos “menores em situação irregular”, conforme descrito no art.1º “Este código dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores: I – até dezoito anos de idade, que se encontra em situação irregular” (p. 7). No Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) se prega a proteção integral, de acordo com o art. 1º: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente [grifos nossos]” (p. 11). Esta última é fundamentada nos princípios basilares da Declaração Universal dos Direitos da Criança, especificamente nos primeiros dois princípios:

1º princípio: A criança gozará todos os direitos enunciados nesta declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião positiva ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição quer sua ou de sua família [grifos nossos]. (p. 1)

2º princípio: A criança gozará de proteção social e ser-lhe-ão proporcionados oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal, em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança [grifos nossos]. (p. 1)

O adolescente não é citado nessa declaração; apenas o significante “criança” é escrito, o que evidencia que ele faz parte do conjunto de crianças. Nesse contexto o adolescente fica na posição de criança, logo necessita de proteção para o desenvolvimento pleno (“físico,

mental, moral” etc.). E quem sabe sobre os “melhores interesses da criança”? Os pais, os operadores jurídicos, o Estado? O segundo princípio ratifica a ambiguidade: é um sujeito ou um objeto de Direito? Esse enunciado deixa espaço para interpretar a criança e o adolescente no lugar de objeto do Outro.

Além disso, nas declarações e nas legislações o significante “*todo*” sempre se faz presente, o que vai ao encontro da ideologia da universalidade dominante no discurso do Direito, mas isso não passa da letra da lei. A proposta da lógica do “*todo*” é imaginária e utópica, ao mesmo tempo em que essa utopia aponta para o vazio. Diferentemente, o ponto de vista da psicanálise parte da lógica do “*não-todo*”, o que não é uma lógica universal negatizada, conforme Lacan (1973/2003):

recorrer ao não-todo, aos impasses da lógica, é, ao mostrar a saída das ficções da mundanidade, produzir uma outra fixação do real, ou seja, do impossível que o fixa pela estrutura da linguagem. É também traçar o caminho pelo qual se encontra, em cada discurso, o real com que ele se enrosca. (p. 400)

Pêcheux (1975/1988) enfatiza que a emergência do discurso, muitas vezes conflitante, produz a forma-sujeito. A lei funciona como discurso e todo discurso carrega a marca da incompletude, ao mesmo tempo em que realiza a inscrição histórica-ideológica das posições-sujeito. O ECA (1990) demarca para o adolescente, autor de “ato infracional”, o lugar de onde ele pode significar. Ao marcar esse lugar de significação ideologicamente constituído, lhe confere uma posição.

No terceiro capítulo apontamos três tempos do lugar ocupado pelo adolescente na visão da lei: no Brasil império ocupava o lugar de objeto de Direito, alienado e submetido ao poder dos pais, não tinha um lugar delimitado na visão da lei jurídica, não era separado do grupo de adultos. Com a implantação do Código de Menores (1979) o “menor” (apesar de incapaz) ganha o lugar de “menor de direito”. Nesta legislação o adolescente autor de “ato infracional” não era separado dos jovens abandonados, mendigos, vadios etc., nomeados todos como “menor em situação irregular”. No atual contexto é visto como “sujeito de direito” e “pessoa em desenvolvimento”, mas aquele que infringe a lei ocupa um lugar separado dos outros na escrita da lei.

A primeira doutrina segrega os menores em situação irregular daqueles que não estão, já a doutrina da proteção integral oferece lugar a todas as crianças e aos adolescentes, mas os separa ao oferecer a institucionalização para os que infringirem a lei penal. A divisão e

segregação estão presentes nos dois contextos em formas diferentes de classificação e regulamentação.

Maia (2006) observa que, no início do século XX, o desvio de comportamento do menor como causa racial. Já no meio desse século é explicado a partir de causas psíquicas, físicas, sociais e econômicas, tratando-se de um discurso de caráter técnico científico, apoiado em classificações consideradas neutras e sem compromisso ideológico. Nos anos 90, determina-se para o adolescente a educação, a escolaridade e a profissionalização, para que haja o desenvolvimento de habilidades que objetivam a colocação dele no mercado de trabalho. Este último equivale aos fins do discurso capitalista. Ou seja, os dispositivos criados pelo Estado não existem por acaso e nem estão voltado para os interesses do sujeito em sua singularidade, por conseguinte, as “medidas socioeducativas” também não.

O crime no Código de Menores (1979) era denominado como “desvio de conduta”, e o adolescente como, “autor de infração penal”, conforme o art. 2º: “(...) V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI – autor de infração penal [grifos nosso]” (p.12). No ECA (1990) essas nomeações são apagadas e substituídas pela expressão “ato infracional”, não se dando predicado ao adolescente, mas, somente ao ato. Isso é demonstrado no art. 103º: “Considera-se “ato infracional” a conduta descrita como crime ou contravenção penal [grifos nossos]” (p. 69).

Embora os enunciados sejam diferentes, alguns significantes são os mesmos e, portanto, abrem espaço para a repetição do efeito de sentido nas duas legislações. A repetição não implica o acontecimento em si, mas uma mesma interpretação que se dá ao contingente. Dessa maneira, concordamos que há diferenças entre as legislações, mas a interpretação pode ser a mesma.

As expressões: “menor em situação irregular”, com “desvio de conduta” e “autor de infração penal”, podem significar o adolescente como anormal e perverso. Os termos “pessoa em desenvolvimento” e prática de “ato infracional” subtendem aquele que ainda não se estruturou biologicamente, nem psiquicamente, dando a entender que a fase peculiar da adolescência é a responsável pelo “ato infracional”, retirando a culpa do sujeito. Há uma ruptura entre o Código de Menores (1979) e o ECA (1990), mas nas bordas do dizer permanecem marcas históricas, na medida em que alguns significantes se repetem, outros novos aparecem. O efeito é a continuidade da mesma interpretação para um novo estatuto, refletindo diretamente na prática jurídica e nas assistências políticas.

Maia (2006), em sua pesquisa sobre a subjetivação dos adolescentes infratores, aponta para as seguintes renomeações: do “menor infrator” para o “adolescente em conflito com a

lei”; de “penas” para “medidas socioeducativas”; de “crime” para “ato infracional”. Porém, trocar o nome pode ser um sinal de que as palavras são portadoras de sentidos. Por outro lado, a mudança não altera a inscrição Simbólica do lugar dado ao sujeito. Modifica-se somente no registro Imaginário e, não, no registro Simbólico. Trata-se de um jogo discursivo: mudam-se os significantes, mas os efeitos de sentidos permanecem estabilizados.

O próximo deslocamento de enunciados que observamos diz respeito às medidas. No Código de Menores (1979) denominou-se “Medidas de Assistência e Proteção”:

Art. 13. Toda a medida aplicável ao menor visará, fundamentalmente, à sua integração sócio familiar (p. 40).

Art. 14. São medidas aplicáveis ao menor pela autoridade judiciária: I – advertência; II – entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade; III – colocação em lar substituto; IV – imposição do regime de liberdade assistida; V – colocação em casa de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado [grifos nossos] (p. 41).

No ECA (1990) houve uma separação entre medidas de proteção e “medidas socioeducativas”, conforme:

Art. 112. Verificada a prática de “ato infracional”, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar danos; III – prestação de serviço à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semi-liberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VI – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (referente às medidas de proteção).[grifos nossos] (p. 71-72).

Os termos que definem as medidas são os que mais se repetem, como grifados acima. A repetição do mesmo significante pode indicar uma resistência à mudança de posição, no que diz respeito à consequência e à responsabilização do adolescente. Esses significantes que se repetem são da ordem de paráfrases, que retornam aos mesmos espaços do dizer. Esse dizer parafrástico em que os enunciados se repetem não rompe com a memória discursiva instituída e retém a posição e os efeitos de sentido dos “menores delinquentes”. Portanto, permanece a interpretação de que eles necessitam ser vigiados e punidos de modo coercitivo. Isso demonstra que o gesto de mudar determinadas nomeações/designações e de manter outras, não deixa de significar e fixar o sujeito num determinado lugar e num determinado contexto

social. Trata-se de uma “substituição simétrica”, segundo a definição de Pêcheux (1975/1988). Porém, as soluções para a infração se deslocaram da reintegração social e familiar para a educação e a profissionalização, havendo o apagamento dos significantes que descrevem o tipo de instituição: ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico.

Marquezan (2008) admite que o jogo de palavras, vindas de formações discursivas distintas e com diferentes historicidades, faz aparecer o político e o histórico na língua. Assim, o “menor infrator”, apesar de silenciado, não deixa de causar efeitos nas práticas jurídicas. É o que mostra a pesquisa de Sartório e Rosa (2010), ao constatar que na representação do Ministério Público (relatórios realizados) os adolescentes ainda são colocados como “delinquentes” e “perigosos” para a sociedade:

[...] Acerca da manutenção da internação preventiva dos representados, cumpre assinalar ser imprescindível, visto que presente o requisito específico para a cautelar, qual seja, o perigo para a ordem pública, ante o receio de que, soltos, possam produzir mais danos à sociedade. Em remate, a internação preventiva dos representados previne, em tese, o cometimento de novos atos infracionais, acautelando o meio social e a própria credibilidade da justiça. (Ministério Público) (Sartório e Rosa, 2010, p. 11 [grifos nossos]).

Ainda segundo a pesquisa de Sartório e Rosa (2010) foram observados termos utilizados nos processos judiciais como: "menores infratores", "bando", "adolescentes infratores", "desvio de caráter", "reincidente". O que não deixa de ser uma configuração da posição dada ao adolescente na prática jurídica. Nesse caso, a memória discursiva atua no contexto atual, presentificando as conflitantes formações ideológicas e discursivas que criam um palco de batalha.

Como analisado anteriormente, o sujeito está submetido à formação discursiva que o domina sob a falsa ideologia de direitos iguais. Isso equivale aos processos dos esquecimentos nº1 e nº 2 (Pêcheux, 1975/1988), em que se diz sem se dar conta dos efeitos de sentidos produzidos, gerando um conflito no interior do discurso: de um lado o adolescente como “pessoa em desenvolvimento” e “em conflito com a lei” (ECA, 1990) e, por outro, como “menor” e com “desvio de conduta” (CM, 1979). As duas legislações são atravessadas pela noção de sujeito de direito, localizada no registro Imaginário, conforme ilustrado no quadro 2:

	Código de Menores	ECA
Eu ideal	Menor de direito	Sujeito de direito
Forma-sujeito	Menores	Pessoas em desenvolvimento
Modo de proteção	Proteção dos menores em situação irregular	Proteção integral de todas as crianças e adolescentes
Medidas de controle	Assistenciais	Socioeducativas
Formas de nomeação	Menor, incapaz, delinquente, conduta anti-social	Adolescente em conflito com a lei, “ato infracional”

Quadro 2. Deslocamentos de medidas e formas de nomeação.

Para Guimarães (2002), o modo de nomeação de uma forma e não de outra ocorre porque existe alguma enunciação dando condições para que esse nome exista. Já que não há como enunciar senão em um contexto sócio histórico determinado. A nomeação, para o autor, se instala como lugar de estabilidade referencial de um sentido pelo apagamento de outros. A “pessoa em desenvolvimento” apaga sem excluir o termo “menor”. Existe uma tentativa de extinguir determinado efeito de sentido que esse termo produzia (de incapaz, sem direito etc.), mas sem apagar. Já o significante “conduta”, utilizado para descrever o “ato infracional”, faz retornar a ideia de “desvio de conduta”, como se todo adolescente, que infringe a lei, sofresse de uma determinada patologia.

O ECA (1990) não deixa de ser uma tomada de posição no que se refere ao lugar do adolescente inscrito no discurso do Direito. Há, de fato, uma mudança da forma-sujeito, pelo menos na letra da lei; mas a memória discursiva (interdiscurso) retorna sob outra forma de enunciado. Essa lei, sob a ideologia da Declaração dos Direitos Humanos, opera no sentido de arranjar outras formas de dominar esse grupo e, para isso, inventa as “medidas socioeducativas”, que são formas repetitivas com o intuito de controlar o crime. Isso demonstra que, apesar de uma mudança da nomeação e dos enunciados, a estrutura lógica em funcionamento se repete.

Zoppi-Fontana (2005, p. 94) enfatiza o funcionamento do “arquivo jurídico na formação de uma memória que trabalha como espaço de interpretação/escritura”. Trata-se do processo parafrástico da escrita da lei, relançada sobre si mesma na redação de novos textos legais, bem

como na construção de uma jurisprudência⁹, que se projeta sobre os fatos, categorizando os acontecimentos passados e presentes e antecipando acontecimentos futuros. A repetição de determinados significantes configura vestígios, na própria escrita da lei, dos confrontos sociais e ideológicos, atravessados pela formação discursiva determinando os processos de produção de sentidos. Nessa concepção os textos legais atuam como um dispositivo “normalizador da escritura/interpretação de sentidos da ordem do jurídico”, mas, não, normatizador.

O funcionamento da memória discursiva estrutura parte dos enunciados das leis jurídicas, pois a interpretação se faz entre a memória institucional e os efeitos da memória, que podem estabilizar sentidos, bem como deslocá-los (Orlandi, 2005). Os textos legais, como arquivo, estruturam-se pela legitimação, catalogação, indexação, permanência, acessibilidade; são o lugar onde os sentidos ficam congelados. O interdiscurso, no entanto, permite a abertura para novos sentidos. Os artigos jurídicos cristalizam um sentido único, claro e completo, sob um processo de silenciamento de enunciados exteriores (Zoppi-Fontana, 2005).

As legislações jurídicas formais são universais, mas delimitam uma forma para o adolescente, incluindo-o em determinado conjunto e excluindo-o, ao mesmo tempo, ou seja, universalizando e individualizando-o. Há um funcionamento ideologicamente antagônico. Ocorre um processo de universalização do adolescente com o advento do ECA (1990), enquanto o Código de Menores (1979) legislava apenas a favor da criança e do adolescente em situação irregular. Anteriormente nem normas jurídicas havia para esse grupo, não tinham uma posição na visão da lei. O ECA (1990) caracteriza a delimitação da subjetividade e do lugar jurídico a ele atribuído, o que causa um efeito sobre os processos de identificação em que produzem-se os sujeitos na relação com o Estado. Será que o adolescente tende a se identificar com o lugar em que o discurso do Direito lhe confere?

O “ato infracional”, visto como um acontecimento social, tornou-se alvo da legislação e ganhou estatuto universal e atemporal. Por um lado, nos enunciados definidores (o art. 103. define o “ato infracional”; o art. 104. define a idade; e o art. 112. a consequência do ato) o acontecimento se esvazia de toda e qualquer referência à situação e ao sujeito da enunciação, para se apresentar como uma formalidade sem historicidade. Por outro lado, se projeta no futuro em relação ao momento de designação instaurado pelo presente. Portanto, a definição na lei funciona enunciativamente no espaço da universalidade, o que caracteriza os discursos

⁹ Solução judicial dos conflitos nos processos, onde os magistrados devem decidir dentro dos parâmetros da lei (Mendes, 1997).

lógicos formais. Isso permite apagar os fatos históricos concretos e já existentes na ordem social, bem como o contingente (Zoppi-Fontana, 2005).

Os problemas sociais transformam-se em lei a posteriori. Os gestos legais surgem a partir do acontecimento, legislando sobre tal problemática. A lei é efeito do contexto social, ao mesmo tempo em que determina os sujeitos inseridos nesse contexto. Esse paradoxo vai ao encontro da formulação de Pêcheux (1983/2008) em “Discurso: estrutura ou acontecimento?”, que define o discurso não somente determinado pela história e pelo contexto, mas também, como um acontecimento, no sentido de uma irrupção na cadeia de significantes. O enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro ao deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro.

A definição do “ato infracional” descrito no ECA (1990) não permite a deriva, posto que o enunciado da lei não pode ser deslocado, nem reformulado. No entanto, as legislações se transformam devido às causas sociais. Para Guimarães (2002), todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si um tempo posterior e, ao mesmo tempo, essa latência significa. O acontecimento recorta também um passado memorável.

A advertência em relação ao deslocamento dos enunciados culminará numa diferenciação entre o que não pode ser dito, pois é proibido; e o que não pode ser dito, no sentido do impossível. Quando não se toma o Real como impossível, a tendência da ciência em relação aos indivíduos e ao social é a de classificar, identificar, comparar, ordenar, separar, reunir, segundo critérios definidos, a fim de instruir, vigiar, proteger, fazê-los sonhar etc. Esses espaços (jurídico, econômico, político) apresentam uma aparência de coerção lógica disjuntiva: é impossível que tal pessoa seja solteira e casada, o que inclui também a impossibilidade de um adolescente ser infrator e não sê-lo. Esses espaços são estabelecidos como detentores do saber, especialistas e responsáveis pela ordem; repousam em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação que implica o uso regulado de proposições lógicas (verdadeiro ou falso) com interrogações disjuntivas (ou é A ou não é A) (Pêcheux, 1983/2008).

Nesse espaço funcionam o discurso do Direito e o discurso infracional, espaço logicamente estabilizado em que outras interpretações são proibidas. Esse modo de discurso supõe seus enunciados como transparentes; mas todo enunciado vem junto de uma enunciação e esta é sem sentido a priori. O que unifica esses espaços é uma série de evidência lógico-práticas, como: um mesmo objeto *x* não pode estar ao mesmo tempo em dois lugares diferentes; um mesmo objeto *x* não pode ter ao mesmo tempo a propriedade *P* e a propriedade *não-P*; um mesmo acontecimento *A* não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer.

Trata-se de “uma homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como suscetível de ser verdadeira ou falsa” (Pêcheux, 1983/2008, p. 32), e como efeito, os termos como lei, ordem, rigor etc. encobrem a ambiguidade e a equivocidade do funcionamento próprio da linguagem e do sujeito. É uma cobertura lógico aristotélica, que falseia o funcionamento da ideologia e do inconsciente.

Essa forma de tomar o discurso que exclui o Real de nada serve, pois o Real é o que insiste e o que retorna sempre ao mesmo lugar. O sujeito tem uma necessidade universal de um mundo semanticamente estável; busca um saber que possa unificar essa multiplicidade de coisas a saber. Desse modo, o discurso no espaço logicamente estabilizado, como o discurso infracional, cria a ilusão de tamponar uma falta, que é da estrutura do próprio discurso. A negação do Real produz o engano e vela o sujeito do desejo. Portanto, como já dissemos, o discurso sobre o “ato infracional” não abre lugar para o sujeito do desejo, pelo contrário, o apaga na forma de “pessoa em desenvolvimento”.

Para Pêcheux (1983/2008), interrogar sobre a existência do Real como contingente e como impossível cabe às disciplinas de interpretação, que não postulam o espaço logicamente estável a priori, estas disciplinas não tomam as lacunas e as faltas como defeito, mas, sim, como uma borda para o Real. O Real “constitutivamente estranho à univocidade lógica é um saber que não se transmite, não se apreende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (p. 43).

Permanece, portanto, uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma pedagogia e o de transformações de sentido, a qual escapa a qualquer norma estabelecida a priori. No entanto, existe uma zona intermediária entre esses dois espaços, que gira em torno de construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam as enunciações (Pêcheux, 1983/2008). O discurso infracional prega uma higiene pedagógica na conduta, sob a forma de “medidas socioeducativas”, mas o art.112º (ECA, 1990) produz lugar para interpretações de tais proposições de forma alienada à ideologia dominante, do código penal.

No interior do próprio texto da lei há indícios de uma região conflituosa entre a ordem jurídica e as ordens sociais. Estas manifestam o espaço enunciativo heterogêneo, onde a lei responde com discursos outros que exigem adequação e legitimação. Assim, os enunciados da lei que se repetem representam a memória discursiva, e os significantes novos provocam uma ruptura na escrita circular da lei. As duas operações estão presentes no discurso infracional.

Por conseguinte, “a repetição demanda o novo.... tudo que, na repetição, varia, modula, é apenas alienação de seu sentido”. Existe uma “necessidade” para o homem de que a estória

contada seja sempre a mesma; que sua realização “narrada seja ritualizada”, textualmente a mesma, na exigência de uma consistência no significado. No entanto, a realização do “significante não poderá jamais ser bastante cuidadosa em sua memorização para chegar a designar a primazia da significância como tal”, o que equivale a contar a mesma história, mas variando as significações (Lacan, 1964-65/2008, p. 62).

Portanto, o ECA (1990) provoca rupturas em relação ao CM (1979); as políticas sociais avançaram em alguns aspectos (forma-sujeito dado ao adolescente e as medidas voltada para educação e profissionalização) e outros ainda permanecem intocáveis (significação da privação de liberdade). A nosso ver, a tentativa de deslocamento do vigiar e punir para a de educação e reinserção no convívio social coadunam com os interesses do discurso capitalista.

6.3 A forma-sujeito do adolescente autor de ato infracional no discurso capitalista

No quarto capítulo, iniciamos uma articulação entre sujeito de direito e o discurso capitalista. Neste item propomos um avanço nessa articulação tomando os conceitos de forma-sujeito, “ato infracional” e “medidas socioeducativas”. O modelo de produção capitalista definiu uma organização social compartimentada. Foi pela via da afirmação de direitos garantidos pela lei que se estabeleceram as bases de construção de uma ordem social que privilegia a liberdade com o apoio da iniciativa privada. O individual se sobrepõe ao social.

Vimos que a afirmação dos direitos surge na emergência do sistema capitalista. Nesse contexto ocorreu uma efetivação dos direitos (ditos naturais) de um sujeito livre e autônomo e que tem como proteção a lei jurídica. Os direitos humanos são produto do capitalismo que legitima um poder atendendo aos anseios dos sujeitos, quando estes passam a ser vistos como cidadãos, com liberdade garantida e autonomia de escolha.

Marx (1859/2007), na sua obra, demonstra que a formação social capitalista e a formação social histórica estão determinadas, em última instância, pelas relações de produção específicas. A formação social-histórica exige a formação de um sujeito de direito universal que sustente o movimento de circulação de capital e a produção de mercadorias. A mercadoria, para ser tomada enquanto tal, precisa de que seus guardiões se relacionem como pessoas por meio de um contrato de comum acordo; nas palavras do autor:

Cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato desenvolvido legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado pela relação econômica mesma. As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. (Marx, 1859/2007, p. 80)

Ao longo do tempo, o capitalismo adquiriu a forma de um ente dotado de vontade, expressada em estratégias racionais e, também, contraiu uma intencionalidade, no sentido de atingir resultados, principalmente econômicos (lucro). A elaboração de direitos humanos previstos nas constituições e legislações se tornou um mecanismo de manipulação sutil do modelo capitalista. Existem elementos difusos nessa nova ordem social, que estão regulados não somente pelo poder jurídico e político, mas, principalmente, pelas instâncias econômicas do capital. São contradições de bases democráticas do exercício do poder, pois, no cenário atual, as normas se configuram teoricamente no campo dos interesses gerais, mas na prática se definem no campo dos interesses de poucos (Toyoda, 2010).

Para Foucault (2010), aquilo que faz com que o corpo, os gestos, os discursos e os desejos sejam identificados como indivíduos é um dos efeitos do poder. Desse modo, o indivíduo capitalista é um efeito do poder e, simultaneamente, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. Portanto, o sistema jurídico, na teoria, garante a democratização e igualdade de todos:

Os sistemas jurídicos – teorias ou códigos – permitem uma democratização da soberania, através da constituição de um direito público articulado com a soberania coletiva, no exato momento em que esta democratização fixava-se profundamente, através dos mecanismos de coerção disciplinar. (Foucault, 2010, p. 188)

Nesse sentido, os direitos individuais advieram com a consolidação do discurso capitalista, materializando um poder difuso do Capital no meio social e político. Ser livre, segundo o discurso capitalista, é ter acesso aos bens e participar do mercado. Será que os adolescentes autores de atos infracionais estão fora do mercado e não têm acesso aos bens

materiais, e, para se incluírem, o “ato infracional” seria uma saída? Ou o discurso sobre o “ato infracional” está aquém ou, além disso?

No segundo capítulo discorremos que a pobreza não está diretamente relacionada ao “ato infracional”, mas grande parte dos adolescentes que cumprem “medidas socioeducativas” é de classe econômica baixa e média. Embora os adolescentes de classes mais altas também roubem. Como já descrevemos, o “ato infracional” pode ter um estatuto, para o adolescente, de identificação com o mundo do crime, com o traficante, com o bandido etc. Esse mundo será somente um efeito do sistema capitalista? Não importa o quanto se tem de bens materiais se levarmos em conta a constituição do sujeito e a lógica fálica. Independente de quem é e do quanto tem, sempre falta algo ao sujeito; mas o discurso capitalista causa a vontade de ter sempre mais, ou seja, de gozar cada vez mais.

Para Lacan (1974), o discurso capitalista opera numa relação quase indissociada entre objeto e sujeito, o que gera apenas um prazer imediato, ou seja, um gozo momentâneo que logo se esvazia. O autor aponta para a crise no discurso tradicional do mestre e o que prevalece é o discurso capitalista. Nesse discurso, existe uma inversão de valores, ou seja, o Simbólico não é a dimensão privilegiada, mas, sim, a dimensão Imaginária, que se solidifica nos bens de consumo e no mercado financeiro. Dessa maneira, o sujeito ao consumir acaba se consumindo, o objeto (imaginário) ganha valor, e não há lugar para o sujeito do desejo. Conforme Tfouni (2013), no lugar da massa consumidora, o sujeito fica consumido, o sujeito se consome, some, vira objeto de gozo, apenas.

O consumo se tornou um direito e uma necessidade do sujeito ao mesmo tempo. Touraine (2009) critica o mundo pós-moderno ao enfatizar a despersonalização e destruição do sujeito. A sociedade de consumo cria uma ilusão de liberdade e felicidade no momento da aquisição de objetos, assim a classe social dominante determina mais diretamente as escolhas dos consumidores. Nesse sentido, o consumo vem se transformando mais em dever do que em direito, como já anunciava Lacan (1972-73/1993) ao tratar o discurso capitalista como um imperativo categórico de gozo.

Bauman (1998) afirma que os valores da sociedade pós-moderna mudaram as perdas e os ganhos de lugar: “os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade” (p. 10). O mal-estar da modernidade provinha da segurança que tolerava pouca liberdade na busca da felicidade individual, já a sociedade pós-moderna provém de um dever na procura do prazer e felicidade, o que culmina numa necessidade maior do que a própria falta.

Portanto, o sujeito se vê obrigado a consumir para alcançar a felicidade. Trata-se da demanda do discurso capitalista (de mercado e financeiro). A felicidade se torna associada ao usufruto dos bens materiais e à liberdade individual, o que não passa de um engodo, pois a estrutura da demanda é aquilo que engana e ilude. A felicidade é mítica, assim como a igualdade e o direito de todos perante a lei.

A afirmação dos direitos humanos tem sido perversamente utilizada, principalmente no que se refere à relação do sujeito com o objeto, já que, estruturalmente, não existe objeto que ofereça uma satisfação plena ao sujeito. No entanto, o capitalismo influencia o modo de ser e pensar dos sujeitos, atuando por meio de mecanismos sutis de poder, de amplo alcance na tessitura sócio-política, e um deles foi o de oferecer os direitos humanos fundamentais em formato de legislação.

Para Miaille (2010), na esfera do Direito a norma no sistema capitalista adquiriu a mesma função do objeto fetiche (objeto que imaginariamente torna o sujeito ideal, completo, sem falta). O sistema do Direito é uma disposição ordenada, coerente e dotada de uma lógica própria das normas. Essas regras dizem o que se deve fazer e não fazer e não constata o que é. Assim, a norma jurídica encontra-se num domínio do dever ser, assim como a lógica do sistema capitalista que dita o que ter, o que vestir e ainda, como pensar e como ser. São da ordem de obrigações.

Para o autor citado acima, a norma é utilizada de modo enviesado no âmbito jurídico. O sentido de norma vem de medida habitual a ser tomada. O homem no mundo capitalista encontra-se tanto no lugar de objeto de direito quanto no de autor de direito. Desse modo, norma e cidadão encontram-se numa dialética de mútua dependência. O direito não pode ser definido fora das outras instâncias sociais, ou seja, deve ser ligado à política, ao governo, à economia, à cultura, à historicidade etc.

O sistema jurídico da sociedade capitalista caracteriza-se por uma generalização abstrata da norma e da pessoa jurídica. Essa generalização permite representar a unidade social de maneira ao mesmo tempo real e imaginária (...). As relações econômicas e sociais capitalistas existem realmente segundo o tipo de organização que o capital implica, mas efetivamente também existem as relações jurídicas que as exprimem, e veremos as produzem. Nesse sentido as relações jurídicas não são pura imaginação: existem e tem uma materialidade indiscutível, tão real como as instituições do aparelho do Estado que lhe estão ligadas, tais como justiça, polícia, administração. Mas ao mesmo tempo (...) as relações reais estão ocultadas por um todo imaginário jurídico. (Miaille, 2010, p. 95)

Esse Imaginário é o do sujeito de direito e da norma sustentada numa quimera da resolução de conflitos. Essas normas parecem lógicas e necessárias para organizar as relações sociais, mas o modo imperativo atribui um valor fetichista às regras e às suas consequências. A mercadoria cria valor somente no momento da aquisição. A norma jurídica não cria, verdadeiramente, a obrigação, mas realiza-se no momento das trocas sociais. Esse fetichismo na esfera jurídica se tornou acentuado com o advento da sociedade capitalista. A generalização e a abstração da forma jurídica atual estão profundamente ligadas ao sistema capitalista de produção (Miaille, 2010).

Bauman (2010) aborda o capitalismo como parasitário que, em vez de solucionar problemas básicos, multiplicou-os. É um sistema parasitário, porque prospera durante certo período, desde que encontre organismos ainda não explorados que forneçam alimento, e não faz isso sem prejudicar o hospedeiro. O slogan - “não adie a realização do seu desejo” - circula desde o advento do capitalismo, mesmo que o indivíduo não se ganhe o suficiente para adquiri-lo (o desejo). Podemos inferir que não há um adiamento da satisfação como nos velhos tempos, já que é possível adquirir um crédito para a realização do sonho. No entanto, paga-se um alto preço depois, mas isso o sistema não revela.

Portanto, para o autor, o capitalismo na pós-modernidade funciona assim. Com o cartão de crédito o indivíduo está livre para administrar sua satisfação, obter tudo o que desejar, até mesmo quando não ganhar o suficiente para aquisição de bens de qualquer natureza. A promessa contemporânea se tornou uma fonte permanente de lucro. Os capitalistas pós-modernos (bancos e emprestadores) não querem o dinheiro de volta, longe disso, oferecem mais créditos para pagar a velha dívida, a fim de pagar novas realizações de desejo. Na realidade, os bancos não querem que os endividados paguem suas dívidas, já que o juro é um dos elementos que sustenta o sistema (Bauman, 2010).

Bauman (2010) ao citar Habermas, alega que a substância do capitalismo situava-se no encontro do trabalho com o capital e o seu objetivo era a transação comercial. O capital deveria ser capaz de comprar e o trabalho de ser vendável. A principal tarefa do Estado é de garantir que ambas as operações aconteçam: subvencionar o capital caso não tenha dinheiro o suficiente para adquirir força de trabalho e garantir que valha a pena comprar o trabalho. Portanto, o trabalhador precisa ter boa saúde, bom treinamento e boa disposição para submissão ao empregador/capitalista. Mas o Estado, na era atual, não consegue mais sustentar tais funções, o que se denomina “crise de legitimação”:

Na verdade o que acontecia era uma transição da sociedade sólida de produtores para uma sociedade líquida de consumidores. A fonte primária de acumulação capitalista se transferia da indústria para o mercado de consumo (...). Para manter vivo o capitalismo, não era mais necessário remercadorizar o capital e o trabalho, viabilizando assim a transação de compra e venda deste último: bastavam subvenções estatais para permitir que o capital vendesse mercadorias e os consumidores as comprassem. O crédito era o dispositivo mágico para desempenhar (esperava-se) essa dupla tarefa. E agora podemos dizer que, na fase líquida da modernidade, o Estado é capitalista quando garante a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para obtê-lo. (Bauman, 2010, p. 29)

Existe uma cooperação entre o Estado e o mercado capitalista; essa é a regra, e quando entram em conflito há uma exceção. Em geral, as políticas do Estado capitalista são construídas e conduzidas ao interesse do mercado, o que não é abertamente declarado. Outros efeitos do sistema capitalista são: a crise das políticas públicas assistenciais e o deslocamento da exploração de mão de obra operária para a exploração dos consumidores. Dessa maneira, os cidadãos precisam de dinheiro e, não, serviços oferecidos pelo Estado assistencial, o que torna a cultura pós-moderna ordenada pela oferta e não pelas normas (Bauman, 2010). Ocorre, portanto, uma crise da função do Pai Simbólico.

Sarti e Tfouni (2013) pontuam a incidência de um deslocamento de posição na relação dos sujeitos com os objetos e com o Outro. Esse deslocamento aponta para um sujeito insaciável, cujas consequências históricas são a emergência de novos modos de subjetivação e uma (re)estruturação do sujeito do inconsciente, ou seja, uma nova forma-sujeito. Lacan (1975) afirma que há uma identidade entre mais-valia e mais-gozo, como efeito de uma identificação imaginária e uma positivação da falta. São as mercadorias que entram no lugar de algo que não deveria estar lá. No discurso capitalista as possibilidades de gozo estão reguladas em torno de um único Saber, o do mercado. O próprio capital encarna o Outro absoluto.

No discurso capitalista opera-se um duplo narcísico do sujeito, referente à identidade imaginária, o qual é padronizado em torno de um objeto de consumo como pura presença. No funcionamento do sujeito capitalista há uma renúncia pelo gozo fálico, impondo-se o mais-gozar como modo de gozar privilegiado desse sujeito. Assim, a própria dimensão de falta é faltante, ao mesmo tempo em que o discurso capitalista se sustenta na falta do sujeito (Sarti & Tfouni, 2013).

A interpelação do sujeito capitalista faz intervir o Direito, a lógica e a identificação. Isso cria a ilusão de um sujeito que diz o que quer e aquilo que ele diz só pode ser dito daquela forma, o que leva a uma impressão idealista do sujeito como livre e não determinado. Para Orlandi (2012) essa ilusão se assenta no “des-conhecimento” de um duplo movimento da constituição do sujeito capitalista: interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia e uma forma de assujeitamento modulado pelo momento histórico. Assim, pode-se dizer que o sujeito é, ao mesmo tempo, despossuído e mestre do que diz.

Uma vez interpelado, o sujeito determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual concreta. No caso do capitalismo, a forma-sujeito se impõe como um sujeito livre de coerções e responsável como sujeito jurídico, ou seja, possui deveres e direitos diante do Estado e dos outros homens. Para Orlandi (2012), o sujeito individualizado pelo capitalismo deixa o Simbólico de fora, ou seja, o sujeito é tomado como um indivíduo uno, como se fosse uma unidade de origem. Na era pós-moderna, a análise em termos de classes não permite mais dar conta da organização da sociedade e de seus conflitos. Com efeito, a desarticulação das relações de produção gera novas desigualdades e novas formas de dominação, que deslocam as linhas de clivagem: a luta pelos lugares substitui a luta de classes.

Para Touraine (1998), na sociedade moderna falava-se em dominação, exploração, reforma, revolução. Já na sociedade atual (pós-moderna) fala-se em globalização, exclusão, em distância social, concentração de capital, consumo. Tinha-se o hábito de situar as relações com o outro em escalas sociais, de qualificação, de salário, de educação e de autoridade, agora se fala numa visão horizontal. A sociedade da discriminação foi substituída pela sociedade da segregação.

O aparelho judiciário ao seguir uma lógica capitalista, garante a liberdade e a autonomia aos indivíduos. No entanto, para aqueles que são “incapazes” de exteriorizar suas vontades, esse aparelho cria estatutos (para crianças, adolescentes, deficientes mentais etc.) a fim de garantir tal autonomia. Esses institutos, segundo Saes (2012), são importantes do ponto de vista ideológico, ou seja, garantem que não há exceções na atribuição da condição de sujeitos de direitos aos indivíduos que compõem a sociedade capitalista. No texto constitucional, portanto, há o reconhecimento de todos como sujeitos que podem usufruir de seus direitos. O Estado pós-moderno se dirige aos indivíduos ignorando o plano das classes sociais no texto da lei. O Estado, ao individualizar os membros das classes sociais, impede a emergência política dessas classes, ou seja, sufocam o conflito político de classe.

Essas operações capitalistas, financeiras e mercadológicas refletem-se nas políticas assistenciais para os adolescentes autores de “ato infracional” e nas “medidas socioeducativas”. O Estado só investirá nisso no que for do interesse do sistema capitalista. Observamos duas formações discursivas relativas ao ECA (1990) e ao “ato infracional”: os roubos de bens geram mais consumo por parte das vítimas e a tentativa, a qualquer custo, de inserir o adolescente no mercado de trabalho (naquilo que ele nem tem interesse) para adequá-lo ao sistema de consumo. Na primeira existe um sucesso e, na segunda, um grande fracasso.

Os padrões de felicidade impostos pelo discurso capitalista e a proposta pós-moderna de responsabilidade individual no âmbito jurídico, como comentados acima, não determina, mas influencia parcialmente em duas dimensões: na instauração da lei protetiva e no envolvimento do adolescente no mundo do crime.

O adolescente autor de “ato infracional”, privado de sua liberdade, segundo o texto da lei, possui direitos iguais aos outros, exceto a liberdade. Continua tendo o direito de acesso aos bens que o sistema capitalista oferece; isso está descrito no seguinte artigo do ECA (1990):

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros os seguintes: I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público; II - peticionar diretamente a qualquer autoridade; III - avistar-se reservadamente com seu defensor; IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada; V - ser tratado com respeito e dignidade; VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável; VII - receber visitas, ao menos semanalmente; VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos; IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade; XI - receber escolarização e profissionalização; XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; XIII - ter acesso aos meios de comunicação social; XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje; XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guarda-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade; XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade (p. 76-77 [grifos nossos]).

A forma-sujeito concedida ao adolescente é de “pessoa em desenvolvimento” e, mesmo àqueles autores de “ato infracional”; no âmbito da escrita da legislação todas as garantias lhe são asseguradas. O “ato infracional”, se visto como um sintoma social, corresponde à

ideologia capitalista, ou seja, um sujeito de direito, um sujeito ideal que proclama um direito ao gozo correlato ao dever ser e ter. Esse ser e ter (sentido pleno), na concepção psicanalítica, carecem ser entendidos a partir da lógica fálica. A completude é inalcançável, por isso, a reivindicação em suas diversas formas nunca cessará. Portanto, a violência e a criminalidade podem ser entendidas como consequência do discurso capitalista e, também, como possibilidade de uma saída fálica para o sujeito em sua singularidade

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
(Carlos Drummond de Andrade)*

Nosso campo referencial é o do discurso, um lugar onde consideramos uma ética que não é moral. Assim, anuncia Lacan (1959-60/1988), “esse polo do desejo se opõe a ética tradicional” (367). A ética do desejo possibilita uma direção e não soluções universais. Esta ética tomada como alusão não se trata de um dever e nem de um direito, uma ética discursiva que inclui o sujeito do inconsciente, paradoxal em seu próprio funcionamento. Este sujeito não para de querer atingir um gozo, mas sem abdicar de seu desejo. Lacan (1959-60/1988) denuncia a moral capitalista como àquela que ignora o desejo do sujeito: “a moral do poder, do serviço dos bens é – quanto aos desejos podem ficar esperando sentados” (p. 368).

O ECA (1990) é um dispositivo social que funciona na tentativa de encobrir a ambiguidade e o furo estrutural próprios do discurso, assim, falseia o funcionamento da ideologia e do inconsciente. A escrita da lei, na sua pretensa universalidade formal, oferece um lugar alienado ao sujeito, ignorando seu desejo constitutivo. Apesar da cobertura lógica, a norma jurídica é faltante, delineada por lacunas, ambiguidades e equívocos.

Ressaltamos a impossibilidade de não haver falta, já que a estrutura da linguagem e do Outro é furada. A falta simbólica opera como barra na relação alienada entre o sujeito e o Outro/outro. Entretanto, o discurso protetor e garantidor proposto pelo ECA (1990) delimita um lugar Imaginário para o adolescente e a “medidas socioeducativa”, devido ao modo de escrita e de prática, não operam como barra para o “ato infracional” do adolescente.

Ao desnaturalizarmos os processos de interpretação dos artigos infracionais, possibilitamos a visibilidade dos equívocos, esquecimentos, repetições, diferenças e ambiguidades, que ocorrem na escrita da lei e nas práticas jurídicas. Isso abre fissuras na superfície aparentemente homogênea do texto. O dispositivo da escrita da lei produz apagamentos quando se trata do confronto das posições dos adolescentes que representam, no interdiscurso, as lutas políticas e ideológicas. Tal dispositivo vela a divisão social de classes ao definir uma regulamentação do Direito sobre o “ato infracional”.

O Estado tem como função oferecer práticas jurídicas, políticas e assistenciais para a resolução dos conflitos da sociedade, mas impõe uma falsa ideologia: de que não existe

diferença entre os indivíduos. Portanto, cria a ilusão de um sujeito livre, autônomo e não submisso, definição esta do sujeito de direito, fruto do advento do sistema capitalista. A noção capitalista do sujeito de direito é apenas uma nova forma de controle desse mesmo sujeito. Nessa nova forma ele se submete livremente ao novo discurso; trata-se de uma servidão voluntária a um Outro invisível. Assim, os direitos individuais sobrevieram com a consolidação do discurso capitalista. Esse modo de discurso preconiza a liberdade e a autonomia do sujeito em direção ao acesso de bens de consumo, a participação no mercado, tendo como direito a felicidade e o gozo como dever.

O “ato infracional” presentifica um sintoma social, configurando contradições em diversas práticas discursivas; um espelho apagado da luta de classes. O ECA (1990) e a noção de sujeito de direito é uma forma de eclipsar a luta de classes. A lei jurídica apresenta uma necessidade lógica e coerente de seus enunciados, mas isso traz suas armadilhas, deixando invisíveis e exteriores a luta ideológica e as questões sociais. No interior do próprio texto da lei há indícios de discursos conflituosos, que se materializam no discurso dos operadores jurídicos, na mídia e até na fala dos adolescentes. Será isso o representante de uma substituição da luta de classes pela luta de posições individuais?

O discurso capitalista e o discurso jurídico atual condicionam o apagamento da luta de classes ao oferecerem a igualdade de todos perante a lei e, também, a individualidade universal; trata-se de um paradoxo. As legislações jurídicas delimitam uma forma para o adolescente, ao incluí-lo em determinado conjunto e excluí-lo ao mesmo tempo; ou seja, universalizam sob o discurso de proteção integral e individualizam sob a forma de “medidas socioeducativas”. Há um funcionamento ideologicamente antagônico. O ECA (1990), ao delimitar um lugar jurídico e social para o adolescente, lhe impõe discursivamente uma subjetividade. Isso causa um efeito sobre os processos de identificação que produzem os sujeitos na sua relação com o Estado. O efeito é uma tentativa de normalização e não uma normatização.

Antes da criação do Código de Menores (1979), a solução para a infração na adolescência era a punição. Com o advento dessa legislação foi implantada a proteção dos menores em situação irregular, em que o adolescente infrator era visto com “desvio de conduta”. Portanto, o tratamento e a medicalização se fizeram presentes. No atual contexto, houve o aparecimento das “medidas socioeducativas”, a reinserção social, a educação e a profissionalização, que são as novas formas de controle; interesses esses do próprio sistema capitalista. As “medidas socioeducativas”, enquanto tentativas de soluções para o “ato infracional” e para recolocação do adolescente no mercado capital são o efeito do significado

do ser que se desenvolve, passível de ser educado, sob a ideologia do discurso igualitário. Nesse sentido, só haverá investimento nos aspectos que coadunam com o sistema capitalista.

O modo como a “medida socioeducativa” é descrita na lei vêm tendo implicações mais sérias no âmbito social, já que o “ato infracional” se configura como um sintoma social na atualidade; ou seja, um signo que indica que algo não vai bem quando se trata do enlaçamento dos três registros, pois um sintoma é sempre efeito do Simbólico e do Imaginário no Real. Sob tal perspectiva, apreendemos uma confusão quando se trata da lei: entre o que é da ordem do Imaginário e o que é da ordem do Real. Quando o Imaginário tenta recobrir o *todo*, o efeito é aparecer algo como ato e, não, como palavra. Assim, algum tipo de mal-estar se instala, o que é inevitável em qualquer tempo histórico. Entretanto, é preciso olhar e escutar como esse mal-estar se apresenta na cultura.

Mesmo àqueles autores de “ato infracional” no âmbito da escrita da legislação todas as garantias lhes são asseguradas. No entanto, ao considerarmos a existência do sujeito do desejo, não tomamos o “ato infracional”, somente, como produto e condição do contexto social e econômico, pois há uma singularidade do sujeito autor do ato. As legislações analisadas poderiam ter um estatuto normativo, como forma de produzir um lugar Simbólico ao adolescente e não somente um lugar Imaginário, como impõem o Estado e o ECA (1990) ao oferecerem a ideologia de um “sujeito de direito” e na forma de “pessoa em desenvolvimento”.

A Doutrina de proteção integral transmite uma falsa imagem de que as instituições sociais têm condições de tamponar a falta do sujeito e resolver o mal-estar na civilização. Passa uma ideia de solução plena para as questões sociais com ofertas interdisciplinares, mas se esquece de que existe o Real como contingente e impossível, ou seja, aquilo que não cessa de não se escrever.

O discurso infracional opera como uma lei Imaginária e nega o código Simbólico que possui. Portanto, colocar em prática uma lei dessa ordem, que visa atender as demandas do Outro (Estado), com intuito de tamponar a falta, torna-se impossível, pois o Imaginário é a totalidade e completude que não se sustenta jamais. No texto da lei existe uma tentativa de unificação do sujeito e do objeto, assim como no discurso capitalista, ao ofertarem objetos que ilusoriamente completam o sujeito. Esses objetos podem vir sob a forma de bens materiais, de pessoas, de drogas, de legislações etc. É a fetichização dos objetos e das normas.

Existe uma concepção unificadora do adolescente e do “ato infracional”. Como efeito dessa visão, esse ato pode ser tomado sob três aspectos: como uma resposta e uma ruptura ao mesmo tempo às normas capitalistas; uma forma de reivindicar os direitos Imaginários que

estão descritos na própria lei e uma saída do lugar alienado imposto pelo Estado. Esse todo unificante não admite o vazio. No princípio da instituição desse todo, requerido quando enunciamos um universal, não há outra coisa que não a impossibilidade que ele mascara.

O “ato infracional” ganha o estatuto de sintoma social, equivalente à ideologia capitalista. O adolescente, visto como um sujeito de direito, proclama um direito ao gozo correlato ao direito de ser e de ter. Esse modo de ser e ter entendidos numa concepção psicanalítica, ou seja, trata-se da lógica fálica e do gozo. A obtenção do falo e de um gozo pleno são inalcançáveis, por isso, a reivindicação em suas diversas formas nunca cessará. Portanto, a violência e a criminalidade podem ser percebidas como uma consequência do discurso capitalista e, também, como uma possibilidade de saída fálica para o sujeito em sua particularidade, o que representa uma posição de gozo.

As legislações, furadas e fracassadas, não dão conta inteiramente das problemáticas sociais, o que não quer dizer que não há o que fazer. Nesse âmbito, concordamos com Freud (1937/1986) sobre as três maneiras de contornar o impossível: educar, governar e psicanalisar; com afirmação de Pêcheux (1983/2008): “o real é impossível...que seja de outro modo” (p. 29); e com Lacan (1975-76/2007) na medida em que aponta um saber-fazer com a própria castração. O mal-estar aparece sob a forma de sintoma que remete à estrutura e não a algo que pode ser decifrado e solucionado. Nessa perspectiva, o fracasso está dado desde o início. Mas tal fracasso pode ser colocado como causa de desejo e de trabalho e não como um impedimento aos novos saberes e fazeres.

Um conjunto de leis, normas, regras, Estatutos precisa estar pautados nas experiências anteriores, a fim de romper com aquilo que não funciona; manter aquilo que opera de alguma forma para possibilitar um avanço social; bem como criar novos dispositivos que privilegiam o Simbólico, considerando a existência do sujeito do desejo e do Real, e não pautado num ideal impossível de se praticar.

REFERÊNCIAS¹⁰

- Alberti, S. (1996). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Althusser, L (1983). *Aparelhos ideológicos do Estado*. (W. J. Evangelista, M. L. V. Castro, trads). Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1970).
- Arantes, G. C. (1999). A criança e adolescente: de objeto a sujeito de direito. In: *Jornada do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Infância*, documento de trabalho n. 1, Belo Horizonte.
- Bartijotto, J. (2005). *A inscrição do Nome-do-Pai em adolescentes infratores*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), Ribeirão Preto.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2010). *Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bazílio, L. C. (2003). *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez.
- Benveniste, E. (1988) *Problemas de linguística geral*. (Novak, M. G, Neri, L. trads., pp. 284-293). 2a ed. Campinas: Pontes. (Trabalho original publicado em 1978).
- Chomsky, A. N. (1969). *A linguística cartesiana*. Madrid: Gredos.
- Ciarallo, C. R. C. A., & Almeida, A. M. O. (2009). Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal: revista de psicologia*, 21(3), 613-630. Recuperado em 10 de julho de 2014, de <http://www.scielo.br/scielo>.
- Código de Menores (1929). *Lei nº 6.697 (reformulado em 10 de outubro de 1979)*, Brasília: DF. Brasil.
- Coelho, F. U. (1995). *Para entender Kelsen*. São Paulo: Max Limonad.

¹⁰ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association

Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). (2006). *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. Brasília: CONANDA.

Constituição da Republica Federativa do Brasil. (1988, 05 outubro). *Presidência da República*, Casa Civil. Recuperado em 04 de fevereiro de 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

Declaração dos Direitos da Criança (1959). Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, 1º decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. Recuperado em 30 de janeiro de 2014, de <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/declara.htm>

Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948, 10 dezembro). Rio de Janeiro: UNIC. Recuperado em 20 de novembro de 2014, de http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.

Dicionário eletrônico Aurélio (1999). Recuperado em 25 de julho de 2013, de www.dicionariodoaurelio.com.

Dicionário eletrônico etimológico (2007). Recuperado em 04 de agosto de 2013, de www.dicionarioetimologico.com.br.

Dicionário eletrônico Michaelis (2008). Recuperado em 25 de julho de 2013, de www.michaelis.uol.com.br.

Dor, J. (1989). *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artmed.

Estatuto da Criança e do Adolescente. (2004). Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. 7ed. Brasília: Casa Civil. Recuperado em 25 de junho de 2013, de http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/785/estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf

Flavell, J. H. (2001) *A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget*. (M. H. Sousa, trad.). São Paulo: Pioneira Thomson. (Trabalho original publicado em 1975).

Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (R. Ramalheite, trad.) 20a ed. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).

Foucault, M. (2005). *A verdade e as forma jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau. (Trabalho original publicado em 1973).

Foucault, M. (2007). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola. (Trabalho original publicado em 1970).

Foucault, M. (2010). *Microfísica do poder*. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1975).

Freud, S. (1996) A negativa. In: Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).

Freud, S. (1996). A análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909).

Freud, S. (1996). A Dissolução do Complexo se Édipo. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).

Freud, S. (1996). Algumas distinções psíquicas da Distinção Anatômica entre os sexos. In: Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).

Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).

Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo. In: Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1939).

Freud, S. (1996). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911).

Freud, S. Mal estar na civilização (1996). In: Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1929).

- Garcia, C. (2004). *Clínica do Social*. Belo Horizonte: Projeto.
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. (pp. 143-179). São Paulo: Companhia das letras.
- Gonçalves, H. S., & Garcia, J. (2007). Juventude e sistema de direitos no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(3), pp. 538-553. Recuperado em 05 de julho de 2014, de <http://www.scielo.br/scielo>.
- Granont-Lafont, J. (2003). *A topologia de Jacques Lacan* (L. C. Miranda e E. Cardoso, trads). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Haroche, C. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec.
- Kelsen, H. (1998). *Teoria Pura do Direito*. (J. B. Machado, trad.). 6a ed. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).
- Lacan, J. (1974). *A Terceira*. Conferência oferecida em 31 de outubro de 1974, 7º Congresso da Ecole Freudienne de Paris.
- Lacan, J. (1974-5). *O seminário, livro 22*: RSI, inédito.
- Lacan, J. (1986). *O seminário: livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. (V. Ribeiro, trad.). 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954).
- Lacan, J. (1988). *O seminário: livro 7: A ética da psicanálise*. (A. Quinet, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960).
- Lacan, J. (1992). *O seminário: livro 17: Averso da Psicanálise*. (A. Roitman, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1992). *O seminário: livro 8: Transferência*. (D. D. Estrada, trad.). 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-1961).
- Lacan, J. (1993). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-1973).

Lacan, J. (1998). Direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: Lacan, J. (1998). *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp.591-652). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).

Lacan, J. (1998). O Estádio do Espelho como formador da função do eu. In: Lacan, J. (1998) *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1949).

Lacan, J. (1998). Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: “psicanálise e estrutura da personalidade”. In: Lacan, J. (1998). *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp.653-691). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960).

Lacan, J. (1998). A subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: Lacan, J. (1998). *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 807-842). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957).

Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: Lacan, J. (1998). *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 238-324). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).

Lacan, J. (1998). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: Lacan, J. (1998). *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 197-213). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1945).

Lacan, J. (1999). *O seminário: livro 5: Formações do inconsciente*. (V. Ribeiro, trad.). 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958).

Lacan, J. (2003). O Aturdido. In: Lacan, J. (2003). *Outros Escritos*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 448-497. (Trabalho original publicado em 1973).

Lacan, J. (2005). *O seminário: livro 10: A angústia*. (V. Ribeiro, trad.). 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963).

Lacan, J. (2007). *O Seminário, livro 23: Sinthoma*. (S. Laia, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1975-1976).

Lacan, J. (2008). *O seminário: livro 11. Os quatros conceitos fundamentais da psicanálise*. (V. Ribeiro, trad.). 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964-1965).

Lacan, J. (2011). *O seminário: livro 9: A identificação*. (I. Corrêa, trad.). Recife: Centros de Estudos Freudianos (CEF). circulação interna. (Trabalho original publicado em 1961-1962).

Lacan, J. (2012). *O Seminário, livro 19: ...ou pior*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1971-1972).

Lagazzy, S. (1988). *O desafio de dizer não*, Campinas: Pontes.

Laurent, R. (1996). *A instituição, a regra e o particular*. nº 15. Correio da escola brasileira de psicanálise, out/nov.

Legendre, P. (1983). *O amor do censor*. (A. Menezes, trad.). Rio de Janeiro: Forense.

Legendre, P. 1999. Seriam os fundamentos da ordem jurídico razoáveis? (L. Levy, trad.). In: Altoé, S. (org.). *Sujeito do direto, sujeito do desejo* (pp. 17-31). Rio de Janeiro: Revinter.

Maia, M. C. G. (2006). *Instancias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores*. Tese de Doutorado, Departamento de Estudos Linguístico, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Marquezan, R. (2008). O discurso da legislação sobre o sujeito deficiente. *Revista brasileira de educação especial*, 14(3), 463-478.

Marx, K. (2007). *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. (trad. F. Fernandes). São Paulo: Expressão popular. Texto originalmente publicado em 1857.

Mendes, A. C. (1997). *Estética do campo jurídico*. Colóquio Internacional da International Association For The Semiotics of Law. Direito oficial, contracultura e semiótica do direito, 13, São Paulo, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

Mendez, E. G. (2002, janeiro). *Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino-americano*. Buenos Aires. Recuperado em 10 de janeiro de 2014, de [www.abmp.org.br/publicacoes/ Portal_ABMP Publicado 88.doc](http://www.abmp.org.br/publicacoes/Portal_ABMP_Publicado_88.doc).

Miaille, M. (2005). *Introdução crítica ao Direito*. (A. Prata, trad.). 3a ed. Lisboa: Estampa, 2005. (Trabalho original publicado em 1979).

Milner, J-C. (1987). *O amor da língua*, Porto Alegre: Artes Médicas.

Minahin, M. A., & Sposato, K. B. (2011). A internação de adolescentes pela lente dos tribunais. *Revista Direito GV*, 7(1), 277-298. Recuperado em 10 de julho de 2014, de <http://www.scielo.br/scielo>.

Monte, F. C., & Sampaio, L. R. (2009). *Práticas pedagógicas e moralidade em unidade de internamento de adolescentes autores de atos infracionais*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do vale do São Francisco, Petrolina.

Monte, F. C., Sampaio, L. R., Rosa Filho, J. S., & Barbosa, L. S. (2011). Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. *Psicologia e Sociedade*, 23(1), 125-134. Recuperado em 05 de julho de 2014, de <http://www.scielo.br/scielo>.

Monte-Serrat, D. M. (2013). *Letramento e discurso jurídico*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Montoro, A. F. (2000). *Introdução à Ciência do Direito* (pp. 293-294). 25a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Mougin-Lemerle, R.(1999). Sujeito do direito, sujeito do desejo. In: Altoé, S. *Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo*. Rio de Janeiro: Revinter.

Nogueira, P. L. (1985). *Comentários ao código de menores*. 2a ed. São Paulo: Saraiva.

Orlandi, E. (1994). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp.

Orlandi, E. (1996). Discurso: fato, dado, exterioridade. In: Castro, M. F. P. (org.). *O método e o dado no estudo da linguagem* (pp. 209-218). Campinas: Unicamp.

Orlandi, E. (2005). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6a ed. Campinas: Pontes.

Orlandi, E. P. (2012). *O Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo*. Campinas: Unicamp.

Pêcheux, M. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (E. P. Orlandi, trad.) Campinas: Ed. da Unicamp. (Trabalho original publicado em 1975).

Pêcheux, M. (2008). *O Discurso: estrutura ou acontecimento?* (E. P. Orlandi, trad.) 5a ed. Campinas: Pontes (Trabalho original publicado em 1983).

Pêcheux, M., & Fuchs, F. (1997). A proposito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (P. Cunha, Trad.). In: Gadet, F., Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (pp. 163-252). 3 ed. Campinas: Unicamp. (Trabalho original publicado em 1975).

Pêcheux, M. Ler o arquivo hoje (1994). In. Orlandi, E. *Gesto de leitura: da historia no discurso*. Campinas: Unicamp (Trabalho original publicado em 1983).

Pêcheux, M., & Gadet, F. (2004) *A língua inatingível: o discurso na historia da linguística*. (E. P. Orlandi, Trad.) Campinas: Pontes (Trabalho original publicado em 1975).

Philippi, J. N. (2001). *A Lei: uma abordagem a partir da leitura cruzada entre Direito e psicanálise*, Belo Horizonte: Del Rey.

Piaget, J. (1994). *O juízo moral da criança*. 2 ed. São Paulo: Summus. Obra originalmente publicada em 1932.

Piaget, J. (1999). *O pensamento e a linguagem na criança*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1923).

Piaget, J. (2004). *Seis estudos de psicologia*. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Obra originalmente publicada em 1964.

Pinto, J. M. (1999). A instituição a acadêmica e a vocação científica da psicanálise. *Psicologia: reflexão e crítica*, 12 (3), 681-695.

Profissão Repórter (2014). Recuperado em 13 de agosto de 2014, de <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2014/08/nossa-equipe-mostra-o-envolvimento-de-adolescentes-em-assassinatos.html>.

Rassial, J-J. (1999). *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro. Cia de Freud.

Rizzini, I. (2002). *A criança e a Lei no Brasil: Revisitando a história (1822-2000)*, 2a. ed. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária.

Rosa, A. M., & Lopes, A. C. B. (2011). *Introdução crítica ao “ato infracional”*: princípios e garantias constitucionais. 2a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Saes, D. A. M. (2012). O lugar da noção de sujeito na sociedade capitalista. *Revista Lutas Sociais*. 29, 09-20.

Santos, E. A. (2007). *Criança e adolescente: sujeitos de direito* (PP.130-134). Inclusão Social, Brasília.

Santos, W. (2001). *Dicionário jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey.

Saraiva, J. B. C. (2006). *Compêndio de Direito Penal Juvenil*: adolescente e o “ato infracional”. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Sarti, M. M., & Tfouni, L. V. (2013). Por uma língua-objeto: o avesso do gozo na cultura de consumo. *Revista ágora*, 16(2), 267-282.

Sartório, A. T., & Rosa, E. M. (2010). Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. *Revista de Serviço Social e Sociedade*, 103, 554-575.

Silva, P. (1999). *Vocabulário jurídico*. 15a ed. Rio de Janeiro: Forense.

Tfouni, L. V. (1994). A escrita: remédio ou veneno? In Azevedo, M. A., Marquez, M. L. (orgs). *Alfabetização hoje* (PP.51-69). São Paulo: Cortez.

Tfouni, L. V. (2010). *Letramento e alfabetização*, São Paulo: Cortez.

Tfouni, L.V. (2013). Em busca da felicidade, o corpo se consome no consumo. *Revista Távola online*. Recuperado em 30 de agosto de 2013, de <http://nucleotavola.com.br/revista/em-busca-da-felicidade-o-corpo-se-consome-no-consumo>.

Touraine, A (1998). *Igualdade e Diversidade: o Sujeito Democrático*. São Paulo: Edusc.

Touraine, A. (2009). *Crítica da modernidade*. 9. ed. Petrópolis: Vozes.

Toyoda, H. (2010). A apologia dos direitos humanos e a razão perversa do capitalismo: do sujeito de direito à falácia das garantias. *Rev. Direito Econ. Socioambiental*, 1(2), 333-366.

UNICEF (2006). Relatório Situação Mundial da Infância de 2005. Brasília.

Valente, J. J. (2002). *Estatuto da criança e adolescente: apuração do “ato infracional” à luz da jurisprudência*. São Paulo: Atlas.

Vicentin, M. C. G., Gramkow, G., & Rosa, M. D. (2010). A patologização do jovem autor de “ato infracional” e a emergência de “novos” manicômios judiciais. *Revista brasileira de desenvolvimento humano*, 20(1), 61-69. Recuperado em 05 de julho de 2014, de <http://www.scielo.br/scielo>.

Volpi, M. (2001). *Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez.

Vorcaro, A., & Capanema, C. (2011). Chicanas da travessia adolescente. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, 17(10), 82-99.

Zaffaroni, E. R., & Nilo, B. (2003). *Direito Penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan.

Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Zeitoune, C. M. (2010). *A clínica psicanalítica do “ato infracional”: os impasses da sexualização na adolescência*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Programas de pós-graduação em teoria psicanalítica. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

Zoppi-Fontana, M. (2005). Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: Guimarães, E., Paula, M. R. B. *Sentido e memória* (pp. 93-116). Campinas: Pontes Editores.

ANEXO – CORPUS: ARTIGOS JURÍDICOS

Declaração Universal dos Direitos Humanos (resolução 217, em 10 de dezembro de 1948):

Art. VI. Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Art. VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Declaração Universal dos Direitos da Criança (20 de novembro de 1959):

1º princípio: A criança gozará todos os direitos enunciados nesta declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião positiva ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição quer sua ou de sua família.

2º princípio: A criança gozará de proteção social e ser-lhe-ão proporcionados oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal, em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança.

Código de Menores (Lei n. 6697, 10 de outubro de 1979): Doutrina de proteção ao menor em situação irregular

Art.1º Este código dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores:

I – até dezoito anos de idade, que se encontra em situação irregular.

II _ entre dezoito e vinte e uma anos, nos casos expresso em lei.

Paragrafo único: as medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente da situação.

Art. 2º Para efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

(...)

V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de infração penal.

Art. 38. Aplicar-se-á o regime de liberdade assistida nas hipóteses previstas nos incisos V e VI do art. 2º desta lei, para o fim de vigiar, auxiliar, tratar e orientar o menor.

Art. 39. A colocação em casa de semiliberdade será determinado como forma de transição para o meio aberto, devendo, sempre que possível, utilizar os recursos da comunidade, visando a escolarização e profissionalização do menor.

Art. 40. a internação somente será determinada se for inviável ou malograr a aplicação das demais medidas.

Art. 41. o menor com desvio de conduta ou autor de infração penal poderá ser internado em estabelecimento adequado, até que a autoridade judiciária, em despacho fundamentado, determine o desligamento, podendo, conforme a natureza do caso, requisitar parecer técnico do serviço competente e ouvir o ministério público.

Das Medidas de Assistência e proteção:

Art. 13. Toda a medida aplicável ao menor visará, fundamentalmente, à sua integração sócio familiar.

Art. 14. São medidas aplicáveis ao menor pela autoridade judiciária:

I – advertência

II – entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;

III – colocação em lar substituto;

IV – imposição do regime de liberdade assistida;

V – colocação em casa de semiliberdade;

VI – internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado.

Art. 99. O menor de dezoito anos, a que se atribua autoria de infração penal, será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de setembro de 1990) Doutrina de proteção integral:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoitos anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei (...).

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único: A garantia compreende:

a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b) Precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

- c) Preferencia na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º. Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais e a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas prevista no art. 101. (referente as medidas de proteção)

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de “ato infracional” ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade competente.

Art. 107º. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. A decisão deveser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Art. 109. O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos polícias, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo duvida fundada.

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

- I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- II – igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítima testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
- III – defesa técnica por advogado;
- IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
- VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar danos;
- III – prestação de serviço a comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI

1º. A medida aplicada ao adolescente levará em conta sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

2º. Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

3º. Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

Seção II - Da Advertência

Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

Seção III - Da Obrigação de Reparar o Dano

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Seção IV - Da Prestação de Serviços à Comunidade

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistências, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Seção V - Da Liberdade Assistida

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado trabalho;

IV- apresentar relatório do caso.

Seção VI - Do Regime de Semiliberdade

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º. É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º. A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Seção VII - Da Internação

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º. Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º. A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º. Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado fim regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º. A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º. Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º. O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros os seguintes:

- I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III - avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
- V - ser tratado com respeito e dignidade;
- VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
- VII - receber visitas, ao menos semanalmente;
- VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;
- IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;
- X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- XI - receber escolarização e profissionalização;
- XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;
- XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
- XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guarda-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;
- XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1º. Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º. A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.